



**UFAM**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS CENTRO DE CIÊNCIAS DO  
AMBIENTE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

**“AS MADEIREIRAS ESTÃO SE INSTALANDO”: EXPANSÃO DO  
AGRONEGÓCIO E AS IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO TERRITÓRIO  
GUARANÁ SELVAGEM, MAUÉS/AM**

STEPHANY FARIAS CASCAES

Manaus – AM

2024

STEPHANY FARIAS CASCAES

**“AS MADEIREIRAS ESTÃO SE INSTALANDO”: EXPANSÃO DO  
AGRONEGÓCIO E AS IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO TERRITÓRIO  
GUARANÁ SELVAGEM, MAUÉS/AM**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente, na área Dinâmicas Socioambientais.

Orientador: Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Co-orientador: Dr. Cloves Farias Pereira

MANAUS-AM

2024

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

---

- C336m Cascaes, Stephany Farias  
As madeiras estão se instalando: expansão do agronegócio e as implicações socioambientais no território Guaraná Selvagem, Maués/Am / Stephany Farias Cascaes. - 2024.  
132 f. : il., color. ; 31 cm.
- Orientador(a): Therezinha de Jesus Pinto Fraxe. Coorientador(a): Cloves Farias Pereira.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Manaus, 2024.
1. Território Tradicionalmente Ocupados. 2. Guaraná Selvagem. 3. Conflitos Ambientais. 4. Agroestratégias. 5. Unidade de Mobilização. I. Fraxe, Therezinha de Jesus Pinto. II. Pereira, Cloves Farias. III. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós- Graduação Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. IV. Título
-

STEPHANY FARIAS CASCAES

**“AS MADEIREIRAS ESTÃO SE INSTALANDO”: EXPANSÃO DO  
AGRONEGÓCIO E AS IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO TERRITÓRIO  
GUARANÁ SELVAGEM, MAUÉS/AM**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente, na área Dinâmicas Socioambientais.

**APROVADO EM 08/08/2024**

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe - Presidente

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

---

Profa. Dra. Thereza Menezes Cardoso Menezes – Membro Titular

Instituição: Universidade Federal Rural do Rio Janeiro

---

Profa. Dra. Francimara Costa da Silva – Membro Titular

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

---

Prof. Dr. Davi Avelino Leal – Membro Titular

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

## **DEDICATÓRIA**

A minha mãe a quem devo tudo, sendo apenas uma parte da sua história. Por toda sua abdicação incondicional. Minha base para realizações que constituíram minha vida. Obrigado por estar sempre ao meu lado, acreditando em mim e me inspirando a ser a melhor versão de mim mesmo. Esta dedicatória é para você.

## **OFERECIMENTO**

Dedico este trabalho aos povos e comunidades tradicionais do Território Guaraná Selvagem. A vocês, que são guardiões da terra e da cultura, cuja sabedoria ancestral e resistência são uma inspiração constante. Que este reconhecimento seja um pequeno tributo à sua luta, à sua história e ao seu direito de viver em harmonia com a natureza. Que suas vozes ecoem para que venhamos aprender a respeitar e preservar a natureza que nos cerca. Com profundo respeito e admiração

## **AGRADECIMENTOS**

Não há como não reconhecer aqueles que em meio a luta do que é a vida, tentaram suavizar cada ciclo perante o meu caminhar, como dizia minha fé “se eu fosse só, já não estaria mais aqui”. Ao cabo de tudo, uma dívida enorme, aqui singelamente reconhecida.

A minha estimada mãe, Luci Janny, que sempre me incentivou a estudar, não apenas com palavras mais em ações que me colocavam no conforto em meio a minha realidade. Sempre presente como apoio emocional nos meus momentos de crise.

Ao meu co-orientador, professor Dr. Cloves Pereira, conselheiro, tio e muitas vezes meu exemplo paterno, que me incentivou, mesmo sem saber, no apoio intelectual, profissional e como ser humano perante a sociedade.

As comunidades do rio Urupadí, Paricá e Parauari, que se dispuseram em conversar comigo, onde mesmo em meio a falas de luta nunca deixaram de me agraciarem com sorrisos e boas-vindas.

Aos meus caros Cristo e Edna (Barão e Baronesa), que me deram todo apoio para relatar e escrever sobre suas lutas em proteção ao seu território em meio a uma amizade que me deixa saudades toda vez que passo tempos sem pisar na minha Maués.

Aos meus colegas que se tornaram amigos no meio de todo o processo de aprendizado como pesquisadores e extensionistas, Landinha, Lidião, Hermano, Miquel, Nath e Cad, onde em meio a brincadeiras da juventude no barco Jubileu tivemos a oportunidade de amadurecer e observar o caminhar de cada um (Tu vens, tu vens, eu já escuto os teus sinais).

Ao Instituto Acariquara e o Núcleo de Socioeconomia da Universidade Federal do Amazonas que apostaram em mim como profissional dando oportunidade de desempenhar papéis fundamentais como profissional dentro do meu Estado

A minha amada orientadora, Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, que acreditou no meu trabalho, pela orientação, incansável material e encorajamento para produção desse estudo.

Aos outros professores que passaram pela minha vida, como por exemplo, professor Luiz, e em especial Professora Suzy que incentivou a viver a pesquisa dando suporte em meio ao trabalho realizado por mim e por muitos já aqui citados, além de experiências pessoais.

Aos meus amigos que me fazem sempre lembrar de onde eu vim e como cheguei até aqui, demonstrando em meio as suas lutas ainda há como manter a essência do ser, respeitando nossa história, nosso amado Norte, nossa realidade em meio a uma sociedade preconceituosa.

A toda minha família tios e avós, em especial aqueles que me fizeram entender e saber sobre minhas raízes e introduziram o amor e respeito ao meu local e a minha morada.

E finalmente, agradeço a mim, por saber e lutar muitas vezes sozinha e ainda sim, chegar aonde cheguei mesmo ouvindo e acreditando muitas vezes que não conseguiria ou que precisaria mudar para poder alcançar meus próprios objetivos.

## RESUMO

Este estudo analisa as implicações socioambientais da expansão do agronegócio no Território Guaraná Selvagem, em Maués/AM. Por meio de uma metodologia qualitativa com base na etnografia, foram coletados relatos e construídas cartografias sociais para compreender a perspectiva das comunidades tradicionais sobre as agroestratégias de apropriação de seus territórios na região dos rios Urupadí e Parauari. O foco é investigar os conflitos gerados pela instalação de madeireiras e as estratégias de mobilização dessas comunidades para resistir e reivindicar seus direitos territoriais. A relevância do tema reside no aumento dos conflitos socioambientais na Amazônia, especialmente em áreas ocupadas por povos indígenas e tradicionais. Este estudo busca evidenciar as dinâmicas de exploração no Território Guaraná Selvagem, os impactos das atividades madeireiras nas condições de vida das comunidades e no meio ambiente, bem como as formas de resistência adotadas para preservar seus territórios. As entrevistas e a aplicação de formulários possibilitaram transformar narrativas orais em fontes que oferecem uma visão abrangente dos impactos do agronegócio e das mobilizações comunitárias. Socialmente, a pesquisa pretende fomentar o debate sobre os efeitos socioambientais das atividades agropecuárias, fortalecendo o reconhecimento dos direitos das comunidades e promovendo políticas públicas sustentáveis na Amazônia. Assim, o projeto não apenas documenta os desafios enfrentados pelas comunidades, mas também contribui para a preservação de sua memória e para a valorização de seu papel na luta por justiça ambiental e territorial.

**Palavras-chaves:** território tradicionalmente ocupados, guaraná selvagem, conflitos ambientais, agroestratégias, unidade de mobilização.

## ABSTRACT

This study aims to investigate the socio-environmental implications of the expansion of agribusiness in the Guaraná Selvagem Territory, located in Maués, Amazonas state. Using qualitative methodology based on the ethnography of reports collected in interviews to construct the social cartography: "Traditional Peoples and Communities of Maués - Amazonas, with the objective of understanding and describing the perspective of traditional communities on the agro-strategies implemented for the appropriation of their territories in the region of the *Urupadí* and *Parauari* rivers, as well as analyzing how these communities built a mobilization unit for territorial claims and resistance to these agro-strategies, focusing on the conflicts generated by the installation of logging companies. The topic is relevant due to the increase in socio-environmental conflicts in the Amazon, especially in territories traditionally occupied by Indigenous and traditional communities. The research aims to contribute to the understanding of these conflicts and to strengthen the voices of communities in the defense of their territories. The results of the research are expected to reveal the dynamics of occupation and exploitation of the Guaraná Selvagem Territory, as well as the impacts of logging activities on the living conditions of local communities and the environment. In this work are highlight agrostrategies for the exploration of traditionally occupied territories and the forms of resistance and strategies for mobilizing communities to defend their territories. The methodology employed, including Oral History and memory narrative analysis, provides a deep understanding of the experiences lived by the affected communities. The transformation of oral narratives into thematic historical sources contributes to a more complete view of the impacts of agribusiness and the resistance strategies of communities. Socially, the study aims to expand knowledge about the socio-environmental impacts of agricultural activities on the Amazon, promoting an informed and conscious debate on public policies and sustainable development practices in the region. The research also aims to strengthen the recognition and appreciation of the knowledge and rights of traditional communities over their territories. This research project thus seeks not only to document and analyze the impacts of the expansion of agribusiness, but also to contribute to the preservation of the memory and rights of local communities in the face of ongoing socio-environmental changes in the Amazon.

**Keywords:** Traditionally occupied territories, Guaraná Selvage, environmental conflicts, agrostrategies, resistance.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem da Região do Alto Urupadí .....	21
Figura 2 - Prposta de acariação de áreas Protegidas .....	28
Figura 3 - Usina para extração do pau-rosa na cidade de Maués (AM) .....	32
Figura 4 - Comunidade Santo Antônio do Mucajá, rio Parauari .....	40
Figura 5 - Fotografia tirada do platô da comunidade São Sebastião. Na outra margem no rio, a capoeira, no lugar da antiga comunidade Niterói .....	41
Figura 6 - Comunidade São Sebastião, rio Urupadí .....	43
Figura 7- Comunidade Nossa Senhora de Nazaré – Vista por Satélite.....	46
Figura 8 - Sede da delegacia sindical, construída com materiais de palha na atual comunidade Brasileira. Na imagem, as primeiras famílias que ergueram suas residências nos arredores da delegacia.....	47
Figura 9 - Comunidade Brasiléia .....	48
Figura 10 - Comunidade São José do Paricá.....	49
Figura 11 - Principais cultivos do Território Urupadí Parauari .....	56
Figura 12 - Calendário Sazonal Comunitário.....	59
Figura 13 - Tipo de Adubação.....	66
Figura 14 - Território Urupadí - Parauari .....	84
Figura 15 - Estrada para escoamento das toras de madeira pelo rio Parauari .....	87
Figura 16 - Destruição do rio Parauari .....	72
Figura 17 - Coordenador da comunidade São José do Paricá revisando a cartografia social da comunidade.....	91
Figura 18 - Avanço no rio Paricá e Paricazinha .....	90
Figura 19 - Madeireira Comunidade Betel.....	97
Figura 20 - - Estrada de 8 quilômetros de extensão aberta pelos madeireiros no Alto Urupadí para o tráfego de tratores, facilitando a retirada das toras de madeira no interior do Território .....	98
Figura 21 - Avanço dos Planos de Manejo rio Urupadí .....	82
Figura 22 - Pátio abertura por madeireiro para armazenamento das toras de madeira e embarque nas balsas .....	101
Figura 23 - Oficina de mapeamento realizada na comunidade São Sebastião, Alto Urupadí .....	102
Figura 24 - Cartografia Social.....	106

Figura 25 - Distribuição de Imóveis que possuem CAR. ....112

## **LISTA DE SIGLAS**

CAR - Cadastro Ambiental Rural

BASA - Banco da Amazônia S.A

AAFAU - Associação dos Agricultores Familiares

ASCAMPA - Associação Comunitária Agrícola do Rio Urupadí

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE - Instituto Nacional de Pesquisa

IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas

ITEAM - Instituto de Terras do Amazonas

FAPEAM - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MPF - Ministério Público Federal

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

NUSEC - Núcleo de Socioeconomia da Universidade Federal do Amazonas

POLAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

POLOCENTRO - Programa Para o Desenvolvimento do Cerrado

PIN - Plano de Integração Nacional

PGC - Programa da Borracha (PROBOR) e o Programa Grande Carajás.

PROSPAM - Programa Estratégico de Desenvolvimento do Setor Primário Amazonense

SEMA - Secretária do Meio Ambiente

SEDEMA - Secretaria de Defesa do Meio Ambiente

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

TCU - Tribunal de Contas da União

TI - Terras Indígenas

UDR - União Democrática Ruralista

## LISTA DE QUADRO

Quadro 1- Comunidades e rios principais.....	26
Quadro 2 – Sazonalidade do rio.....	60
Quadro 3 - Situação das formas de aquisição das mudas ou sementes para o cultivo de guaraná.....	63
Quadro 4 - Práticas de conservação realizadas nas propriedades rurais orgânicas...	67

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>1. TERRITORIALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NOS RIOS URUPADÍ, PARAUARI E SEUS AFLUENTES</b> .....	<b>25</b>
1.1 NO TEMPO DOS NOSSOS AVÔS: RELAÇÃO PATRÃO-FREGUÊ.....	29
1.2 SOCIOGÊNESE DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	38
<b>2. GUARANÁ SELVAGEM E TERRITORIALIDADE ESPECIFICAS</b> .....	<b>52</b>
2.1. CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GUARANAZAL.....	54
2.2. CLASSIFICAÇÃO DOS FRUTOS E PLANTAS .....	64
2.3. O MANEJO E TRATOS CULTURAIS .....	65
2.4. PREPARAÇÃO PARA COLHEITA .....	68
2.5. PRODUÇÃO DO BASTÃO DE GUARANÁ.....	70
<b>3. CONFLITOS TERRITORIAIS E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA</b> .....	<b>72</b>
3.1. PRISÃO E EMERGÊNCIA DA UNIDADE DE MOBILIZAÇÃO .....	72
3.2. LIBERAÇÃO E REVIRAVOLTA: UNIDADE DE MOBILIZAÇÃO PELA PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO GUARANÁ SELVAGEM .....	75
3.2.1. <i>Indústria Madeireira</i> .....	77
3.2.2. <i>Povos E Comunidades Tradicionais</i> .....	77
3.2.3. <i>Entidades de Apoio</i> .....	78
3.3. REIVINDICAÇÃO TERRITORIAL E ESTRATÉGIA DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE PARA DISSUADIR A MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA.....	82
3.3.1. <i>Oficina de Mapeamento do Território Tradicionalmente Ocupado Guaraná Selvagem</i> .....	83
<b>4. EXPROPRIAÇÃO DOS TERRITÓRIOS TRADICIONALMENTE OCUPADO COMO ATOS DE ESTADO</b> .....	<b>108</b>
4.1. “PASSAR A BOIADA” NO TERRITÓRIO GUARANÁ SELVAGEM COMO ATO DE ESTADO .....	113
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>122</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>126</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>131</b>
ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP APROVADO.....	131
ANEXO II – ASSINATURA NO TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO – TCLE.....	132

## INTRODUÇÃO

Com as madeiras atrás do nosso terreno, vai acabar com tudo e com todo mundo, é muita gente vai até sofrer né, vão morrer de fome, vão ter que fazer outras paradas pra viver, porque aqui num vai ter mais, melhor ir pra outro lugar. Igual a água, se tirar nossos peixe já se foi né. Acabou. (José Graciliano Barbosa – Comunidade São Sebastião – rio Urupadí).

O capitalismo, segundo Almeida (2010), não opera de maneira isolada ao se apropriar dos recursos naturais; ele segue um método organizado em busca da máxima rentabilização. Esse método transforma povos e territórios em custos e riscos financeiros, promovendo uma superexploração incessante que ultrapassa as fronteiras físicas e se insere em um metabolismo onde a devastação se torna parte integrante do funcionamento do sistema.

Essa lógica não questiona a destruição ambiental, mas a incorpora como parte de seu funcionamento. A exploração do meio ambiente, seja de forma completa ou parcial, é vista como uma oportunidade para criar uma economia, onde os recursos naturais são capitalizados e transformados em bens esgotáveis devido à desigualdade na forma de apropriação. Isso perpetua um ciclo de exploração e degradação ambiental, convertendo a natureza em um recurso finito e economicamente valioso, como apontado por Silva (2007).

Segundo Ianni (1986), foi no período militar, nos anos de 1960-1978, que se acentuaram as grandes transformações econômicas e sociais no Brasil. As ações desenvolvimentistas inauguraram uma nova política de integração nacional, denominada *Operação Amazônia*. Durante este período, foram criadas e reestruturadas agências estatais e programas desenvolvimentistas, destacando-se a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Banco da Amazônia S.A (BASA), o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), o Programa Para o Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), o Programa da Borracha (PROBOR) e o Programa Grande Carajás (PGC).

Já no início dos anos 2000, observou-se um aumento significativo na expropriação de terras públicas e na invasão ilegal de áreas florestais, territórios historicamente ocupados, unidades de conservação e assentamentos de reforma agrária, impulsionado por incentivos de recursos e políticas públicas (Sauer E Almeida, 2011). Um fator decisivo para intensificar a expansão da fronteira agropecuária, alinhado com estratégias governamentais e empresariais de ocupação territorial na Amazônia, foi a política de regularização fundiária, que beneficiou amplamente o agronegócio, a mineração e outros setores ligados à exportação de recursos naturais (Pereira, 2017).

Em outras palavras, a iniciativa tanto pública quanto privada de expansão do agronegócio tem priorizado na agenda governamental a incorporação dos territórios tradicionalmente habitados nos circuitos de troca mercantil, como parte das chamadas *agroestratégias*, conforme Almeida (2014). Essas estratégias articulam posições do agronegócio para consolidar e expandir seu domínio fundiário, influenciando políticas públicas e restringindo os direitos territoriais das comunidades tradicionais.

O aumento das queimadas e do desmatamento na Amazônia entre 2018 e 2022 evidencia essa convergência de interesses econômicos, constituindo um teste de tolerância à injustiça socioambiental e refletindo a renovação da desordem organizada característica da lógica capitalista no país das commodities.

Assim a paisagem da Amazônia está em transformação substancial devido à inserção internacional de empresas ligadas ao agronegócio. Conforme alertado por Almeida (2010), são desenvolvidas *agroestratégias* que visam expandir o domínio sobre vastas extensões de terras no Brasil, acionadas pelos interesses vinculados aos agronegócios. Esse processo inclui a intensificação de medidas que visam eliminar obstáculos jurídico-formais e político-administrativos, reservando áreas para preservação ambiental ou para atender às demandas de povos e comunidades tradicionais (Almeida, 2010). Como consequência, ocorrem múltiplas e heterogêneas ondas de desterritorialização na Amazônia.

Logo, a expansão do agronegócio tem gerado impactos significativos na vida das comunidades tradicionais, intensificando conflitos e desafios na Amazônia. Todavia, esses moradores constroem seu território, família e cultura, são eles que moram às

margens dos rios, que vivem da agricultura tradicional, que estruturam um sentimento de pertencimento. Que morrem na terra, que morrem pela terra e morrem sem a terra.

Brandão (2011) completa, afirmando que essas comunidades têm uma autonomia para a coletividade como uma totalidade social articulada com o mundo de fora, ainda que quase invisíveis. De acordo com o autor, essas comunidades possuem um conhecimento de si, são herdeiros de tradições e historicamente obtêm direito de posse e proveito de um território ancestral, onde está presente lutas e resistências, pois no seu território há experiências de ameaças externas.

O território tradicionalmente ocupado é um elemento central para a manutenção das condições adequadas à existência e continuidade das comunidades que nele vivem. É em torno desse espaço que se configuram os recursos naturais, o imaginário coletivo e a dinâmica de vida que sustentam essas comunidades. No entanto, o agronegócio interpreta esses territórios como espaços voltados à produção de commodities, desconsiderando sua função essencial para a reprodução da vida e da cultura das comunidades tradicionais. Nesse contexto, essas comunidades passam a ser vistas pelo agronegócio como obstáculos ao avanço do desenvolvimento capitalista, evidenciando um conflito entre diferentes visões sobre o uso e o significado do território.

Foi nessa Amazônia classificada como “A última fronteira” (Pereira, 2017), que ouvi a expressão: “*As madeiras estão se instalando*”. Essa expressão carrega uma série de situações de confrontos e conflitos entre empreendimentos do agronegócio e povos e comunidades tradicionais.

De um lado, empreendimentos do agronegócio interessados nos recursos naturais dos territórios tradicionalmente ocupados, de outro, comunidades tradicionais que vivem nesses territórios e lutam pela sua reprodução sociocultural, portanto, um espaço de conflito e resistências.

Os projetos relacionados ao agronegócio revelam uma contradição latente em suas interações com as comunidades tradicionais e o meio ambiente. Embora promovam uma visão de modernização e desenvolvimento, esses projetos têm como consequência o aumento do desmatamento, a perda de biodiversidade, a poluição

dos cursos d'água e a contaminação do solo e do ar, gerando graves impactos socioambientais.

Essa dinâmica de exploração é sustentada pelo apoio das classes empresariais e políticas, como evidenciado durante o governo do ex-presidente Bolsonaro. Nesse período, houve um processo de flexibilização e enfraquecimento das leis e dos órgãos ambientais para favorecer a produção de commodities agrícolas. Como argumentam De Carvalho e De Oliveira (2021), o Estado, hegemônico por frações da classe dominante, exerce um papel central na manutenção das estruturas de produção, garantindo a reprodução ampliada do capital monopolista e reforçando as desigualdades socioambientais.

Desta maneira, a exploração e expropriação dos territórios tradicionalmente ocupados e a concentração de terras para a produção de *commodities* ganham notoriedade, pois sua expansão tem aumentado o desmatamento.

De acordo com as análises de Azevedo et. al. (2022) o relatório feito pelo MapBiomias<sup>1</sup> apontam que o Cerrado e a Amazônia juntos correspondem a 96,7% da área desmatada no Brasil. Esses autores destacam que 12% das áreas desmatadas sobrepõem-se integralmente ou em partes com Unidades de Conservação (UC), 3,6% das áreas com Terras Indígenas (TI) e 65% com imóveis rurais inseridos no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Esses projetos modernizantes criam espaços desenvolvidos para produção de *commodities*, ao mesmo tempo que destrói e anula espaços já existentes, como os territórios tradicionalmente ocupados. Diante disso, De Carvalho e De Oliveira (2021, p. 36), afirmam que: “as políticas macroeconômicas voltadas ao projeto de modernização, sempre foram forjadas de maneira setorial para beneficiar o setor agrícola capitalista”.

A análise da expansão do agronegócio em parceria com o Estado serviu como base fundamental para os meus estudos bibliográficos, permitindo compreender os fatores que impulsionam a mobilização de povos e comunidades tradicionais na

---

<sup>1</sup> O projeto MapBiomias é uma iniciativa do Observatório do Clima, cocriada e desenvolvida por uma rede multi-institucional envolvendo universidades, ONGs e empresas de tecnologia com o propósito de mapear anualmente a cobertura e uso da terra do Brasil e monitorar as mudanças do território.

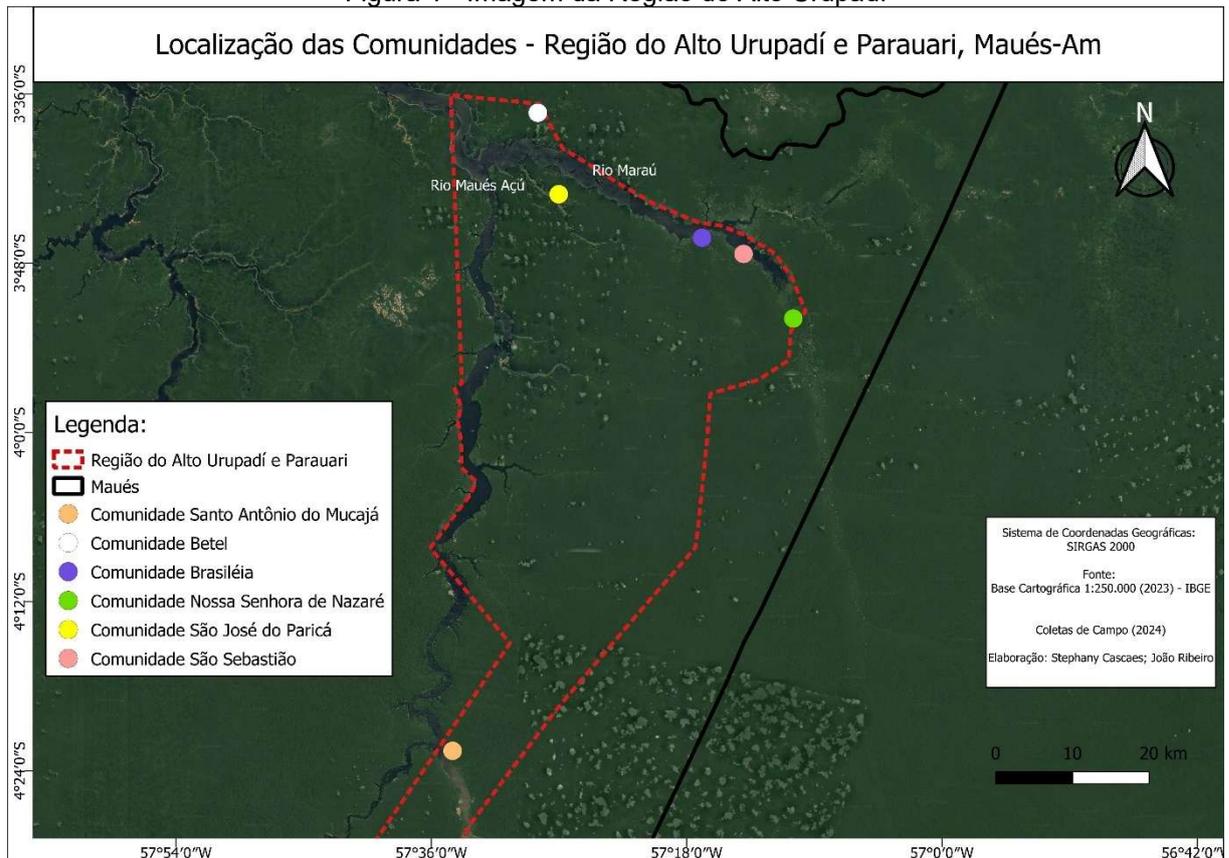
defesa de seus territórios. Essa abordagem também evidenciou como essas lutas moldam a história dos usos dos recursos naturais na região. O direcionamento para o tema da pesquisa foi consolidado a partir da minha participação ativa em diversos projetos desenvolvidos na localidade dos rios Urupadí e Parauari, o que contribuiu para uma visão mais aprofundada sobre as dinâmicas socioambientais e culturais das comunidades envolvidas.

Início minha história em meados de 2018, estudando e elaborando planos para trabalhar com os agricultores da região do Alto Urupadí. Minha participação no grupo de pesquisa denominado AGRILAB, coordenado pelo Professor Dr. Cloves Pereira, deu-se pela minha formação em história e pelo papel de auxiliar os estudantes de agronomia e áreas afins a realizarem um estudo social com os moradores da localidade.

Estar naquele território trouxe um misto de sentimentos: a oportunidade de sair da minha realidade academicista e mergulhar em uma estrutura coletiva profundamente enraizada em uma realidade desafiadora. Foi um momento que conectou minhas origens à história desse espaço, que ao mesmo tempo parecia tão distante do meu cotidiano. Essa experiência despertou em mim o desejo de aprofundar meus estudos, entendendo melhor as dinâmicas sociais e culturais que moldam a vida das comunidades locais e fortalecendo meu compromisso com a pesquisa em histórias de luta e resistência.

A partir de 2019 até meados de 2020 fizemos cinco viagens para elaboração de projetos relacionados a extensão rural exercendo junto com os moradores o trabalho com o guaraná, compreendendo de como isso molda a forma de vida, assunto discutindo no segundo capítulo da dissertação. Logo pude conhecer as comunidades que abrangem os rios Urupadí, Parauari e seus afluentes vivenciando de forma singela a realidade dos moradores e observando seus modos de vida em torno do rio e seu trabalho com o Guaraná Selvagem, as comunidades que passei a colaborar como pesquisadora pode ser visualizado nesta imagem:

Figura 1 - Imagem da Região do Alto Urupadí



Fonte: PEREIRA, J. R. G. e CASCAES, S. F. (2024)

No ano de 2021, trabalhei junto aos pesquisadores na elaboração da cartografia social intitulada “Povos e Comunidades Tradicionais de Maués-AM: direito ao território tradicionalmente ocupado Urupadí-Parauari”. Nesse trabalho, tive a responsabilidade de entrevistar líderes comunitários e os moradores mais antigos da região. Durante as entrevistas, minha visão foi transformada ao me deparar com os relatos de destruição causados pelas madeireiras. A tristeza compartilhada pelas comunidades, que sofriam com a perda material de suas terras, vinha acompanhada do medo constante gerado pelas ameaças e conflitos inerentes à luta por seus territórios.

Foi um período marcante, em que pude sentir de perto os impactos devastadores do desmatamento, que vai muito além da retirada das árvores. A destruição atinge o solo, tornando-o infértil, desaparecem e poluem rios, alterando completamente o equilíbrio ambiental e a vida das comunidades. Esses relatos me levaram a enxergar a territorialização de forma mais profunda, compreendendo o quanto essas terras são mais do que espaços de sobrevivência – elas são a base da história, da cultura e da identidade dessas pessoas.

Essa experiência reforçou meu compromisso em documentar a realidade do Território Guaraná Selvagem e enviar os resultados para a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e para o Ministério Público Federal (MPF), com o objetivo de impulsionar a criação de uma Unidade de Conservação (UC) que proteja não apenas o meio ambiente, mas também os direitos das comunidades tradicionais.

Na elaboração da cartografia, os moradores das comunidades, citadas de forma mais abrangente no primeiro capítulo, participaram ativamente na criação de mapas da localidade. Nesses mapas, os residentes descreveram o que existia em torno de sua região e demonstraram como o uso do território se estende além dos limites formais das comunidades.

Por meio da construção dos mapas, pude coletar relatos de como surgiu algumas comunidades da região que iriam conter na cartografia, além de escutar falas dos medos da perda do território e dos conflitos gerados entre os moradores e os madeireiros,

A pesquisa abriu meu horizonte para compreender a mobilização de resistência que essas comunidades constroem em torno do território, para defesa de seus modos de vida. Como pesquisadora, o estudo forneceu informações que abrangem trabalhar os conflitos em torno dos territórios dos povos e comunidades tradicionais, como descrever o processo de territorialização dos moradores do Território Guaraná Selvagem, identificando socioeconomia desses moradores pelo uso dos recursos naturais e no trabalho com o guaraná. Além de conseguir analisar os conflitos socioambientais que abrangem esses moradores com os planos de manejo florestal madeireiro.

Nesse sentido com minha entrada ao mestrado e meus trabalhos como pesquisadora do projeto de pesquisa intitulado “Rede Paullinia Cupana: Uma Iniciativa de Desenvolvimento de Alternativas Econômicas e Geração de Renda por meio dos Princípios da Sustentabilidade e Co-gestão”, edital nº 008/2021 do Programa Estratégico de Desenvolvimento do Setor Primário Amazonense – PROSPAM, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, pude dar continuidade a pesquisa relacionado aos conflitos territoriais na região.

Como forma de compreender o conflito socioambiental na apropriação de territórios tradicionalmente ocupados, esse estudo tem como objetivo compreender e descrever a perspectiva das comunidades tradicionais sobre as agroestratégias implementadas para a apropriação de seus territórios na região dos rios Urupadí e Parauari, bem como analisar como essas comunidades construíram uma unidade de mobilização para reivindicação territorial e resistência a essas agroestratégias.

A dissertação foi dividida em quatro capítulos, onde o primeiro, intitulado “Territorialização das Comunidades Tradicionais nos Rios Urupadí, Parauari Seus Afluentes”, tem como objetivo explorar o processo de territorialização das comunidades tradicionais no Território Guaraná Selvagem em Maués/AM. A análise se concentra na formação histórica dessas comunidades, onde foi analisado entrevistas baseadas na memória dos moradores de como foi a chegada e a construção das comunidades estudadas nos rios Urupadí, Paricá e Parauri.

O segundo capítulo, “Guaraná Selvagem e Territorialidade Específicas”, aborda a especificidade do Território Guaraná Selvagem, destacando o guaraná como elemento central na construção da territorialidade específica. Será examinado o papel cultural, econômico e ambiental do guaraná selvagem na vida das comunidades, bem como as práticas de manejo sustentável desenvolvidas ao longo das gerações. A pesquisa também explorará como o guaraná selvagem carrega consigo toda uma estrutura que baseia o tempo e a vida dos agricultores da região.

No terceiro capítulo, “Conflitos Territoriais e Mobilização Comunitária”, analisa-se os conflitos territoriais enfrentados pelas comunidades do Território Guaraná Selvagem, especialmente diante da expansão do agronegócio e da instalação de planos de manejo ambiental madeireiro. Serão examinadas as estratégias de resistência e mobilização comunitária, incluindo a organização social, as formas de protesto e as alianças estratégicas estabelecidas para defender seus territórios e modos de vida.

Já no último capítulo, “Expropriação dos Territórios Tradicionalmente Ocupado Como Atos de Estado”, investiga-se como a expropriação dos territórios tradicionalmente ocupados no Território Guaraná Selvagem é legitimada como atos de Estado. Serão explorados os contextos políticos, e de como a flexibilização de leis

e desmonte de ministérios e secretarias em torno do governo do Presidente Bolsonaro auxiliou para abrangência dos conflitos e resoluções dos mesmos.

Saliento que, para melhor compreensão do leitor, diferencio as palavras de uso local das comunidades utilizando aspas (“”) e, para palavras que são conceitos utilizados por autores que fazem parte do meu referencial teórico, coloco-as em itálico.

Essa estrutura proporciona uma abordagem abrangente para compreender os complexos desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais no Território Guaraná Selvagem, explorando tanto suas histórias quanto suas lutas contemporâneas por justiça territorial e ambiental. Além disso, traz para o campo das dinâmicas socioambientais um estudo que aborda as formas de resistência e mobilização dos povos e comunidades tradicionais diante das demandas capitalistas apoiadas pelo Estado.

Abordar os conflitos socioambientais é problematizar a presença do agronegócio na maior floresta tropical do mundo e sua relação com os processos de desterritorialização das comunidades locais e a perda de territórios tradicionalmente ocupados (Castro, 2019). Dessa forma, o estudo traz uma perspectiva das comunidades e do seu direito de permanecer nos territórios tradicionalmente ocupados, buscando contribuir para uma análise sobre as formas de como os povos e comunidades tradicionais se estruturam pra construção de uma unidade de mobilização.

## 1. TERRITORIALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NOS RIOS URUPADÍ, PARAUARI E SEUS AFLUENTES

Torna-se imprescindível abordar o Território Tradicionalmente Ocupado Guaraná Selvagem como uma construção social, cuja delimitação é determinada por critérios de classificação e diferenciação, os quais não são intrinsecamente naturais e não necessariamente possuem uma dimensão espacial fixa, associada aos conceitos como língua, habitat e extensão territorial.

Conforme descrito por Bourdieu (2007), a compreensão da região envolve uma perspectiva histórica, que se refere a uma relação específica e a uma forma de classificação. A região torna-se objeto de disputa entre cientistas, não apenas geógrafos, que, por lidarem com o espaço, almejam o monopólio da definição legítima, mas também historiadores, economistas e sociólogos e, especialmente desde a implementação das áreas protegidas, biólogos e antropólogos.

Há uma classificação da região como bacia hidrográfica do Rio Parauari-Maués-Açu, que abrange uma área aproximada de 25.000 km<sup>2</sup>, sendo seu principal curso d'água o rio Parauari, que se estende por cerca de 450 km. Esta bacia recebe contribuições de diversos afluentes, incluindo os rios Urupadí, Marau e Amana (Bringel et al., 1984).

Adotamos uma classificação local utilizada pelos representantes da Associação dos Agricultores Familiares (AAFAU) que tomam como referências os rios Urupadí e Parauari para classificação dos lugares das matrizes da etnoespécie guaraná selvagem e as comunidades tradicionais como Território Guaraná Selvagem. O acesso a este território é estabelecido pelo curso do rio Maués-Açu, culminando no ponto conhecido como Repartimento, situado nas imediações das coordenadas Latitude -3,6966810° e Longitude -57,5283397°. Assim, utilizaremos o termo Território Tradicionalmente Ocupado Guaraná Selvagem para designar lugares-comuns, cujas delimitações são socialmente reconhecidas, inclusive pelos circundantes (Almeida, 2006).

O Repartimento constitui o ponto em que os rios Urupadí e Parauari deságuam no rio Maués-Açu, desempenhando também o papel de ponto de divisão que orienta para Leste em direção à nascente do rio Urupadí. Nesse trajeto, encontram-se as

comunidades indígenas Sateré-Mawé, estabelecidas na Terra Indígena Andirá-Marau, às margens à direita do rio Urupadí ou em seus afluentes, como o Quininha e o Marau.

Dentro do Território Guaraná Selvagem, as comunidades são pluriétnicas e estão situadas na margem esquerda, tais como as comunidades indígena como Menino Deus e São Benedito, juntamente com as comunidades tradicionais Monte Horebe, São José do Paricá, Brasileia, São Sebastião, Santa Clara e Nossa Senhora de Nazaré. Além disso, o Repartimento estabelece uma ligação com o rio Parauari, que conduz as comunidades tradicionais de Santo Antônio do Mucajá, em direção ao sul do município de Maués.

Quadro 1. Comunidades e rios principais

<b>Rio Principal / Tributário</b>	<b>Comunidades</b>
Urupadí	Brasileia
Urupadí	Nossa Senhora de Nazaré
Urupadí	São Sebastião
Urupadí	Menino Deus
Urupadí / Igarapé do Arauá	São Benedito
Urupadí	Santa Clara
Urupadí / Rio Paricá	Monte Horebe do Paricá
Urupadí / Rio Paricá	São José do Paricá
Rio Parauari	Santo Antônio do Mucajá

Fonte: Base de dados do Projeto Rede Paullinia Cupana 2022-2023

Essas comunidades tradicionais são grupos humanos que compartilham laços históricos, culturais e socioeconômicos com a região dos rios Urupadí e Parauari e adotam práticas tradicionais no uso dos recursos naturais. O conceito de comunidade tradicional foi estabelecido na legislação brasileira pelo Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007, que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento

Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e desde então tem sido adotado na literatura. Segundo o artigo terceiro deste decreto, o critério para inclusão na categoria de Povos e Comunidades Tradicionais envolve o autorreconhecimento e o reconhecimento por outros de sua especificidade cultural.

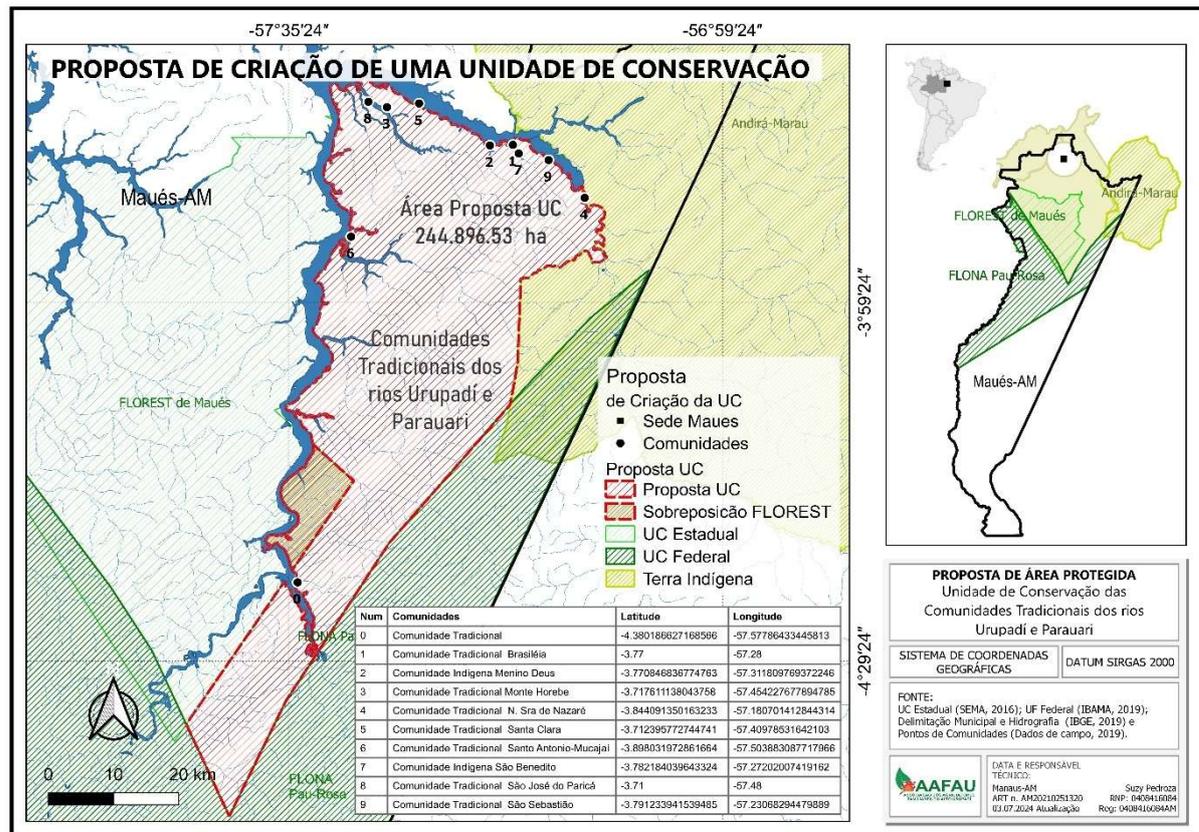
Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Brasil, 2007).

O termo “populações tradicionais” conforme Almeida (2007), acabou sendo substituído por “povos e comunidades”, uma vez que abarca tanto os povos tribais quanto às dinâmicas de mobilização das comunidades. O termo tradicional, longe de significar algo arcaico ou atrasado, é reinterpretado pelos próprios grupos sociais e denota um processo coletivo de reivindicação frente ao Estado.

Essas comunidades são marcadas por uma riqueza de diversidade cultural, expressa em suas tradições, costumes, línguas, rituais, música, dança e artesanato. Para elas, o trabalho possui uma dimensão cultural, representando diversos significados da vida rural, em que a terra é valorizada como fonte de liberdade e de pertencimento. Assim, a propriedade da terra não é vista meramente como um ativo econômico, mas sim como parte integrante da identidade e essencial para a sobrevivência familiar, tornando o território um elo permanente em suas trajetórias (Almeida, 2010).

Conforme ilustrado na Figura 2, o Território Guaraná Selvagem é objeto de reivindicação por parte das comunidades tradicionais, que buscam o controle dos recursos naturais de uso comum de uma área territorial abrangente de 200 mil hectares, localizada entre os rios Urupadí e Parauari.

Figura 2 - Proposta de Criação de áreas Protegidas



Fonte: Adaptação de PEREIRA, C. F. et al. (2022), elaborado por SILVA, S. C. P e CASCAES, S. F.

Os habitantes da cidade de Maués atribuem classificações distintas aos moradores dos rios Urupadí e Parauari. Enquanto o rio Urupadí é rotulado como uma região associada à escassez de recursos alimentares, à insegurança alimentar e à presença de uma população considerada pobre, formada por “índios” e “caboclos” que necessitam de políticas assistencialistas (Silveira, 2017). Por outro lado, o rio Parauari é reconhecido como uma fonte de riqueza, sendo considerado o “rio do ouro”, devido à sua conexão com garimpos estabelecidos em sua nascente, os quais operam há mais de uma década<sup>2</sup>.

Essas classificações imprecisas evidenciam o preconceito enraizado entre os habitantes da cidade de Maués em relação aos povos e comunidades tradicionais que habitam o Território Guaraná Selvagem, particularmente aqueles que residem em

<sup>2</sup> <https://www.acritica.com/amazonia/garimpo-no-amazonas-tem-as-atividades-suspensas-por-determinac-o-da-justica-federal-1.122558>

áreas delimitadas pela intervenção estatal, como a Terra Indígena Andirá-Marau<sup>3</sup> e a Floresta Estadual de Maués.

O objetivo deste capítulo é analisar o processo de territorialização dos povos e comunidades tradicionais que ocupam o Território Tradicionalmente Ocupado Guaraná Selvagem.

Neste estudo, adotamos o conceito de território tradicionalmente ocupado conforme definido por Almeida (2004). Segundo este autor, as terras indígenas são descritas como patrimônio da União e destinam-se à ocupação permanente pelos povos indígenas, refletindo uma relação tutelar e diferenciando-se, assim, das terras das comunidades remanescentes de quilombos, que são reconhecidas na Constituição de 1988 como propriedade definitiva dos quilombolas. Apesar dessa distinção em termos de domínio, ambas são legalmente consideradas como terras tradicionalmente ocupadas, conforme estipulado tanto na Constituição quanto em legislação infraconstitucional, e enfrentam desafios semelhantes em sua efetivação e reconhecimento.

Além disso, áreas de uso comuns destinadas ao extrativismo, à agricultura de corte e queima e à criação de pequenos animais, que são foco de diferentes instrumentos jurídicos, também são reconhecidas como terras tradicionalmente ocupadas e desafios semelhantes à sua efetivação. Dentro da variedade de formas de reconhecimento jurídico das diversas modalidades de apropriação dos recursos naturais que caracterizam essas terras, o uso comum dos recursos é combinado tanto com a propriedade quanto com a posse, de forma permanente ou temporária, e envolve diversas atividades produtivas, incluindo extrativismo, agricultura, pesca e pecuária.

### 1.1 NO TEMPO DOS NOSSOS AVÔS: RELAÇÃO PATRÃO-FREGUÊ

Para entender como as comunidades tradicionais se estabeleceram no Território Tradicionalmente Ocupado Guaraná Selvagem, adotamos a noção de situação histórica de Oliveira (2015). Este autor descreve a situação histórica como um

---

<sup>3</sup> A Terra Indígena Andirá-Marau foi homologada em 1986, entre os estados do Amazonas e Pará, envolvendo os municípios de Maués, Barreirinha, Parintins e Itaituba. Divide-se em duas áreas geográficas; Marau (município de Maués) e Andirá (município de Barreirinha, Parintins e Itaituba), cortado pelos rios Marau, Miriti, Urupadí, Manjuru e Andirá (PEREIRA, 2004).

conjunto determinado de pessoas e forças sociais, cada um com diferentes recursos, formas de organização, interesses e estratégias. Nesse sentido, a situação social é como um quebra-cabeça social, onde precisamos primeiro listar esses elementos com referência empíricas e suas características reais, e depois entender as regras que guiam as interações entre eles, definindo onde há alianças e onde há conflitos.

Oliveira enfatiza que a situação histórica oferece uma visão sobre como o poder é distribuído na sociedade, incluindo as normas gerais aceitas pelos grupos e como essas normas são interpretadas e manipuladas por diferentes segmentos. Ele destaca que esse modelo é uma construção do observador com propósitos analíticos, buscando compreender como esses elementos influenciam os processos de mudança social.

Além disso, Oliveira diferencia a noção de situação histórica da abordagem historicista de “fases” ou “etapas”. Ele argumenta que essas abordagens muitas vezes descrevem um processo de forma detalhada ao longo do tempo ou de maneira abstrata, como se fosse uma evolução necessária. No entanto, a noção de situação histórica não se refere a eventos específicos ou períodos, mas sim a modelos de distribuição de poder entre diversos atores sociais.

No contexto das situações históricas analisadas, as interações sociais dos grupos sociais concentram-se na exploração da etnoespécies pau-rosa. Em um período em que o valor atribuído à sua essência aumentou significativamente, houve um impulso na expansão comercial, especialmente em direção à fronteira entre Amazonas e Pará. De acordo com registros da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1969, estavam em operação 53 unidades de destilação, das quais 3 estavam localizadas no Pará e 50 no Amazonas (Terezo et al, 1971, apud Homma, 2014).

Na década de 60, a cidade de Maués, conhecida por suas deslumbrantes praias e belezas naturais, viu-se imersa em atividades relacionadas à produção do óleo essencial de pau-rosa. Este recurso natural atraiu uma onda de migração e a presença de centenas, quem sabe milhares, de pessoas derrubando árvores de pau-rosa. No coração da floresta, onde os recursos naturais eram abundantes, empresas extrativistas desempenhavam um papel central na organização e na gestão das atividades de extração do pau-rosa, enquanto os “índios” e “caboclos”, muitas vezes oriundos de áreas vizinhas ou recrutados especificamente para esse fim, eram

responsáveis pela execução das tarefas de extração e transporte da matéria-prima até as destilarias.

Essa relação de aviamento comercial entre “fregueses” e “patrões” era marcada por uma interdependência econômica e social, onde os patrões exerciam controle sobre os meios de produção e os fregueses dependiam do trabalho oferecido para sua subsistência. A compreensão desses aspectos históricos é fundamental para contextualizar as dinâmicas sociais presentes no Território Guaraná Selvagem desde a década de 1960.

As trajetórias dos moradores do Território Guaraná Selvagem oferecem pontos de referências profundos sobre o processo de territorialização das comunidades tradicionais. Nesse sentido, partimos da noção de tempo estrutural apresentada por Evans-Pritchard (1978), que assume uma importância fundamental para a compreensão do significado conferido pelos moradores sobre o “tempos dos nossos avôs”.

Considerando as referências temporais, é possível interpretar os cortes estruturais do tempo no processo de territorialização e apropriação dos recursos ambientais, nos quais os modos de vida estão inseridos. Evans-Pritchard (1978) descreve uma representação de tempo que não se organiza em torno do ritmo ecológico. Estas concepções estão enraizadas nas relações sociais, onde as pessoas se identificam e se diferenciam historicamente dentro de uma estrutura social específica. Segundo este autor, o tempo estrutural não é tanto um meio de coordenar eventos, mas sim de coordenar relacionamentos. O sistema estrutural de contagem de tempo consiste parcialmente na seleção de pontos de referência significativos para grupos locais, os quais fornecem uma história comum e distintiva.

Os rios Urupadí e Parauari foram historicamente alvos da exploração por parte das empresas extrativistas em busca de recursos ambientais. Muitas dessas empresas extrativas recrutavam famílias, originárias dos rios Amazonas, Ramos, Urariá e Tapajós, para serem as responsáveis pela execução das tarefas de extração do pau-rosa e transporte da matéria-prima até as destilarias na cidade de Maués (Figura 2). Nessas destilarias, o pau-rosa passava por um processo de extração de sua essência, que era então destinada à exportação para a Europa.

Figura 3 - Usina para extração do pau-rosa na cidade de Maués (AM)



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=47474>

Para compreendermos a dinâmica de territorialização das comunidades tradicionais no Território Guaraná Selvagem, é necessário voltar no tempo e analisar os eventos que precederam o surgimento dessas comunidades. Ao fazer isso, podemos entender como a história da região está intrinsecamente ligada a uma diversidade de grupos sociais que atualmente habitam esse território. Este inclui uma ampla gama de agentes sociais, tais como indígenas, ribeirinhos, quilombolas, pescadores, extratores de copaíba, agricultores orgânicos, serradores, trabalhadores rurais, artesãos, diaristas e outros.

José Cristo de Oliveira, 48 anos, ribeirinho que vive e desempenha suas atividades produtivas na comunidade Nossa Senhora de Nazaré no Alto Urupadí e atua como presidente da Associação dos Agricultores Familiares do Alto Urupadí (AAFAU) com sede na comunidade Brasileia. Nasceu no rio Urupadí, mas sua família é da região do rio Massauarí, no município de Boa Vista do Ramos. José Cristo, como é conhecido, aponta para a margem direita do rio Urupadí, onde atualmente se encontra a Terra Indígena Andirá-Marau, para dizer que todas as suas memórias de infância estão associadas à comunidade Niterói.

Segundo José Cristo, de muitas famílias que migraram para trabalhar no rio Urupadí, um grupo veio com a família dos seus avôs, Nelson Dias de Oliveira e Porfírio Cristo, que fundaram a comunidade Niteroi. Suas referências temporais são cruciais para compreender as relações sociais estabelecidas com outros moradores que migraram da cabeceira do rio Urupadí, provenientes do rio Tapajós e seus afluentes. Essas pessoas se estabeleceram na região para se envolverem no extrativismo vegetal e animal.

Os primeiros habitantes da comunidade Niterói chegaram à região em busca do pau-rosa. Em seguida, seu avô Nelson Dias de Oliveira buscou contato com um patrão da família Magaldi na cidade de Maués, que comprava pau-rosa. O patrão, por sua vez, financiou o avô, disponibilizando embarcações, armamentos e mercadorias para a extração do pau-rosa.

Os moradores se tornaram fregueses dos patrões por meio do sistema de aviamento. Nesse sistema, os patrões forneciam os produtos necessários para a execução das tarefas de extração do pau-rosa e o transporte da matéria-prima até as destilarias. Em troca, os fregueses se comprometeram a vender a produção extraída aos patrões, muitas vezes a preços estabelecidos pelos próprios patrões, resultando em uma relação de dependência econômica e social.

Nelson Dias de Oliveira mobilizou os demais moradores da comunidade para “pegar o pau-rosa” na floresta, inclusive indígenas Sateré-Mawé das comunidades São José e Nova Esperança, que atuavam na identificação das áreas de pau-rosa, corte e transporte da madeira. Foi por meio desses indígenas que se encontraram vestígios de povos isolados na região que hoje corresponde ao Parque Nacional da Amazônia. Assim, os grupos envolvidos na exploração do pau-rosa já tinham conhecimento da existência desses povos isolados, incluindo grupos Sateré-Mawé que ainda viviam à parte das comunidades indígenas Sateré-Mawé dos rios Urupadí e Marau.

José Cristo recorda o período em que seu avô Nelson Dias de Oliveira mencionou que grupos de indígenas isolados começaram a sair do igarapé do Ibetuí. Os Sateré-Mawé que trabalhavam no grupo do avô conseguiram estabelecer comunicação com esses povos isolados, que deixaram os igarapés mais distantes para se estabelecerem próximo à margem do rio Urupadí.

Dorcina Magalhães de Sá, uma mulher de 60 anos, residente na Comunidade São Sebastião, é reconhecida pelos representantes da AAFAU como a chefe do seu grupo doméstico, apesar de seus filhos homens já serem adultos e casados. Os seus pais chegaram juntos com a família dos fundadores da Comunidade Niterói, ela relata que nasceu no rio Castanhal, mas chegou no rio Urupadí com 7 anos. Na época que chegou ao Alto Urupadí existiam três comunidades, como a São José do Pedreiro no baixo Urupadí, enquanto no alto Urupadí havia a comunidade Niterói e a comunidade indígena Santa Maria. Além dessas, havia outras comunidades indígenas, como a Nova Esperança e a São José, situada dentro do rio Marau.

A busca incessante por pau-rosa está entrelaçada com a história de muitas famílias e a construção dos seus territórios. Em seu depoimento, Dorcina declara:

Meu pai veio para trabalhar em pau-rosa. Aí ele deixou nós em Maués ainda. Trouxe nós lá do Castanhal e deixou em Maués por um tempo. Aí quando ele foi daqui [Urupadí] para lá, ele foi com o finado Nelson Dias de Oliveira. Ele foi para buscar nós lá em Maués, trouxe nós pra cá. Aí viemos e ficamos na casa do seu Nelson por uns tempo. Ai com o pouco ele arranhou e tirou esse terreno pra nós e veio morar aqui, desse lado (Dorcina Magalhães de Sá, moradora da Comunidade São Sebastião).

Sentada em um banco de madeira à beira do rio Urupadí, Dorcina contempla a paisagem e relembra que o pai veio trabalhar na exploração do pau-rosa. Na época do pau-rosa a região tinha muita fartura, quando comparado com a escassez de peixes no presente. Havia dificuldades enfrentadas pelos moradores, como a ausência das políticas públicas. Para ela, tudo começou a mudar com a construção da igreja, que representou um marco no processo de organização coletiva para fundação da comunidade, pois a partir desse momento os padres passaram a frequentar o local e a denominá-lo como a Comunidade Niterói.

Na comunidade Niterói, por exemplo, Nelson Dias de Oliveira, liderava um grupo de trabalho composto por 20 trabalhadores. Essas pessoas deslocavam-se até as cabeceiras do rio Urupadí, e o pai da senhora Dorcina chamado Lourival, era um dos membros desse grupo. Para apoiar o pai, a família de Dorcina mudou-se para um barracão coberto de palha nas margens do rio Urupadí. Nelson Dias de Oliveira fornecia suprimentos essenciais à família, como sal, açúcar, fósforos, cartuchos e remédios.

Dorcina recorda com tristeza os momentos em que seu pai e irmãos adentravam a floresta, abrindo longas estradas para “pegar pau-rosa”, conforme depoimento a seguir:

O tempo que meus pais ficavam no centro era por uns seis meses. Eles ficaram trabalhando pra lá. A gente, nós ainda fomos acompanhar o papai lá, passar uns meses pra lá. A gente se acordava de madrugada. De madrugada eles trabalhavam de sol a chuva, a gente enxugava as roupas deles no fogo. Dava até pena dos meus irmãos, que junto com ele trabalhavam naquela estrada grande, estrada grande, limpa mesma, traziam os pau-rosa dessa grossura, dessa grossura. Os mais grossos eles traziam rolando no cabo e traziam assim tutututu, um atrás do outro, ai jogavam no ladeirão pra beirada. Um monte de pau-rosa mesmo. Fomos explorados pelos patrões de Maués (Dorcina Magalhães de Sá, moradora da Comunidade São Sebastião).

Ela demonstra com os braços o diâmetro das toras de pau-rosa que seus familiares levavam, rolando os troncos pelo caminho até alcançarem a margem do rio Urupadí. Em meio a esses momentos, carregavam nos ombros não apenas o peso físico, mas o peso da vida, o sustento, levando-o até o ponto de destino para atingir as metas estabelecidas com o patrão de 100 toneladas. O seu pai calculava o diâmetro do pau-rosa com cipó e conseguia calcular a quantidade extraída.

O trabalho exaustivo realizado pela família de Dorcina era marcado pelo ciclo do dia, iniciando ao nascer do sol e terminando ao pôr-do-sol. Sua renda vinha das marcas em seus corpos, do cansaço em seus olhares, da força despendida ao cortar, empurrar e carregar pau-rosa, refletida na quantidade de trabalho entregue ao patrão ao longo de cerca de seis meses. Observando minha interlocutora, cuja voz tremia, eu questionei o que restava para a família. Ela frisou que sempre havia descontos aqui e ali, pois os trabalhadores precisavam levar mercadorias e deixar um pouco para o sustento de suas famílias antes de partir para a cabeceira do rio. Observando seu rosto marcado pelo tempo, questionamos sobre o que restava de dinheiro. Dorcina mostrou a mão e disse que nada. A família sempre estava devendo ao patrão. A única certeza era de que retornariam mais uma vez ao trabalho, mais uma vez veriam seu suor misturar-se com seu sangue, mais uma vez testemunhariam a dor e o sofrimento.

Nesse processo de “pegar pau-rosa”, mais de uma dezena de grupos de trabalhadores se dedicavam ao corte das árvores, e muitos de seus descendentes permaneceram no Território Guaraná Selvagem, estabelecendo novas comunidades como Brasileira, São Sebastião, São José do Paricá, Santa Clara e Santo Antônio do Mucajá. Homens e mulheres se envolviam na exploração do pau-rosa de janeiro a

maio, vivendo na floresta durante o período do inverno amazônico, quando o nível das águas dos rios estava alto. Os grupos retornavam para uma temporada mais curta de junho até agosto (no máximo), durante o período de verão, permanecendo na região até que as condições permitissem o transporte das toras de pau-rosa pelos barcos.

Na sombra de um robusto exemplar de mangueira, situada na comunidade de Brasileia, desenrolou-se um diálogo com o ancião José Aurelino, de 67 anos, natural das margens do rio Urupadí, conforme ressaltado por ele próprio. Aurelino, como prefere ser chamado, ocupou por três ocasiões o cargo de coordenador na mencionada comunidade. Durante a era da exploração do pau-rosa, não se registrava a presença de comunidades não indígenas na região do Alto Urupadí. Como delineado anteriormente, seu pai adentrava os meandros do Urupadí no mês de janeiro, permanecendo ali até o período de vazante das águas. Tal momento assinalava o encerramento das atividades de extração do pau-rosa e o retorno ao lar. Seu pai trabalhava sob a tutela de um patrão de origem italiana, conhecido como Iannuzzi. Em um dado momento, o patrão chegou inclusive a estabelecer uma destilaria da essência do pau-rosa no Alto Urupadí.

Esse processo ficou marcado na memória não apenas daqueles que estiveram envolvidos na exploração do pau-rosa, mas também nas famílias, pois foi fundamental para compreender como os produtos de seu trabalho eram negociados com as lideranças comunitárias, que intermediavam as transações com os patrões através do sistema de aviamento. Além do trabalho na extração do pau-rosa, as famílias também se dedicavam à caça para comercializar carne salgada, quelônios, couro de onça e jacaré, e coletavam resinas, cipós e óleo de copaíba, os quais eram vendidos aos patrões para garantir a subsistência das famílias enquanto estavam na floresta. Quando retornavam às comunidades, os trabalhadores se dedicavam à agricultura tradicional, cultivando mandioca, cará, milho, banana, feijão, abóbora, cana-de-açúcar e macaxeira.

A estrutura social baseada no sistema de aviamento colocava o freguês em uma posição de submissão ao patrão, muitas vezes através do endividamento. Isso acontecia porque as mercadorias fornecidas pelos patrões aos trabalhadores eram frequentemente vendidas a preços exorbitantes em comparação com o valor pago pela produção, como no caso do pau-rosa. Como resultado, os trabalhadores muitas vezes acumulavam dívidas com os patrões, tornando-se cada vez mais dependentes

do sistema de aviação para sua subsistência. Essa prática era uma forma de controle econômico e social exercido pelos patrões sobre os trabalhadores, contribuindo para a manutenção de uma estrutura de poder desigual na região.

As áreas de exploração de pau-rosa localizadas no Alto Urupadí foram desativadas com a criação do Parque Nacional da Amazônia em 1974. Durante esse período, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) deu início ao processo de demarcação da Terra Indígena Andirá-Marau, que foi homologada em 1986. Essa demarcação resultou na restrição do acesso dos moradores das comunidades tradicionais às áreas de extração do pau-rosa.

Para Homma (2014 apud BENCHIMOL, 1988), o declínio do comércio do pau-rosa na Amazônia está relacionado ao esgotamento das áreas mais acessíveis e à redução dos preços do produto, devido à crescente utilização de produtos sintéticos. De acordo com este autor, o número de destilarias diminuiu de 50 para 24 usinas em 1971, sendo 9 no Pará e 15 no Amazonas. Em 1980, segundo dados do Censo Industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de estabelecimentos caiu para apenas quatro no Estado do Amazonas. Em 1988, seis unidades de destilação estavam em operação.

Atualmente, em Maués, uma das destilarias mais antigas dedicadas à produção de essência de pau-rosa permanece em operação, pertencente às famílias Magaldi. Francisco Magaldi, seguido por seu filho Zanoni Magaldi, foram figuras proeminentes como patrões das operações que envolviam os fregueses dos rios Urupadí e Parauari.

Mesmo depois que o pau-rosa não foi mais o principal produto extraído das florestas dos rios Urupadí e Parauari, as relações sociais estabelecidas através do extrativismo continuaram ao longo do século XX. Outros recursos da floresta passaram a ser explorados pelos patrões, incluindo pirarucu, quelônios, madeira, farinha de mandioca, guaraná e diversas etnoespécies como copaíba, mel e andiroba, que eram extraídos e produzidos para os patrões.

Na década de 1980, a exploração do pau-rosa já estava consideravelmente enfraquecida, cedendo lugar ao cultivo de guaraná como o principal produto de comercialização na região. Esse cultivo era complementado pela venda de farinha e outros produtos provenientes da agricultura de subsistência. A produção de guaraná envolvia a retirada de mudas de guaraná do Território Guaraná Selvagem para serem

plantadas para formação dos “guaranazais”, e quando a produção começava, cada família comercializava sua safra com um patrão em Maués. No entanto, parte da renda obtida com a comercialização era destinada ao patrão, pois os moradores acabavam adquirindo produtos dele, que seriam pagos na próxima safra. Essa prática refletia a persistência de relações de dependência econômica entre os fregueses e os patrões, mesmo com a mudança do foco econômico da região.

## 1.2 SOCIOGÊNESE DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

De acordo com Oliveira (1999, p. 20), a territorialização é um processo de organização coletiva que estabelece uma identidade própria, implementando mecanismos de tomada de decisão e representação, e reestruturando suas formas culturais. Para o autor, a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização sociocultural que implica:

- i) a criação de uma nova unidade sociocultural por meio do estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora;
- ii) a constituição de mecanismos políticos especializados;
- iii) a redefinição do controle sobre os recursos ambientais;
- iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado.

Conforme Almeida (2004), a territorialização incorpora, em sua concepção de território, esse processo que de certa forma delimita as ações individuais na busca pela conquista do espaço, deixando marcas materiais e imateriais. A adoção do conceito de processo de territorialização permite compreendê-lo a partir dos sistemas de relações sociais que constroem as territorialidades.

As vidas dos antepassados, compartilhados pelos moradores atuais da região, indicam que o processo de territorialização das comunidades tradicionais teve início com a exploração do pau-rosa e se consolidou com o surgimento das comunidades e o desenvolvimento da agricultura tradicional. Esse processo definiu formas específicas de apropriação dos recursos ambientais e regras sociais de pertencimento ao Território Guaraná Selvagem.

No capítulo dois será abordado de como as comunidades construíram seus modos de vida baseado nos recursos ambientais que abrangem a região e de como o guaraná selvagem foi fator de importância para construção de uma territorialidade específica.

Em outras palavras, o Território Guaraná Selvagem não se limita apenas a uma porção física, mas é impulsionado e moldado por referências temporais das pessoas, tornando-se um espaço de experiências com características e trajetórias próprias. Ele é um elemento vivo, que representa diferentes processos de territorialização e apropriação dos recursos ambientais, nos quais os modos de vida estão inseridos.

Nesse cenário, o surgimento das comunidades tradicionais desponta como um elemento de grande importância para entender as relações sociopolíticas na construção social do Território Guaraná Selvagem. O processo de territorialização está intimamente ligado à identidade coletiva, à construção histórica das comunidades tradicionais, às memórias e ao sentimento de pertencimento coletivo ao local.

Os relatos dos moradores que fazem parte da liderança e que moram a gerações na comunidade Santo Antônio do Mucajá, como Vilma, 44 anos, professora e Julcicley, 48 anos, líder da comunidade no ano de 2022, onde sua família está na comunidade desde a construção da primeira escola. Destacam a importância da comunidade na configuração social do rio Parauari. Segundo eles, a comunidade foi fundada no início do século XX por missionários católicos que levaram uma imagem de Santo Antônio. No local já viviam "caboclos" e "índios Munduruku". Foi construída uma escola liderada pelos comunitários, e somente em 1964 a escola oficialmente foi implantada.

Figura 4 - Comunidade Santo Antônio do Mucajá, rio Parauari



Fonte: PEREIRA, C. F. (2021)

Vilma relata que conversou com os anciãos da comunidade, que evidenciaram que a comunidade era uma aldeia Munduruku, revelando que a comunidade é um sítio arqueológico. Julcicley, em conversa com sua avó, aprendeu sobre a história de sua família. No passado, as pessoas não viviam na comunidade; elas viviam em seus sítios, e a comunidade era o ponto de referência do domingo para participar da celebração religiosa e visitar os parentes que viviam no núcleo comunitário.

A influência da atividade extrativista do pau-rosa no rio Parauari moldou as relações sociais e econômicas com os patrões. Julcicley lembra que o pau-rosa movimentou toda a economia no rio Parauari. No entanto, foram diversos produtos do extrativismo vegetal que acompanhavam o pau-rosa, como a balata, a sorva, a copaíba e principalmente a caça. Os moradores passavam 6 meses explorando o pau-rosa na floresta, as peles dos animais, a caça e os cipós para serem entregues aos patrões. Segundo ele, foi nessa época que os seus antepassados conheceram todo o território, identificando os melhores locais para caçada, pescaria, coleta de produtos da floresta, principalmente o pau-rosa.

Para Manuel Alunsio de Oliveira, 67 anos, agricultor e morador da comunidade São Sebastião, no rio Urupadí. Ele apontou com o dedo indicador para o local onde ficava a primeira comunidade que morou. A comunidade era uma grande família que

se mobilizou pelo acesso à educação e serviços de saúde. Foi o pai de Manuel, Nelson Dias de Oliveira, que iniciou as conversas com o padre sobre a formação da comunidade. O padre concordou com a proposta, desde que os moradores escolhessem um santo padroeiro. Assim, São Sebastião foi selecionado como padroeiro da Comunidade Niterói.

A criação deste núcleo comunitário incentivou a administração municipal de Maués a fornecer serviços públicos fundamentais, incluindo educação e saúde. Além disso, os habitantes passaram a receber visitas pastorais de um sacerdote enviado de Maués. O comércio, inicialmente dependente das embarcações que se deslocavam de Maués, gradualmente atracavam na comunidade.

Figura 5 - Fotografia tirada do platô da comunidade São Sebastião. Na outra margem no rio, a capoeira, no lugar da antiga comunidade Niterói



Fonte: SILVEIRA, A. J. B (2017)

Na década de 80, com o estabelecimento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a comunidade Niterói teve que ser realocada para a margem esquerda do rio. Essa mudança ocorreu devido à demarcação do território indígena, que visava

garantir os direitos territoriais do povo Sateré-Mawé e estabelecer os limites do seu território tradicionalmente ocupado. A demarcação de terras indígenas é respaldada pela legislação, como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto do Índio.

Ilda Maria de Oliveira, 56 anos, agente de saúde e agricultora na comunidade São Sebastião, lembra que o dilema central enfrentado pelos moradores da comunidade Niteroi era a escolha entre a realocação para outro local ou a dispersão para diferentes comunidades. A decisão coletiva de permanecer unidos foi tomada. Nelson Dias de Oliveira, pai de Ilda, desempenhou um papel crucial ao doar um terreno em outra margem do rio Urupadí para a construção da nova comunidade. Dezenove famílias, totalizando 70 indivíduos, iniciaram um esforço colaborativo para preparar o terreno para a implantação da nova comunidade, um processo conhecido localmente como puxirum.

A FUNAI, por sua vez, restringiu sua indenização aos plantios de guaraná, levando os moradores a desmontarem suas casas, escola e igreja de madeira para reconstruir a comunidade São Sebastião. Ilda expressa seu otimismo em relação ao sucesso da comunidade, que atualmente abriga 40 famílias e 138 pessoas.

Em reconhecimento à contribuição de Nelson Dias de Oliveira, o nome da escola foi dedicado a ele, e a comunidade foi renomeada, abandonando seu antigo nome, Niterói, para adotar o nome do santo padroeiro, São Sebastião. Essa mudança simbólica reflete a determinação dos moradores em reconstruir a organização coletiva e iniciar uma nova fase de construção das roças e guaranazais.

Figura 6 - Comunidade São Sebastião, rio Urupadí



Fonte:

PEREIRA, C. F. (2021)

O deslocamento para a Comunidade São Sebastião transcende a simples mudança física ou a aquisição de uma nova residência; é um processo de construção de uma identidade coletiva e de reafirmação do vínculo comunitário. Na São Sebastião, o sentimento de posse está enraizado não apenas na propriedade física, mas também na visão coletiva de pertencimento a uma comunidade.

Jaci Ramos Monteiro, 88 anos, aposentada e uma figura marcante na comunidade São Sebastião, onde reside atualmente. Sua pele negra e cabelos brancos refletem não apenas a passagem do tempo, mas também as experiências vividas às margens do rio Urupadí. Jaci também tem uma ligação com a antiga comunidade Niterói, situada dentro da Terra Indígena Andirá-Marau, embora ela fale pouco sobre esse período de sua vida.

Orgulhosa da comunidade São Sebastião, Jaci destaca que foi sua própria família que a construiu, utilizando a força e a orientação divina para erguer um local onde apenas parentes residissem. Ela enfatiza que na São Sebastião "não tem estranho", evidenciando a rede de parentesco e o sentimento de pertencimento ao lugar.

Jaci compartilha orgulhosamente como a comunidade foi moldada a partir do trabalho árduo de derrubar a floresta para dar lugar à igreja e à escola, símbolos fundamentais para o surgimento da comunidade. A organização da comunidade em torno dessas estruturas, nomeando-a em honra ao padroeiro, revela a importância da igreja católica na vida cotidiana dos moradores.

Dessa forma, a história de Jaci oferece uma explicação para a origem da comunidade, destacando que foram as relações de parentesco, compadrio e vizinhança que possibilitaram a formação da sociabilidade. Essas relações garantem aos grupos domésticos o acesso ao território necessário para sua reprodução física e social.

José Cristo de Oliveira relembra o processo de indenização conduzido pela FUNAI destinado à desintrusão da Terra Indígena Andirá-Marau, incluindo a área da família de seu avô Nelson Dias de Oliveira. Os tios de José Cristo foram encarregados de negociar no escritório da FUNAI em Parintins, onde encontraram os documentos prontos para assinatura. Sem muita margem para negociação, foram compelidos a assinar, e o pagamento foi efetuado em dinheiro vivo no ato da assinatura. Até o presente momento, persiste entre os membros da família a sensação de terem sido prejudicados pela FUNAI.

Com os recursos provenientes da indenização, o pai de José Cristo decidiu investir na compra de uma propriedade próxima do igarapé do Parauarizinho, situada na margem esquerda do rio Urupadí, com 20 hectares de plantações de guaraná, adquirida de Antônio Anísio. Essa escolha foi especialmente influenciada pelo declínio na demanda de pau-rosa e pelo crescimento do mercado do guaraná.

Ao chegarem à propriedade, encontraram a falta de habitações adequadas, o que os levou a improvisar uma moradia temporária, descrita por José Cristo como algo semelhante a um "rabo de jacú", em referência às estruturas de palha utilizadas como abrigos temporários durante as chuvas na floresta.

A propriedade foi adquirida nas proximidades das comunidades indígenas Sateré-Mawé, "Flechal" (atualmente denominada Comunidade Indígena Sagrado Coração de Jesus) e "Santa Maria". Para garantir a subsistência do grupo, a família dependia da caça, alimentando-se apenas das cabeças e carcaças dos animais, enquanto as demais partes eram levadas para essas comunidades indígenas para serem trocadas por farinha de mandioca.

A farinha de mandioca, aliada à captura de peixes e à caça de animais, constituía a base da alimentação da família, proporcionando as condições necessárias para realizar a limpeza dos 20 hectares de guaraná. Além disso, eles estabeleceram roças para cultivar alimentos como melancia, mandioca e banana. Foi estabelecido um

sistema de trocas com os Sateré-Mawé, demonstrando a interdependência e negociação de sua família e as comunidades Sateré Mawé.

Durante o período de cheia do rio Urupadí, os irmãos de José Cristo, frequentavam a escola na comunidade São Sebastião. No entanto, durante a estação seca, o trajeto até a escola se estendia por aproximadamente 4 horas devido à necessidade de deslocamento por meio de canoa. Diante dessa dificuldade de acesso à educação, o padre Henrique Pavani, que colaborava com os Sateré-Mawé, reconheceu a situação enfrentada pela família e propôs a construção de uma escola anexa à de São Sebastião.

Essa iniciativa recebeu o apoio do pai de José Cristo, Nelson Dias de Oliveira, que se comprometeu a colaborar na construção da escola. O padre garantiu ainda a contratação de um professor para lecionar na nova localidade. Posteriormente, com a aprovação da Secretaria Municipal de Educação, a escola foi oficialmente reconhecida, proporcionando aos jovens da região um acesso mais fácil à educação durante todo o ano.

À medida que José Cristo e seus irmãos foram se casando, contribuíram para a formação da comunidade Nossa Senhora de Nazaré. Essa comunidade, composta por 10 famílias ligadas ao núcleo familiar de José Cristo de Oliveira, reflete a continuidade das relações sociais e da identidade comunitária na região do Alto Urupadí.

Figura 7- Comunidade Nossa Senhora de Nazaré – Vista por Satélite



Fonte: [arth.google.com/web/search/Maués/@-3.86738195,-](https://earth.google.com/web/search/Maués/@-3.86738195,-57.17683107,25.29137743a,913.29170125d,35y,0h,0t,0r/data=CigiJgokCULI8zw4DhDAETan3YuXpRDAGfzLC-iCfk_AISZEzILGqU_AOgMKATA)

[57.17683107,25.29137743a,913.29170125d,35y,0h,0t,0r/data=CigiJgokCULI8zw4DhDAETan3YuXpRDAGfzLC-iCfk\\_AISZEzILGqU\\_AOgMKATA](https://earth.google.com/web/search/Maués/@-3.86738195,-57.17683107,25.29137743a,913.29170125d,35y,0h,0t,0r/data=CigiJgokCULI8zw4DhDAETan3YuXpRDAGfzLC-iCfk_AISZEzILGqU_AOgMKATA)

José Aurelino, 60 anos, agricultor e morador da comunidade Brasileia, no rio Urupadí, relata que o surgimento da comunidade Brasileia remonta à aquisição do terreno por seu pai, Francisco Dionísio, feita junto ao seu patrão, o italiano Iannuzzi. Após o declínio da atividade extrativista do pau-rosa, Iannuzzi optou por deixar a região do rio Urupadí, vendendo então a propriedade. A família de Aurelino residia em uma porção de terra que atualmente corresponde à comunidade São Domingos. Posteriormente, com o engajamento em atividades produtivas na terra, emergiu o movimento dos trabalhadores rurais. Um primo de Aurelino, José Anibal, membro do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Maués, assumiu como delegado sindical e negociou com Francisco Dionísio a concessão de um local para a construção da sede da delegacia sindical no rio Urupadí. Dado que Francisco Dionísio já era associado ao sindicato, ele cedeu uma área de 100 metros. Os sócios do sindicato foram convocados pelo delegado para realizar a limpeza do terreno e erguer a primeira sede da delegacia sindical (Figura 2).

Figura 8 - Sede da delegacia sindical, construída com materiais de palha na atual comunidade Brasileira. Na imagem, as primeiras famílias que ergueram suas residências nos arredores da delegacia.



Fonte: Acervo pessoal de José Anibal

Os moradores que ainda trabalhavam na atividade de extração do pau-rosa ergueram suas moradias ao redor da sede sindical, visando manter proximidade com a família. Esta localidade representava o agrupamento social mais próximo das áreas de trabalho do Alto Urupadí.

O sindicato, juntamente com seus membros, empreendeu esforços para a construção de uma escola destinada às crianças, que não podiam acompanhar seus pais nas áreas de extração do pau-rosa. De acordo com Aurelino, os moradores construíram um amplo barracão para servir como escola e contrataram uma professora para alfabetizar as crianças. Os parentes de Aurelino começaram a construir moradias nas imediações da delegacia sindical. Ele recorda seu primo Francisco Rock, seu amigo Inácio e muitos outros que gradualmente se estabeleceram na região, trazendo consigo parentes e amigos. Em sua perspectiva, a comunidade foi se formando à medida que famílias chegavam na comunidade e contribuíam para sua construção da delegacia sindical.

Figura 9 - Comunidade Brasília



Fonte: JUNIOR, S. V. C. (2022)

Contemplando as águas tranquilas do igarapé do Arauá, Aurelino mergulha na teia de lembranças, buscando os nomes daqueles que, naquela época, compartilhavam da vida na região do Urupadí. Com um toque de melancolia, percebe que restaram apenas o primo José Anibal, o compadre Pedro Oliveira e ele próprio. Os outros rostos e vozes que um dia preenchiem o cenário da luta da delegacia sindical e agora residem apenas nas lembranças que se desvanecem com o tempo.

Para Lixandrina Gomes, 76 anos, aposentada, pertencente à etnia Sateré-Mawé e nascida às margens do rio Marau, na atual Terra Indígena Andirá Marau, a história se desenrola em paralelo à trajetória da comunidade. Prima de Francisco Dionísio, que cedeu o terreno para a construção da delegacia sindical, ela recorda que recebeu seu próprio terreno na comunidade por intermédio de sua prima. Tornou-se membro do Sindicato de Trabalhadores Rurais e ergueu sua residência e plantações. Ao chegar à comunidade, esta já estava estabelecida, motivando sua mudança em busca da escola bilíngue, onde os educadores ministravam aulas para os filhos dos indígenas e trabalhadores do pau-rosa.

Na comunidade Brasileia, conviviam os Sateré-Mawé juntamente com os trabalhadores da atividade extrativista do pau-rosa. Lixandrina assumiu o papel de parteira da comunidade, tendo realizado o parto de 62 crianças. Orgulha-se em

afirmar que não perdeu nenhum dos bebês sob seus cuidados, evidenciando sua habilidade e dedicação no desempenho dessa importante função.

A história de Amélia Maria Cavalcante, 55 anos, moradora da comunidade São José do Paricá, no Baixo Urupadí, remonta às origens da própria comunidade. Seus pais eram do rio Urupadí, e ela nasceu em uma porção de terra às margens do rio Paricá, um afluente do Urupadí, antes mesmo da existência de qualquer comunidade nesse rio. A criação da comunidade foi motivada por uma festa religiosa organizada por uma moradora chamada Generosa, que celebrava São Francisco em sua casa. Ela construiu um barracão coberto de palha e cercado de barro para as festividades do santo, seguindo a tradição da Festa do Gambá, com elementos como a entrada em canoa, bandeiras e cantos religiosos.

Figura 10 - Comunidade São José do Paricá



Fonte: JUNIOR, S. C. V. C (2022)

Anualmente, pessoas de outras comunidades participavam dessa festa em um local chamado Cajual, devido à abundância de cajueiros na região. Foi ali que os moradores decidiram estabelecer a comunidade. Os proprietários do terreno, tios de Amélia Maria Cavalcante, Manoel e Magá, doaram a terra onde foi construída a casa para as festas de São Francisco. Ao redor desse espaço festivo, as pessoas começaram a construir suas próprias casas, denominando-a de comunidade Cajual.

Em 1988, a comunidade Cajual foi oficialmente registrada como comunidade São José do Paricá, adotando São José como padroeiro. O registro foi feito com o objetivo de obter da prefeitura a construção de uma escola, já que as crianças precisavam atravessar o rio para estudar na comunidade São José do Pedreiro. Como a prefeitura não providenciou a escola, os moradores se uniram e construíram uma escola de palha para as crianças. Após anos de mobilização, a prefeitura finalmente construiu uma escola de madeira, posteriormente substituída por uma de alvenaria.

Os moradores mais antigos do Baixo Urupadí, especialmente aqueles que viviam no rio Paricá, também estavam envolvidos na extração de pau-rosa nessa região. Após o declínio dessa atividade, voltaram-se para a agricultura, inicialmente praticando o cultivo de roça e posteriormente dedicando-se ao cultivo de guaraná.

As comunidades tradicionais dos rios Urupadí, Parauri e seus afluentes surgiram quase simultaneamente na região após o declínio da atividade do pau-rosa. Entre essas comunidades estão Brasileia, Santa Clara, São José do Paricá e a comunidade indígena do Menino Deus. Mais recentemente, outras comunidades também foram estabelecidas, como Monte Horebe do Paricá e a comunidade indígena São Benedito. Com o surgimento dessas comunidades, o acesso aos territórios necessários para o desenvolvimento das atividades produtivas passou a ser garantido pelas condições de pertencimento a uma comunidade específica

A atuação dos missionários católicos desempenhou um papel significativo na consolidação e na articulação dessas comunidades em setores<sup>4</sup>, fornecendo não só um contexto religioso, mas também promovendo um sentido de pertencimento entre os moradores. Esse processo de identificação e organização comunitária contribuiu para fortalecer os laços sociais e culturais entre as comunidades, além de possibilitar uma maior visibilidade e reconhecimento das suas histórias e da organização social.

Os trabalhos de base realizados pela delegacia sindical no rio Urupadí desempenharam um papel fundamental na formação de uma identidade de trabalhador rural entre os moradores. Esses esforços do sindicato não apenas buscaram garantir melhores direitos para os trabalhadores rurais, mas também ajudaram a consolidar os direitos territoriais das comunidades tradicionais.

---

<sup>4</sup> Maiores informações sobre o Setor Urupadí serão apresentadas no Capítulo 3.

A presença de diferentes grupos étnicos, como os Sateré-Mawé e os não indígenas, nas comunidades estudadas ressalta a diversidade cultural da região do rio Urupadí. Além disso, a colaboração entre esses grupos, como a negociação de alimentos entre os moradores e os Sateré-Mawé, destaca a importância da cooperação intercomunitária para garantir a subsistência e a organização política

Os depoimentos evidenciam que nas décadas de 1970 e 1980, por meio da mobilização de missionários católicos, iniciou-se um processo de identificação das comunidades em torno de uma forma organizativa, a Paróquia de Maués. Essa iniciativa não apenas celebrava os surgimentos das comunidades, mas também fornecia narrativas sobre a identidade e a organização social dos moradores.

## 2. GUARANÁ SELVAGEM E TERRITORIALIDADE ESPECIFICAS

Conforme discutido no Capítulo 1, no processo de territorialização das comunidades tradicionais do Território Guaraná Selvagem, as relações de parentesco, compadrio e vizinhança desempenharam um papel crucial na explicação no surgimento das comunidades. Cada uma delas definiu seu território e estabeleceu critérios para o acesso apropriação e usos dos recursos ambientais.

Conforme discutido no Capítulo 1 sobre o processo de territorialização das comunidades tradicionais do Território Guaraná Selvagem, as relações de parentesco, compadrio e vizinhança desempenharam um papel crucial no surgimento das comunidades. Cada uma delas definiu seu território e estabeleceu critérios para o acesso aos recursos ambientais e o estabelecimento das territorialidades específicas.

Nesse sentido, é possível estabelecer conexões do processo de territorialização das comunidades tradicionais do Território Guaraná Selvagem com a noção de territorialidade específica proposta por Almeida (2004; 2006). De acordo com essa abordagem, os babaçuais, castanhais, seringais ou guaranazais não devem ser simplesmente vistos como áreas onde certas espécies vegetais estão distribuídas, nem como meras representações em um mapa. Eles carregam uma carga identitária coletiva, refletindo diversos processos sociais de territorialização e delineando dinamicamente territórios de pertencimento coletivo que são tradicionalmente ocupados.

Dentro desse cenário, o acesso aos recursos naturais destinados a atividades produtivas, não se limita apenas às estruturas convencionais do grupo étnico, dos laços de parentesco, da unidade familiar, da comunidade ou da aldeia. Ele também é viabilizado por um certo grau de coesão e solidariedade que surgem em resposta a antagonismos e situações de extrema adversidade e conflito, fortalecendo assim as redes de solidariedade (ALMEIDA, 2006).

O acesso aos recursos ambientais foi socialmente construído quando os moradores organizaram e classificou o território para desenvolver atividades produtivas voltadas tanto à subsistência quanto à comercialização com os patrões. Para uma análise mais detalhada das territorialidades específicas no Território

Guaraná Selvagem, adotamos o esquema proposto por Witkoski (2007), que utiliza as noções de Terra de Trabalho, Floresta de Trabalho e Água de Trabalho como ferramentas analíticas.

Nas Florestas de Trabalho é exemplar, especialmente a extração de produtos florestais não madeireiros para subsistência e comercialização, incluindo uma variedade de alimentos de origem vegetal e animal. Destaque para a extração de mudas selvagens de guaraná que será analisada neste capítulo. Este processo de extração de produtos florestais, denominaremos de extrativismo, conforme conceituado por Witkoski (2007), abrange atividades de obtenção de recursos naturais da Floresta de Trabalho e da Água de Trabalho, ressaltando sua relação intrínseca com a natureza.

Por sua vez, a Água de Trabalho desempenha um papel vital no suporte às atividades de subsistência, principalmente na caça e pesca, que fornecem recursos essenciais para a sobrevivência, com significados socialmente estabelecidos.

Um dado importante é o fato de que a Terra de Trabalho desempenha um papel crucial na reprodução física e social dos grupos domésticos. As práticas agrícolas realizadas neste ambiente têm como objetivo principal a produção de alimentos essenciais para a subsistência e comercialização. Essa produção agrícola é obtida após a transformação da floresta em “roçados”, onde os moradores cultivam suas plantações e produzem os alimentos.

Ao atribuir importância central a esses ambientes, Witkoski (2007) destaca sua função crucial na sustentação das práticas econômicas e sociais das comunidades. A conceituação desses ambientes como espaços de trabalho não apenas ressalta sua relevância econômica, mas também enfatiza sua significância cultural e ambiental na vida desses grupos.

A análise de Witkoski ressalta a interdependência entre diferentes ambientes, revelando as complexas interações entre atividades produtivas e ecológicas. Ao reconhecer essa interconexão, a pesquisa lança luz sobre como os espaços construídos são permeados por significados culturais. Isso significa que as práticas econômicas e ambientais não ocorrem em isolamento, mas são moldadas por valores,

tradições e percepções culturais. Essa abordagem destaca a importância de considerar não apenas os aspectos materiais das atividades produtivas, mas também os contextos culturais mais amplos nos quais elas estão inseridas.

No Território Guaraná Selvagem, moradores estabelecem uma distinção entre espaços de uso comum e privativo das unidades familiares, delineando a Floresta de Trabalho e a Água de Trabalho como espaços de uso comum, compartilhados para atividades extrativistas, situados geralmente fora dos limites das unidades familiares de produção. Nestes espaços de uso comum, os moradores têm permissão para acessar os recursos naturais, contudo, o acesso é restrito aos membros das comunidades situadas dentro do território.

Por outro lado, os espaços privados referem-se às unidades familiares de produção localizadas dentro do mencionado território, caracterizadas pela propriedade familiar, com documento de posse, contrato de compra e venda ou documentação oficial emitida pelo Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM). Ademais, os moradores empregam normas comunitárias para organizar suas atividades agrícolas, o que se reflete na delimitação das unidades familiares de produção através de “roças” ou “áreas de pousio” espalhadas pela extensão da propriedade familiar. A presença de tais áreas cultivadas sinaliza a proteção das unidades familiares de produção por meio de laços de parentesco ou vizinhança, revelando a eficácia das regras e normas construídas socialmente.

## 2.1. CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GUARANAZAL

A principal atividade realizada na Terra de Trabalho é a agricultura de corte e queima, que é um tipo de agricultura tradicional, compreendida como um sistema agrícola desenvolvido por povos indígenas e tradicionais. Este sistema envolve uma diversidade de práticas agrícolas, tecnologias e saberes, com a força de trabalho familiar sendo o principal fator de produção (CARDOSO, 2010).

Neste contexto, o “roçado” é conceituado como um espaço socialmente construído para a produção agrícola. Geralmente, é aberto e cultivado por um período limitado, seguido por um período de descanso conhecido como pousio. Durante o pousio, a área é deixada em repouso para permitir a regeneração da vegetação nativa

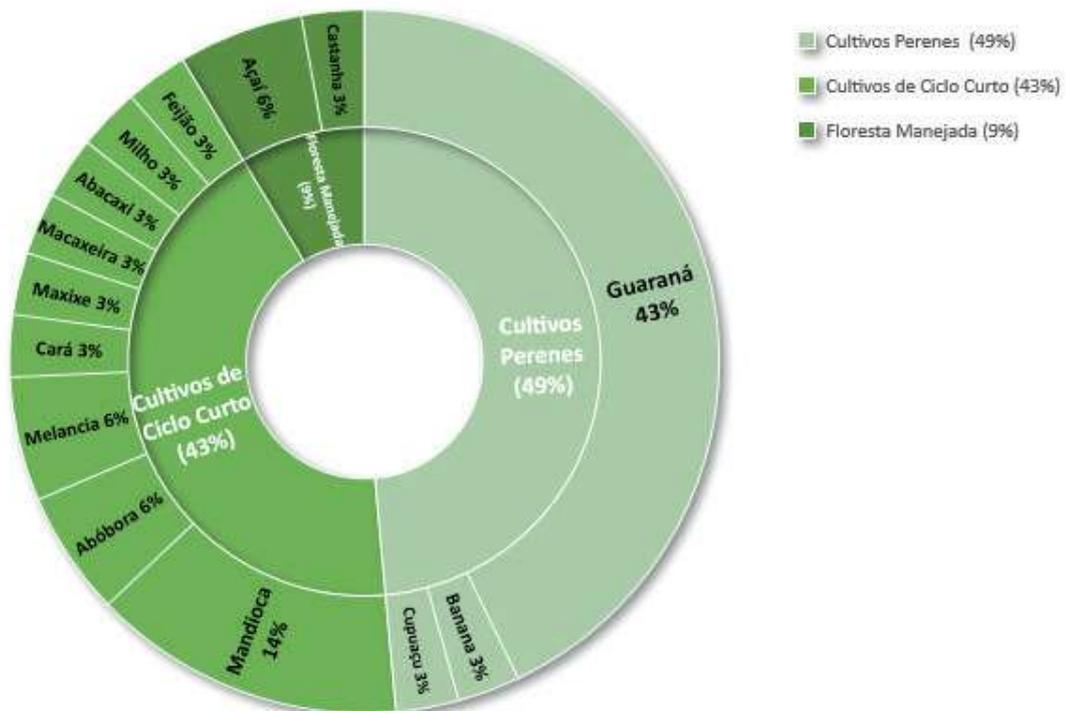
por meio de sucessão ecológica, visando diversos objetivos agrícolas e ambientais (CARDOSO, 2010).

Na região em estudo, existe uma distinção clara entre a “roça” e o “guaranazal”. Para a construção social desses espaços produtivos, os moradores empreendem a preparação do “roçado”, que consiste na transformação da floresta ou de uma área de pousio para o cultivo agrícola. Na classificação adotada pelos moradores, quando o plantio de mandioca é realizado em conjunto com outras espécies agrícolas ou florestais, esse espaço é denominado “roça”. Por outro lado, quando os moradores cultivam apenas guaraná, o espaço é chamado de “guaranazal”.

Há também moradores que optam por não cultivar guaraná. Nesses casos, as “roças” são cultivadas por um período máximo de 3 anos. Após esse tempo, a “roça” é deixada de lado, iniciando-se o processo de capoeira, termos utilizados pelos moradores para descrever o período em que a área não é mais utilizada para a agricultura, permitindo que descanse por um certo intervalo de tempo para a recuperação de sua fertilidade, possibilitando seu retorno à atividade agrícola futura.

Foi identificado que os moradores cultivam uma diversidade de produtos agrícola, sendo que a mandioca e o guaraná representam 56% da produção agrícola do Território Guaraná Selvagem, seguidos em menor proporção por outros produtos, tais como abóbora (6%), melancia (6%), banana (3%), cupuaçu (3%), cará (3%), maxixe (3%), macaxeira (3%), abacaxi (3%), milho (3%) e feijão (3%). Essa diversidade de cultivos reflete a estratégia de segurança alimentar dos moradores, que garantem uma variedade de alimentos para o sustento de suas famílias e comunidades (AGUIAR et al. 2021),

Figura 11 - Principais cultivos do Território Urupadí Parauari



Fonte: AGUIAR et al. (2021)

A produção agrícola concentra-se no cultivo de mandioca e guaraná, destacando a importância dessas culturas para a subsistência e economia local. A habilidade em conciliar o uso dos recursos naturais em diferentes ambientes demonstra não apenas a resiliência das comunidades, mas também as territorialidades específicas na organização social e produtiva. Nesse sentido, descreveremos o processo de construção social do “guaranazal” no Território Guaraná Selvagem.

No Território Guaraná Selvagem, podemos observar uma série de processos de territorialização em andamento, especialmente no que diz respeito à implantação de “guaranazal”. Dentro desse contexto, é possível estabelecer conexões com a ideia de territorialidade específica proposta por Almeida (2004; 2006). De acordo com essa abordagem, os babaçuais, castanhais, seringais e guaranazais não devem ser simplesmente vistos como áreas onde certas espécies vegetais estão distribuídas, nem como meras representações em um mapa. Eles carregam uma carga identitária coletiva, refletindo diversos processos sociais de territorialização e delineando dinamicamente territórios de pertencimento coletivo que são tradicionalmente ocupados.

Dentro desse cenário, o acesso aos recursos ambientais destinados a atividades produtivas, como o guaranazal, não se limita apenas às estruturas convencionais do grupo étnico, dos laços de parentesco, da unidade familiar, da comunidade ou da aldeia. Ele também é viabilizado por um certo grau de coesão e solidariedade que surgem em resposta a antagonismos e situações de extrema adversidade e conflito, fortalecendo assim as redes de solidariedade (ALMEIDA, 2006).

Segundo José Cristo de Oliveira, o processo de construção social do “guaranazal” é intensificado após o declínio da atividade de extração do pau-rosa. Sua família adquiriu uma propriedade com 20 hectares de guaraná, dando origem à comunidade Nossa Senhora de Nazaré. Nos primeiros anos, quando jovem, trabalhou no guaranazal do pai onde aprendeu a trabalhar com a planta. Os seus avôs trabalham com os Sateré-Mawé das comunidades São José e Nova Esperança, que no passado trabalhavam com pau-rosa e quando estavam nas comunidades trabalhavam no cultivo de guaraná. A relação desses moradores com os Sateré-Mawé reflete no aprendizado das técnicas ancestrais de cultivo do guaraná e seleção das mudas guaraná selvagem na floresta.

Ao casar-se com Ednamar Viana, da etnia Sateré-Mawé e residente na comunidade indígena Menino Deus, teve que deixar a unidade de produção de seu pai. A família cedeu-lhe um terreno para que pudesse iniciar a construção de seu próprio guaranazal na comunidade Nossa Senhora de Nazaré. Como já sabia onde obter mudas de guaraná selvagem na floresta, precisava apenas construir o roçado, tarefa que contou com o apoio de seus parentes e demais moradores.

Assim, o guaranazal da família de José Cristo, enquanto territorialidade específica, dependeu dos laços de pertencimento à comunidade Nossa Senhora de Nazaré, e do conhecimento sobre a floresta para seleção de mudas de guaraná selvagem para desenvolvimento das atividades produtivas. Os lugares dos melhores guaranás é algo guardado em segredos por toda a comunidade, citados nas entrevistas como o “caminho depois da mata do laranjal ou nas baixadas da mata”, lugares esses que os caminhos já estão organizados na memória de cada membro que compartilha dessa identidade coletiva.

Para compreender como os moradores constroem suas territorialidades específicas durante o processo de transformação da floresta em “guaranazal”, é crucial analisar como atribuem coletivamente significados às atividades de cultivo do guaraná. Em cada atividades, buscamos descrever como eles constroem suas relações sociais e organizam, tanto cultural quanto socialmente, a construção do “guaranazal” no Território Guaraná Selvagem.

De acordo com os relatos dos moradores, o tempo para realizar as atividades produtivas é dividido em inverno e verão, o que está diretamente relacionado à variação do nível do rio. No período que os moradores chamam de inverno ou de cheia, há presença significativa de chuva. Esse período inclui uma fase intermediária conhecida como enchente, caracterizada pela subida das águas ao longo de cinco meses, culminando na cheia propriamente dita, quando o rio atinge seu nível máximo e permanece assim por dois meses.

Figura 12 - Calendário Sazonal Comunitário

Calendário Sazonal Comunitário			Jan	Feb	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Percepção da Intensidade de Chuva e Quentura	Chuvvas	Quentura	Inverno					Verão							
	0 <i>chove muito pouco</i>	0 <i>pouca sensação de calor</i>	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
	1 <i>chove pouco</i>	1 <i>pouca e calor</i>	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	2 <i>chove médio</i>	2 <i>médio sensação de calor</i>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
3 <i>chove muito</i>	3 <i>muito quente</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Terra de Trabalho	Agricultura Tradicional	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Água de Trabalho	Pesca Artesanal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Floresta de Trabalho (Extrativismo animal)	Anta	1	1	1	1			1	1	1	1	1	1	1	
	Caítu	1	1	1	1			1	1	1	1	1	1	1	
	Jabutí	1	1	1							1	1	1	1	
	Macaco (prego, gauriba, puxiu)			1	1	1	1	1	1	1	1	1			
	Ovos de quelônio										1	1			
	Paca	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
	Pássaro (mutum, jacu, tucano, arara)				1	1	1					1	1	1	
	Queixada			1	1	1	1				1	1			
	Quelônio										1	1			
	Tatu	1	1	1	1	1	1	1	1	1					
	Veado	1	1	1				1	1	1	1	1	1	1	
	Floresta de Trabalho (Extrativismo vegetal)	Açaí	1	1	1	1	1								
Andiroba		1	1	1				1							
Bacaba		1	1					1		1	1	1	1		
Breu		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Caramuri		1	1	1											
Cipó		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Copaíba			1	1	1										
Mari-mari					1										
Palha		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Patauí							1	1	1						
Piquiá		1	1	1	1	1	1	1							
Tucumã			1	1	1	1	1	1	1	1					
Uixi coroa			1	1	1										
Uixi liso		1	1	1											
Organização Sociopolítica	Encontro de setor nas comunidades									1					
	Festa do Divino Espírito Santo (Maués)					1									
	Festa do Padroeiro nas comunidades	1				1									
	Festa Social nas comunidades	1		1											
	Futebol "visita" nas comunidades			1											
Puxirum nas comunidades	1	1	1	1											

Fonte: Adaptação de PEREIRA, C. F. et al. (2022)

O período de verão se inicia com a descida do rio e a diminuição das chuvas, acompanhado pelo aumento da temperatura. Durante essa fase intermediária, chamada de vazante, que se estende por três meses até o final de outubro, o nível do rio diminui gradualmente. Em seguida, ocorre o período de seca, quando o nível do rio atinge seu ponto mais baixo e permanece estável por dois meses, antes de iniciar novamente o ciclo hidrológico com a enchente do rio.

Quadro 2 – Sazonalidade do rio

<b>Nível da água</b>	<b>Meses</b>	<b>Processo social de construção do guaranazal</b>
Enchente	Janeiro a maio	<i>Escolha do local</i>
Cheia	Junho a julho	<i>Capina</i>
Vazante	Agosto a outubro	<i>Derrubada</i> <i>Queima</i> <i>Coivara</i>
Seca	Novembro a dezembro	<i>Seleção mudas de guaraná</i> <i>Plantio</i>

Para compreender a relação das variações sazonais do nível dos rios com os processos sociais de construção do guaranazal, este estudo partiu do trabalho de Evans-Pritchard (1978) sobre o conceito de tempo ecológico. Segundo este autor, as estações são mais claramente definidas por aspectos que impactam os movimentos das pessoas, como as necessidades de água e as variações no suprimento de alimentos, que moldam o ritmo social de uma comunidade.

Em contraste com o conceito de tempo urbano-industrial, as comunidades tradicionais vivem de acordo com o tempo ecológico, como evidenciado no testemunho da moradora da comunidade São Sebastião, Dorcina Magalhães de Sá, durante a estação seca, a família se desloca para uma casa mais próxima da água para facilitar a lavagem do guaraná, captura de pescado e preparação dos alimentos, retornando à casa no platô mais alto no período da cheia.

O conhecimento local desempenha um papel crucial na adaptação às condições naturais, influenciando diretamente as práticas produtivas de cada grupo doméstico. Atividades sazonais, como a extração de açaí e a caça, são realizadas em momentos específicos do ano, delineando a compreensão das estações pela comunidade.

A percepção do tempo pelos moradores desempenha um papel central na organização do trabalho e na vida cotidiana. O processo social de construção do *guaranazal* é construído em torno dessas variações sazonais, observa-se que no período da enchente tem início a escolha do terreno para estabelecimento do *roçado*.

Nesse período, os moradores mobilizam todo o seu conhecimento especializado, realizando o mapeamento dos melhores locais no ambiente de terra firme. Este processo envolve uma combinação de saberes tradicionais, experiência prática e compreensão ecológica, permitindo identificar os locais mais adequados para estabelecer seus “roçados.”

Essa habilidade de selecionar o melhor local para o início do processo social de construção do *guaranazal* demonstra a profunda conexão dos moradores com a floresta e sua capacidade de identificar a “melhor terra” para garantir o sucesso da atividade agrícola. Esse aspecto é destacado por Woortmann e Woortmann (1997, p. 36) em relação à compreensão dos camponeses na seleção do terreno: “há variações significativas nos tipos de solo, incluindo solos robustos e solos frágeis; terras adequadas para diferentes produtos ou variedades, levando em consideração as necessidades de consumo e/ou comercialização”.

Os moradores não realizavam análise de solo em seus plantios, dos quais 89% responderam negativamente, indicando que não efetuavam tal procedimento, enquanto apenas 11% afirmaram ter realizado tal diagnóstico sobre a fertilidade do solo.

No período da cheia, que corresponde aos meses de junho ou julho, ocorre a limpeza do terreno por meio do processo conhecido como “roçar por baixo”. Esse processo envolve o uso de ferramentas como o terçado para cortar o estrato arbustivo e arbóreo inferior, deixando intacto apenas o estrato arbóreo médio e alto.

No período da vazante, entre os meses de julho e setembro, ocorre a derrubada desse estrato médio e alto com o auxílio de machado ou motosserra. Os moradores optam por aguardar a secagem da vegetação antes de prosseguir com a execução do *aceiro*, uma etapa crucial visando evitar a disseminação descontrolada do fogo durante a queima. O “*aceiro*”, é preparado por indivíduos dotados de experiência,

enquanto os mais jovens colaboram no “puxirum”, contribuindo para sua preparação. Dessa maneira, um membro com vivência na preparação de “roçados” é designado para organizar a área destinada ao procedimento de queima.

No mês de outubro, acontece a “coivara”, um momento em que os galhos das árvores que não foram consumidos pelo fogo durante a queimada são cortados, empilhados em blocos menores dentro do terreno e então queimados, objetivando a limpeza da área.

No período da seca, o “roçado” é culturalmente preparado para ser transformado em “guaranazal”. Os moradores constroem o terreno em áreas de até um hectare (1 ha), para cultura do guaraná, abrangendo 45% das unidades familiares de produção. Em cerca de 32% das unidades de produção, os roçados são implantados em áreas variando de 1 a 3 hectares, enquanto apenas 23% são abertos em áreas acima de 3 hectares. Essa distribuição espacial reflete as práticas agrícolas predominantes na região, evidenciando a preferência dos agricultores por roçados de tamanho moderado para suas atividades agrícolas (Aguiar, 2020)

Em relação ao plantio, existem duas abordagens distintas para o plantio de guaraná selvagem na região. A primeira envolve uma preparação exclusiva do roçado para o cultivo de guaraná, que é realizado por poucos moradores. Porém, o método mais comum de cultivo de guaraná na região é o cultivo consorciado, que combina a mandioca com o cultivo de guaraná e cultivos de ciclo curto como cará, milho e jerimum.

O plantio costuma ser realizado em forma de “puxirum”, com trabalho coletivo realizado por parentes, tanto no plantio quanto nos cuidados culturais das plantas. Esta forma de trabalho colaborativo permite concluir atividades que levariam dias em pouco tempo. Quando os moradores convidam parentes para participar do “puxirum”, eles têm a obrigação de retribuir o trabalho em algum momento.

Os moradores iniciam o processo social de construção do roçado obtendo estacas na floresta para marcar os locais de plantio das mudas de guaraná. Após a obtenção das estacas, eles começam a cavar os buracos para o plantio do guaraná, seguindo um espaçamento adequado de 40 cm x 40 cm entre as mudas. Quando

questionados sobre a estimativa da quantidade de mudas que poderiam ser plantadas em uma área de 1 hectare, os moradores afirmam que, no máximo, 400 plantas poderiam ser plantadas.

Em janeiro, no início das chuvas que coincide com a enchente do rio, os moradores se dirigem à floresta em busca das matrizes de guaraná, de acordo com Aguiar et. al. (2021) essas plantas são conhecidas como "plantas-mãe". Nos meses de outubro e novembro, as "plantas-mãe" florescem no estrato arbóreo alto, e seus frutos caem no chão, gerando as mudas de guaraná nativo, que podem ser entendidas como plantas não cultivadas de acordo com Posey (2001).

A classificação das melhores mudas de guaraná na floresta marca o início da jornada para o plantio do guaraná. Em todas as comunidades, observou-se uma predominância de mudas nativas, com 61% dos moradores adquirindo-as na floresta e 39% selecionando sementes de plantas cultivadas em suas propriedades.

Quadro 3 -Situação das formas de aquisição das mudas ou sementes para o cultivo de guaraná.

Cultura	Formas de Aquisição	Formas de Propagação	Local de Aquisição					Total	%
			Na Própria Propriedade	Na comunidade	Na floresta	Em outra Localidade			
Guaraná	Seleção na floresta	Muda silvestre	4	7	15	1	27	61%	
		Semente domesticada	1	8	6	2	17	39%	
	<b>Total</b>		<b>5</b>	<b>15</b>	<b>21</b>	<b>3</b>			
	<b>%</b>		<b>11%</b>	<b>34%</b>	<b>48%</b>	<b>7%</b>			

Fonte: Banco de Dados da Rede Paullinia Cupana, 2023.

Os moradores do rio Urupadí classificam de forma distinta as mudas de guaraná nativo, oriundas da "planta-mãe": aqueles com folhas mais largas são identificados como "plantas fêmeas", consideradas mais produtivas e de interesse dos moradores, enquanto as plantas com folhas mais estreitas, conhecidas como "plantas macho", são consideradas menos produtivas. Isso ilustra como os conhecimentos dos moradores contribuem historicamente para a preservação da biodiversidade do guaraná (Aguiar, 2021)

O estudo de Tricaud et al. (2016) já descreveu a prática de busca de mudas na floresta, destacando que o sistema de cultivo do guaraná em Maués é baseado nessa tradição ancestral dos povos indígenas. No caso dos guaranazais do povo Sateré-Mawé, eles são formados por plantas selvagens coletadas na floresta a partir da seleção das "plantas-mãe", que são permitidas a crescer e frutificar.

## 2.2. CLASSIFICAÇÃO DOS FRUTOS E PLANTAS

Esses conhecimentos e práticas tradicionais abrangem uma cosmologia específica que guia o cultivo de guaraná, desde o preparo do roçado como base para o plantio até a extração das "plantas fêmeas", coincidindo com a chegada das primeiras chuvas. A prática tradicional de extração das "plantas fêmeas" envolve a retirada cuidadosa de um pouco de solo para preservar as raízes. Essas mudas são então envoltas em folhas de bananeira e transportadas em paneiros para áreas úmidas próximas ao roçado, como igarapés e córregos, onde os agricultores podem irrigá-las (Silveira, 2017). Essa abordagem reflete uma profunda compreensão ecológica e cultural, integrando-se harmoniosamente ao ciclo natural e às práticas agrícolas tradicionais.

Durante o processo de cultivo das "plantas fêmeas", os homens preparam perfuram as covas e preparam uma mistura de terra preta, cinzas e carvão. Enquanto isso, as mulheres são responsáveis por transportar as mudas das áreas úmidas até as áreas de cultivo. Observou-se que os moradores não utilizam calcário ou outros produtos para corrigir o pH do solo, eles afirmaram não ter realizado nenhum tipo de manejo do solo com esse propósito. A única prática de manejo do solo mencionada pelos moradores foi o preenchimento das covas com a mistura de terra preta, cinzas e carvão. O que destaca a importância da seleção criteriosa do local para o cultivo do guaraná, aliada à técnica tradicional de corte e queima (Aguiar, 2022)

O método de cultivo do guaraná consorciado com a mandioca e outros cultivos de ciclo curto é adotado porque, no primeiro ano, a mandioca desempenha o papel de "mãe do guaraná". Ela protege as plantas do estresse causado pela incidência direta de luz solar durante o verão amazônico. As plantas de guaraná crescem sob a sombra da mandioca até o segundo ano, quando já conseguem tolerar as condições climáticas mais extremas. Essa estratégia de cultivo reflete o conhecimento local, aproveitando

a sinergia entre as duas culturas para garantir o desenvolvimento do guaraná durante seus estágios iniciais de crescimento.

O guaranazeiro leva de 5 a 6 anos para iniciar a produção, com uma carga inicial pequena nos primeiros anos. Essa produção aumenta gradualmente ao longo do tempo, atingindo seu pico por volta dos 10 anos de idade. Esse processo gradual de maturação e aumento da produção ao longo do tempo é uma característica importante do ciclo de vida das plantas de guaraná, exigindo paciência e cuidado por parte dos moradores.

No processo social de estabelecimento do guaranazal, os moradores dependem predominantemente do trabalho manual. No que diz respeito aos equipamentos utilizados, 95% dos agricultores fazem uso de ferramentas manuais, tais como terçados, enxadas, machados e foices, enquanto apenas 5% optam por equipamentos mecânicos, sendo a roçadeira o destaque nesse grupo.

### 2.3. O MANEJO E TRATOS CULTURAIS

Durante o período das chuvas, que se estende de janeiro a maio, os cuidados com o guaranazal têm início, envolvendo práticas de manejo da vegetação e uma rotatividade de capinas como parte das estratégias de cultivo. Durante esse período, os moradores também realizam a poda dos galhos velhos e danificados, e uma prática importante é a adubação verde, que é realizada por uma minoria dos moradores (21,6%), envolvendo o plantio de espécies como o ingá (Aguiar, 2021).

Observou-se que 78,4% dos agricultores entrevistados afirmaram não realizar adubação durante o plantio de guaraná nessa época de tratos culturais. O principal motivo relatado foi o desconhecimento das técnicas de adubação verde ou a falta de recursos financeiros para adquirir adubos químicos.

Figura 13 - Tipo de Adubação.



Fonte AGUIAR, O. M. (2022)

Aguiar (2021) afirma que a minoria dos agricultores que adota a prática de adubação verde foi incentivada pelo Núcleo de Socioeconomia da Universidade Federal do Amazonas (NUSEC). Nesse contexto, os moradores receberam orientações para cultivar a etnoespécie Ingá nas áreas de plantio e, antes da floração, podar todos os ramos e folhas para cobrir o solo nas áreas destinadas ao cultivo de guaraná. Espíndola et al. (2006) destacam o crescente interesse dos agricultores familiares na adubação verde, uma abordagem economicamente viável que beneficia o solo ao protegê-lo contra a erosão e ao tornar os nutrientes disponíveis.

Os resultados da pesquisa revelam que 97% dos moradores declararam não utilizar agrotóxicos em seus tratamentos culturais, enquanto uma minoria admitiu ter empregado algum tipo dessas substâncias agroquímicas para o controle de plantas invasoras. Estes dados indicam uma tendência na agricultura tradicional da região de evitar o uso de agrotóxicos, possivelmente devido à escassez de recursos financeiros para adquirir tais produtos na cidade de Maués.

No cenário contemporâneo, a utilização de agrotóxicos desponta como uma problemática significativa tanto em termos ambientais quanto de saúde pública, especialmente em países em desenvolvimento. Segundo Cavalcante (2022), o Brasil figura como o terceiro maior consumidor mundial desses produtos.

Em relação às práticas agrícolas que promovem a biodiversidade da propriedade, constatou-se que 51% dos agricultores familiares não praticam a rotação de culturas. Geralmente, o cultivo de guaraná recebe apenas os tratamentos culturais tradicionais e é consorciado com espécies florestais sem valor comercial ou

alimentício. Os agricultores acreditam que o aumento da produtividade do guaranazal ocorrerá com o viveiro de mudas frutíferas e florestais implantado na comunidade Brasileira.

No que diz respeito ao manejo do mato na área de plantio, Aguiar (2022) afirmou que 70% dos agricultores o realizam. Durante os meses de janeiro a abril, ocorre o manejo do mato e a aplicação de cobertura morta. De acordo com De Castro (2009), a cobertura morta é uma prática importante nos cultivos agrícolas, pois promove benefícios para o solo, aumentando a atividade microbiana e a incorporação de nutrientes provenientes da decomposição da matéria orgânica. Os outros 30% dos agricultores não realizam o manejo do mato e a alternância de capinas devido os guaranazais estarem muito distante da margem do rio e à necessidade de muita mão de obra.

Quanto ao quebra-vento dos cultivos de guaraná, verificou-se que 78% dos agricultores utilizam esse mecanismo para separar as áreas agrícolas. Nessa região, não há risco de contaminação dos guaranazais por pulverização de áreas vizinhas ou cultivos transgênicos nos arredores.

Quadro 4 - Práticas de conservação realizadas nas propriedades rurais orgânicas.

Total de Propriedades Orgânicas n=31	% Propriedades Rurais
Adução verde:	97%
Cobertura do solo:	97%
Manejo do mato e alternância de capinas:	94%
Ausência de fogo:	90%
Quebra-ventos:	77%
Aubos orgânicos (esterco, compostagem):	45%
Cultivos consorciados:	35%
Controle de doenças com produtos (práticas orgânicas):	35%
Sistemas agroflorestais:	32%
Diversificação da produção:	29%
Rotação de culturas:	16%
Plantio de plantas que atraem inimigos naturais (Controle de invasoras):	6%

Fonte: Banco de Dados RENESU/NUSEC, 2020.

A arte do conhecimento sobre o manejo do guaraná é um legado ancestral, uma tradição de trabalho na qual os homens moldam sua própria história. Esse

conhecimento é passado de geração em geração, moldando suas identidades e enriquecendo suas vidas com a sabedoria acumulada ao longo do tempo.

#### 2.4. PREPARAÇÃO PARA COLHEITA

Os moradores da região tendem a evitar o guaranazal durante os meses de junho a agosto, quando as flores estão brotando e os frutos estão começando a se formar. Durante esse período crítico, muitos acreditam que a entrada no guaranazal pode prejudicar a planta, resultando na queda das flores ou dos frutos e, conseqüentemente, em uma safra ruim. Esse consenso coletivo leva os moradores a preferirem evitar a entrada de qualquer pessoa no guaranazal durante esses meses cruciais de desenvolvimento dos frutos.

Além disso, há um indicador relacionado à estimada da produção, que envolve a observação da época de floração do caju e da manga. Quando há uma abundância de flores de caju e manga na região, os moradores acreditam que a safra do guaraná será boa. O tempo também é um fator importante que os moradores observarem, pois eles acreditam que a flor do guaraná “pede sol”. Portanto, se o verão for intenso, isso é interpretado como um sinal de que a produção será de qualidade. Esses indicadores, enraizadas no conhecimento tradicional, orientam os moradores em suas práticas agrícolas e refletem a profunda conexão entre o conhecimento, o cultivo do guaraná e o território.

A colheita dos frutos ocorre durante o período do verão, começando no final de setembro e estendendo-se até novembro, podendo até mesmo se prolongar até dezembro. Esse processo é chamado pelos moradores locais de "apanhação", e envolve toda a família, incluindo diaristas que possuem vínculos de parentesco. Todos se reúnem para participar desse momento crucial da colheita, garantindo que a safra não seja perdida.

Os moradores realizam a colheita dos frutos maduros logo pela manhã, antes das sete horas, para evitar a temperatura elevada. Levam consigo sacas de ráfia e/ou paneiros para a colheita, preferencialmente feita de forma manual, priorizando os cachos de guaraná maduro. Por volta das 10 horas, já estão deixando o guaranazal com os frutos colhidos, os quais são levados para os barracões e espalhados nas

gamelas ou no assoalho, com cuidado para não tocar o chão. Cada fruto é retirado do cacho e deixado por três dias para fermentar, facilitando o processo de descasque, onde alguns moradores utilizam uma máquina chamada “despoupadeira” para auxiliar, mas muitos ainda realizam o processo manualmente.

No dia em que é realizado o processo de descasque do guaraná, o trabalho começa antes das 7 horas da manhã para garantir tempo suficiente para descascar e lavar os grãos. Devido à falta de água encanada no local de beneficiamento, os moradores utilizam a água do rio, a mesma que serve para consumo das famílias da comunidade quando não há água encanada. Durante o intervalo da lavagem, os moradores utilizam fornos de barro realizar a torragem do guaraná.

A torragem do guaraná é realizada de maneira específica. O forno é aquecido previamente antes de os grãos serem colocados para escaldar, sendo mexidos com um remo chamado “tarú” e um “rodo”. Durante todo esse processo, os grãos de guaraná precisam ser manuseados com movimentos de rotação ou de puxar, sem pausa, até o final do processo de escaldagem. Os responsáveis pela torragem devem manter as mãos firmes e os olhos atentos para monitorar o estado de torra de cada grão.

Após aproximadamente duas ou três horas de torragem, o guaraná é retirado para ser peneirado, separando os grãos grandes dos pequenos, conhecidos localmente como bagus graúdos e miúdos, respectivamente. Os grãos maiores são retornados ao forno para continuar o processo de torragem, e somente quando estiverem mais secos é que os grãos menores são adicionados de volta para a finalização do processo.

Após a conclusão da torragem, o guaraná é colocado em paneiros para esfriar. Em seguida, os grãos torrados são transferidos para sacas de ráfia e armazenados na comunidade Brasileia. Caso não haja armazém na comunidade, o guaraná é armazenado em “fumeiros” nas casas dos moradores. Essa etapa de armazenamento é crucial para preservar a qualidade do guaraná torrado até o momento da comercialização.

A comercialização do guaraná ocorre de três maneiras distintas: a venda dos grãos, ‘, processamento em pó e o processamento em bastão. A maior parte da

produção é comercializada em forma de grãos, sendo este o método predominante escolhido pelos patrões. No entanto, os outros dois processos não deixam de ser utilizados, embora em menor escala, pelos moradores do rio Urupadí.

## 2.5. PRODUÇÃO DO BASTÃO DE GUARANÁ

O processamento dos bastões de guaraná geralmente começa por volta de meados de janeiro e costuma ser concluído até o mês de junho. Essa prática diversificada de processamento permite que os moradores atendam às demandas específicas das comunidades tradicionais que têm preferência pelo bastão de guaraná para o consumo.

O bastão de guaraná vai além de ser apenas um produto de consumo; ele carrega um significado cultural profundo. É frequentemente empregado em cerimônias e rituais como um elemento que fortalece a conexão espiritual e ancestral, além de representar um símbolo de identidade e resistência cultural. Essa valorização do bastão de guaraná transcende seu aspecto utilitário, destacando-se como uma manifestação tangível da história e da tradição das comunidades e povos Sateré-Mawé.

Desde a comunidade Niterói, a venda de guaraná em grão era uma tarefa árdua. Portanto, o guaraná em bastão tornou-se uma alternativa viável para aumentar a renda dessas famílias. Para produzir o bastão de guaraná, eles contavam com uma equipe dedicada, composta por pessoas responsáveis pelo beneficiamento que possuíam seu próprio pilão, conhecido como "marreta", e um padeiro encarregado de preparar o bastão de guaraná.

No início, enquanto não dominavam a técnica de produção do bastão de guaraná, ocorria uma perda significativa de produto, conhecido como "guaraná poca". Esse termo refere-se ao guaraná que, durante o processo de selagem da massa, permitia a entrada de ar, resultando em bastões que, ao serem beneficiados no fumeiro, acabavam rachando. Esses bastões danificados eram considerados "poca" e perdiam seu valor comercial.

Na geração atual, a continuidade do trabalho com o bastão de guaraná tornou-se necessária devido ao baixo preço do guaraná em grão. Após a colheita, inicia-se o processo de “pilação”, adicionando-se pouca água. Meio quilo pilado equivale a um copo de 180ml, e o processo dura de 20 a 30 minutos até que a massa crie liga e se desprenda do pilão. Em seguida, a massa é moldada para formar o bastão e descansa por uma hora antes de ser levada para o fumeiro. O “giral do fumeiro” fica a cerca de um metro do fogo, que é alimentado até aquecer a massa. Depois, o fogo é reduzido e a massa é deixada no fumeiro por 30 dias até estar pronta.

### **3. CONFLITOS TERRITORIAIS E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA**

#### **3.1. PRISÃO E EMERGÊNCIA DA UNIDADE DE MOBILIZAÇÃO**

Em 2017, a Igreja Católica de Maués estava organizando o encontro de setor Urupadí, envolvendo várias comunidades ao longo do Urupadí. O evento seria realizado na comunidade Brasileia, que está localizada no Polo 11, denominado Urupadí.

Conforme indicado por Trindade et al. (2021), o município de Maués possui comunidades que estão divididas em zonas, onde elas foram organizadas em 12 polos administrativos, cada um com uma comunidade central que oferece infraestrutura comunitária e serviços sociais mais desenvolvidos, incluindo posto de saúde, escola, comércio, poço artesiano, internet, telefonia, fornecimento de energia e transporte.

A Igreja Católica utiliza a classificação dos Polos da Prefeitura de Maués para organizar as comunidades rurais, denominando esses polos como setores. No caso do rio Urupadí, enquanto a Prefeitura designa como polo 11, a Igreja Católica o classifica como Setor Urupadí, abrangendo as seguintes comunidades: São Pedro, Nossa Senhora da Aparecida, São José do Pedreiro, Nova Betel, Nova Jerusalém, Monte Salém, São José do Paricá, Monte Horebe, Santa Clara, Monte das Oliveiras, Nova Galileia, Santa Luzia, São Domingos, Brasiléia, São Sebastião, Nossa Senhora de Nazaré, e inclui também as comunidades indígenas Menino Deus e São Benedito.

A Igreja Católica realiza cerca de 10 reuniões anuais por setor. Nas comunidades tradicionais do Território Guaraná Selvagem, os moradores elegem uma coordenação comunitária composta por coordenador(a), vice-coordenador(a), secretário(a) e tesoureiro(a), responsáveis pela gestão local. Essas lideranças representam suas comunidades nos encontros setoriais.

Nos encontros setoriais, as lideranças de todas as comunidades elegem uma coordenação do setor, mantendo os mesmos cargos existentes nas comunidades, mas com atribuições relacionadas à coordenação do setor. Durante esses encontros,

são discutidos temas sociais e religiosos das comunidades, incluindo a organização de cultos e festas.

As lideranças que representam as comunidades no encontro do setor devem levar alimentos para serem compartilhados. Nesse sentido, o coordenador da comunidade São José do Paricá, Adeilson Gomes de Souza, também conhecido como “Dedeco”, mobilizou a comunidade para realizar uma caçada para levar comida ao encontro. Porém, ao anoitecer, eles ainda não haviam retornado, causando preocupação na família. Conforme o relato da esposa do coordenador, Maria Amélia Cavalcante, 51 anos, moradora da comunidade São José do Paricá.

Deu oito horas da noite e eles não chegaram. Ai o Lucas, que é meu filho, disse assim: “mamãe, se eles não chegarem até oito horas, eu vou pegar essa voadeira, vou abastecer, vou convidar algumas pessoas e vou atrás”. Aí foram atrás, né. Isso foi sexta-feira. Eles não acharam mais eles, aí ele voltou de manhã: “Mamãe, vim pegar aqui as comidas, aqui, as coisas pra mim buscar porque não acharam os caras não”.

No sábado, a notícia já havia se espalhado pelas comunidades vizinhas: os moradores da comunidade São José do Paricá não tinham retornado da caçada no Território Guaraná Selvagem. Relatos de moradores se perdendo durante a caçada ou a coleta de produtos no território são comuns. Nesses casos, as comunidades formam grupos de busca para resgatar os perdidos. Quando são encontrados, esses moradores frequentemente relatam a presença de animais como onças e seres da floresta, incluindo os “encantados”, “gritadores” e “visagens”, que os rodeavam nas noites.

Os moradores, no entanto, não estavam perdidos. O grupo havia encontrado um bando de porcos da etnoespécie “porco do mato” e começou a persegui-los. Três deles voltaram para avisar que estavam atrás dos porcos, enquanto os demais decidiram dormir na floresta. Eles se afastaram bastante da comunidade e conseguiram retornar apenas no dia seguinte, sábado.

No domingo, Maria Amélia Cavalcante e sua família participaram das atividades religiosas. Após o culto, “Dedeco”, coordenador da comunidade São José do Paricá, realizou uma reunião comunitária e, em seguida, todos foram para a cidade de Maués.

Na terça-feira da semana seguinte, ainda em Maués, Maria Amélia relatou que “Dedeco” foi informado pelo cunhado que um homem havia sido morto na comunidade São João. Os dias se passaram, e na quinta-feira, quando a família de Maria Amélia estava se preparando para voltar para a comunidade, uma prima do marido chegou com uma notícia alarmante: estava circulando a informação de que “Dedeco” havia matado um madeireiro no Território Guaraná Selvagem e que a polícia estava atrás dele para prendê-lo. “Dedeco”, decidido a esclarecer a situação, dirigiu-se voluntariamente à delegacia, onde foi preso pelo assassinato de uma pessoa que trabalhava como serrador para um madeireiro.

Maria Amélia começou a mobilizar as lideranças das comunidades do Setor Urupadí, que prontamente atenderam ao chamado e se dirigiram à frente da delegacia para protestar contra a prisão de “Dedeco”.

Na delegacia, havia mais uma pessoa presa, um jovem Sateré-Mawé que vivia no rio Paricazinho, nas imediações da comunidade São José do Paricá, que também foi interrogado pelos policiais. Durante o interrogatório, o indígena confessou que tinha atirado no serrador quando ele estava cortando uma castanheira no terreno de seu pai. Naquele momento, eles estavam caçando, a família não tinha comida e as crianças estavam com fome, havia vários dias que não conseguiam nenhum alimento devido ao barulho do motosserra. Após o episódio, o jovem Sateré-Mawé mudou-se para a comunidade indígena Menino Deus, localizada no Território Guaraná Selvagem, onde seus avós moram.

O que os moradores da comunidade São José do Paricá não sabiam era que, naquele mesmo final de semana que aconteceu o incidente com o serrador, enquanto perseguiam o bando de porcos do mato durante a caçada, havia o grupo de indígenas também caçando. No dia seguinte à ida do grupo de “Dedeco” para caçar, esses indígenas entraram em conflito com o serrador que estava derrubando castanheiras no Território Guaraná Selvagem, resultando em um disparo contra ele.

### 3.2. LIBERAÇÃO E REVIRAVOLTA: UNIDADE DE MOBILIZAÇÃO PELA PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO GUARANÁ SELVAGEM

Após muitas dificuldades e a ajuda do advogado, Dedeco foi liberado tarde da noite. No entanto, ele ainda precisaria retornar no dia seguinte para assinar documentos. No retorno a comunidade São José do Paricá, a família foi abordada por uma pessoa desesperada que revelou que o serrador atirado estava vivo e havia chegado à sua casa em estado crítico.

A família de “Dedeco” voltou para Maués para levar o serrador ferido ao hospital. Quando chegaram em Maués, uma viatura da polícia os aguardava. A filha de “Dedeco”, que mora em Maués, havia ido à delegacia informar que seu pai estava trazendo o serrador, que ainda estava vivo. A polícia levou o serrador ao hospital, e Dedeco ainda foi encarregado de levar um recado do serrador para sua mulher e teve conhecimento que a família do serrador estava chegando à cidade para vingar sua morte. Após o tratamento, o serrador melhorou, e a família veio buscá-lo de Maués.

O episódio da prisão de “Dedeco” gerou uma estratégia de mobilização pela proteção do Território Guaraná Selvagem, liderada por associações comunitárias. Essas associações passaram a liderar a mobilização dos moradores na reivindicação territorial contra o avanço da indústria madeireira, manifestada no território por agentes sociais como madeireiros, serradores, motoristas de tratores e trabalhadores das balsas que transportam as toras de madeira pelos rios Urupadí e Parauari.

Segundo Almeida (2006), as formas de resistência desenvolvidas pelas comunidades tradicionais para enfrentar adversidades evidenciam estratégias de luta consolidadas por meio de suas estratégias de mobilização. Esses grupos utilizam o território como um fator crucial de articulação e conhecimento comum, incorporando a mobilização dos agentes sociais e suas formas organizativas e representações do território.

A pauta reivindicatória de territórios está intrinsecamente ligada à autoconsciência desses povos e comunidades, que se mobilizam sem dissociar as lutas econômicas dos fatores identitários. Essa autoconsciência está profundamente relacionada à mobilização política em torno de uma territorialidade específica,

considerada fundamental para consolidar sua identidade coletiva e sua reprodução física e social (Almeida, 2017)

Os moradores das comunidades indígenas e tradicionais do Território Guaraná Selvagem, mobilizados pelas associações territoriais Associação dos Agricultores e Familiares do Alto Urupadí (AAFAU), Base de Fiscalização do Povo Sateré-Mawé, Associação Comunitária Agrícola do Rio Urupadí (ASCAMPA) e Grupo de Moradores da Comunidade Santo Antônio do Mucajá, articularam-se com o Ministério Público Federal com apoio do Conselho Indígena Missionário (CIMI) para discutir o avanço da indústria madeireira no Território Guaraná Selvagem.

Em 04 de junho de 2019, o MPF realizou uma diligência no rio Urupadí, com uma reunião na comunidade Brasília. Durante o encontro, os moradores narraram o episódio da prisão de "Dedeco" e os eventos que levaram o jovem indígena a disparar contra o serrador. Os moradores também compartilharam relatos de violência e violações cometidas pelos madeireiros no Território Guaraná Selvagem. Os moradores tomaram conhecimento da existência de Cadastros Ambientais Rurais (CAR) referentes a grandes propriedades no território de uso comum, além de 26 processos em andamento para aprovação de planos de manejo florestal para exploração de madeira.

Nessa mesma reunião, os moradores de diversas comunidades do Território Guaraná Selvagem reivindicaram a proteção do território tradicionalmente ocupado, propondo a criação de uma unidade de conservação como instrumento para conter o avanço dos madeireiros sobre as áreas de uso comum.

Os representantes da AAFAU e ASCAMPA foram convidados pelo MPF para participar da Audiência Pública, realizada em 5 de junho de 2019, no auditório do Instituto Federal do Amazonas - Campus Maués. Durante essa audiência, seriam realizados os encaminhamentos sobre as reivindicações identificadas na reunião anterior, realizada na comunidade Brasília. A audiência foi conduzida pelo Procurador da República Fernando Merloto Soave, com a presença de representantes do Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual, Fundação Nacional do Índio, Poder Judiciário de Maués, Instituto Federal de Educação, CASAI Maués,

Paróquia local, Prefeitura de Maués, membros de movimentos sociais, bem como moradores do Território Guaraná Selvagem.

Nessa arena política, houve divergências significativas entre os interesses e reivindicações dos diferentes grupos. Os representantes da indústria madeireira defenderam os planos de manejo, argumentando que geram empregos e desenvolvimento econômico. Eles justificaram a destruição da floresta pela abertura de estradas, portos e uso de equipamentos proibidos como uma necessidade para o crescimento do setor empresarial. Por outro lado, a Igreja Católica, o Instituto Federal de Educação e os representantes das comunidades tradicionais exigiram a retirada dos madeireiros e a proteção dos territórios tradicionalmente ocupados.

### **3.2.1. Indústria Madeireira**

Erasmus, vereador, madeireiro e dono da empresa Agrosolo de Maués, representando a indústria madeireira na Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal, defendeu os madeireiros, alegando que os moradores das comunidades não compreendem como funciona o manejo florestal. Ele destacou que o plano de manejo gera empregos e acusou os agricultores de serem os maiores desmatadores do município, com 560 licenças para derrubar até um hectare.

A esposa do vereador, ressaltou a importância dos empregos gerados pela indústria madeireira para a sobrevivência das pessoas na cidade. Ela defendeu a legalização da atividade e argumentou que sua empresa, que emprega 70 funcionários, é vital para a economia local.

### **3.2.2. Povos E Comunidades Tradicionais**

Edinamar Viana, da Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do rio Urupadí, defendeu os direitos dos moradores das comunidades tradicionais sobre seus territórios. Ela argumentou que os povos e comunidades tradicionais utilizam métodos de cultivo que não destroem a floresta e exigiu a retirada dos madeireiros, destacando a importância da floresta para o mundo.

“Dedeco”, representante da ASCAMPA e morador da comunidade São José do Paricá, enfatizou os direitos legais dos moradores das comunidades tradicionais e denunciou a invasão das terras pelos madeireiros. Ele relatou a destruição dos

igarapés devido à atividade madeireira e destacou a injustiça de sua prisão, afirmando que continuará lutando pela proteção da floresta.

Os representantes da ASCAMPA e AAFAU, apoiados por entidades como a Igreja Católica, destacaram a necessidade urgente de criação de uma unidade de conservação para proteger o Território Guaraná Selvagem.

### **3.2.3. Entidades de Apoio**

Padre Oziel, representante da Igreja Católica, manifestou preocupação com a exploração madeireira no Território Guaraná Selvagem e solicitou explicações do MPF sobre a regularidade dessa atividade.

Elias Souza, Diretor do Instituto Federal de Educação de Maués, questionou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente sobre a passagem noturna de balsas carregadas de madeira e criticou a exploração ilegal dos recursos florestais.

Jane Beltrão, Secretária de Meio Ambiente, destacou a complexidade das questões ambientais e as limitações orçamentárias enfrentadas pela secretaria. Ela ressaltou os esforços para resolver os problemas por meio de termos de compromisso e cooperação.

Fernando Soave, Procurador da República, explicou que as populações tradicionais, incluindo ribeirinhos, quilombolas, quebradeiras de coco, extrativistas e indígenas, vivem de forma coletiva e possuem direitos garantidos sobre as áreas de uso tradicional. Esses direitos abrangem a caça, pesca, cultivo tradicional e a prática de pequenas coivaras. Soave destacou que, conforme a Convenção nº 169 da OIT, esses povos e comunidades tradicionais devem ser consultados em qualquer caso que possa impactá-los, sejam os efeitos positivos ou negativos. A consulta é um direito essencial para garantir a proteção e autonomia dessas comunidades em relação ao uso e gestão de seus territórios.

Em relação ao Território Guaraná Selvagem, a manifestação do Procurador da República na Ata Ministério Público Federal (PR-AM-00029419/2019) foi a seguinte:

Observou que as comunidades do rio Urupadi e Marau possuem uma construção coletiva, por isso possuem o direito à proteção do território tradicional, ou seja, ainda que as licenças estejam legais, se não houve

consulta nos moldes da Convenção 169 e foi isto que todos afirmaram, são irregulares. Ressaltou que o IPAAM deveria estar presente, tendo informado que enviaria servidores, no entanto, estes não puderam comparecer, mas colocaram-se à disposição para fazer operações, já que foi dito que quando o MPF for embora os madeireiros voltarão à área. (Ministério Público Federal, PR-AM-00029419/2019)

O Procurador da República, Fernando Soave, destacou que havia no máximo 2 planos de manejo florestal aprovados pelo IPAAM. Propôs que o município se comprometa a anular qualquer licença de conformidade ou manejo expedida sobre as áreas de uso tradicional e a não expedir novas licenças de conformidade sem a consulta livre, prévia e informada aos comunitários de maneira coletiva. Esse compromisso também será levado ao IPAAM, e medidas judiciais serão adotadas caso não seja cumprido, com possibilidade de aplicação de multas e punições para os gestores públicos envolvidos.

Fernando Soave ressaltou a necessidade de conscientizar os moradores sobre a ilegalidade da exploração de madeira, enfatizando que muitos são enganados pelos madeireiros. Propôs uma articulação entre ICMBio, SEMA e IPAAM para realizar orientações ou rodas de conversa com a comunidade sobre esses temas, incluindo a regularização de manejos de pequena escala. Ele destacou que um manejo adequado retira apenas algumas árvores, ao contrário da extração desenfreada que é associada à prática de "esquentar" madeira, a qual traz consequências criminais e dificulta o diálogo.

Em relação à criação de uma unidade de conservação, sugeriu que seja discutida a possibilidade de criar uma unidade de conservação de uso coletivo. Essa discussão pode ser conduzida no âmbito do grupo, com a participação periódica do ICMBio, SEMA e outras entidades. Ele também mencionou que muitas vezes os juízes só têm acesso ao que está nos autos e têm pouco tempo para visitas ou conversas detalhadas, portanto é importante construir soluções dialogadas para os problemas enfrentados.

O resultado da audiência pública referente ao território Guaraná Selvagem está expresso no documento denominado "Termo de Compromisso", datado de 05 de junho de 2019. As principais decisões incluem:

- O município de Maués deve anular as licenças de conformidade ou manejo expedidas sobre as áreas de uso tradicional, exceto os planos de manejo comunitários.

- O município de Maués não expedirá licenças que incidam em áreas de uso tradicional, particularmente nas áreas dos rios Paracuni, Urupadí, Maués Miri e Paricá, sem consulta aos comunitários, conforme a Convenção nº 169 da OIT. A expedição de licença para extração de madeira só é permitida pelos órgãos estaduais ou federais (IPAAM ou IBAMA).

- A SEDEMA, SEMA, IPAAM, IBAMA e ICMBIO, dentro de suas atribuições e em conjunto com movimentos sociais e representações comunitárias, realizarão nas comunidades orientações, rodas de conversa e assembleias. Estas atividades serão focadas na recusa do ingresso de madeireiros, nas práticas de proteção do território tradicional, e na possibilidade de criação de unidades de conservação de uso sustentável nas áreas.

A falta de especificidade na orientação para SEDEMA, SEMA, IPAAM e IBAMA sobre a "possibilidade de criação de unidades de conservação de uso sustentável nas áreas" foi interpretada pelos tecnocratas como um encaminhamento genérico que, na prática, indicava a decisão de não considerar essa "possibilidade". Isso refletiu na postura desses órgãos públicos de não realizar atividades direcionadas a reunir-se com as comunidades tradicionais para discutir a criação de unidades de conservação no Território Guaraná Selvagem. Essa inação pode ser vista como uma posição favorável a não implantar mais unidades de conservação em Maués, o que poderia ser percebido como uma medida que limita o desenvolvimento econômico do município.

José Cristo relata que enviou vários e-mails para SEMA cobrando uma resposta, mas o órgão sempre justificava os atrasos devido à falta de recursos. Segundo José Cristo, essa postura da SEMA demonstra que o órgão não está interessado na criação da unidade de conservação na localidade. Na visão dele, a SEMA parece apoiar a continuidade do plano de manejo, algo que ele interpreta como uma política que prevalece não apenas no estado, mas em todo o Brasil, relacionada ao investimento no manejo e uso dos recursos naturais.

Os representantes da AAFAU entraram em contato com o MPF sobre a inexistência do processo administrativo na SEMA. A orientação do MPF foi realizar uma assembleia geral do Território Guaraná Selvagem. Em 10 de maio de 2019, as comunidades indígenas e tradicionais reuniram-se na comunidade Santa Clara para deliberar sobre a proposta de criação da unidade de conservação. Este movimento coletivo culminou na criação de uma ata e na elaboração de um pedido para a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

A escolha por uma RDS reflete o desejo das comunidades de manter a sustentabilidade ambiental enquanto garantem a continuidade de suas práticas tradicionais.

A gente se uniu com a outra organização associação local do mesmo rio ASCAMPA. [...] Nós optamos por unidade de conservação sustentável uma RDS, então, a gente pegou esse documento, a gente protocolou no Ministério Público Federal e também junto a SEMA. (José Cristo de Oliveira – Comunidade Nazaré – rio Urupadí).

Esta decisão não só fortalece a proteção legal de seus territórios, mas também reafirma a importância de suas práticas culturais e econômicas. A territorialização refere-se ao processo pelo qual as comunidades tradicionais reivindicam e consolidam o controle sobre suas terras. Este processo é essencial para a preservação de suas identidades culturais e modos de vida. A territorialidade específica dessas comunidades é caracterizada por uma relação íntima e sustentável com o meio ambiente, onde a terra não é vista apenas como um recurso econômico, mas como um elemento central de sua existência e cultura.

A ação de protocolar o pedido de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) evidencia a busca das comunidades por um reconhecimento formal e legal de sua territorialidade. Esse ato, que inclui a submissão do pedido ao Ministério Público Federal e à SEMA, é um passo crucial para garantir a proteção de suas terras contra invasões e explorações ilegais, permitindo que continuem vivendo de acordo com suas tradições e práticas sustentáveis.

### 3.3. REIVINDICAÇÃO TERRITORIAL E ESTRATÉGIA DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE PARA DISSUADIR A MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Em 2020, ocorreu uma reunião entre o professor da Universidade Federal do Amazonas, Cloves Pereira, coordenador do Projeto Guaraná Urupadí, e o presidente da AAFAU, José Cristo de Oliveira. Durante o encontro, o presidente da AAFAU manifestou preocupação com a ausência de resposta por parte da SEDEMA, SEMA, IPAAM e IBAMA em relação às medidas adotadas para a criação de unidades de conservação de uso sustentável.

Em entrevista com o professor Cloves Pereira, ele destacou que, durante essa reunião com o presidente da AAFAU na comunidade São Sebastião, recebeu o pedido para acompanhar junto à SEMA a reivindicação das comunidades tradicionais para a criação da unidade de conservação. Cabe ressaltar que o professor Cloves Pereira representa a Universidade Federal do Amazonas como suplente no Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais. Em busca de informações para o dirigente da AAFAU, ele se reuniu com o conselheiro titular, professor Henrique Pereira, que assumiu o compromisso de verificar o status do pedido junto à SEMA. Henrique Pereira informou que não havia nenhum pedido em nome da AAFAU ou de outra associação para a criação da unidade de conservação nos rios Urupadí e Parauari.

A direção da AAFAU encaminhou novamente o pedido de criação da unidade de conservação no rio Urupadí para SEMA com cópia para o MPF. Onde não houve manifestação da SEMA sobre o pedido.

Em 18 de agosto de 2020, o secretário da SEMA, encaminhou o Ofício 767/2020/GS/SEMA, com o assunto "orientação para criação de unidade de conservação na área do rio Urupadí". O conteúdo do ofício orientava que, para a abertura do processo administrativo, as comunidades tradicionais teriam que elaborar um documento técnico sobre os aspectos fundiários da região, com a descrição dos limites da área proposta, considerando as áreas abrangidas pela Terra Indígena Andirá-Marau, Unidades de Conservação Federal e Estadual, assentamentos do

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e áreas de incidência de agroindústrias de pequena escala.

Além disso, o documento solicitava um segundo documento: um estudo socioeconômico das comunidades que vivem na área proposta para a criação da unidade de conservação. A orientação para a criação da unidade de conservação foi encaminhada à AAFAU, com a intenção de inibir qualquer possibilidade de criação da unidade, bem como enfraquecer a mobilização das comunidades para estabelecer a área protegida. Com o envio do ofício, a SEMA criou um obstáculo para as associações locais, uma vez que a unidade de conservação não seria criada devido à incapacidade das associações de atenderem aos requisitos mínimos para a abertura do processo.

A SEMA deveria ter encaminhado essa orientação para a criação da unidade de conservação na área do rio Urupadí para os servidores da secretaria, que possuem a capacidade técnica para elaborar os dois documentos e abrir o processo administrativo. Contudo, não fez o despacho para os departamentos competentes da SEMA, mas decidiu enviar para as comunidades tradicionais com a finalidade de que esses documentos jamais fossem protocolados.

Do ponto de vista dos servidores, a falta de recursos para deslocamento até o Território Guaraná Selvagem significava que não poderiam dar andamento ao processo sem a sua abertura administrativa. O secretário da SEMA não permitia a abertura do processo administrativo apenas com o ofício de solicitação e a ata da assembleia geral das comunidades tradicionais; ele exigia os dois documentos técnicos. Diante dessa situação, a equipe de servidores da SEMA orientava que as associações procurassem entidades parceiras e o próprio MPF para “forçar” a abertura administrativa do processo.

### **3.3.1. Oficina de Mapeamento do Território Tradicionalmente Ocupado Guaraná Selvagem**

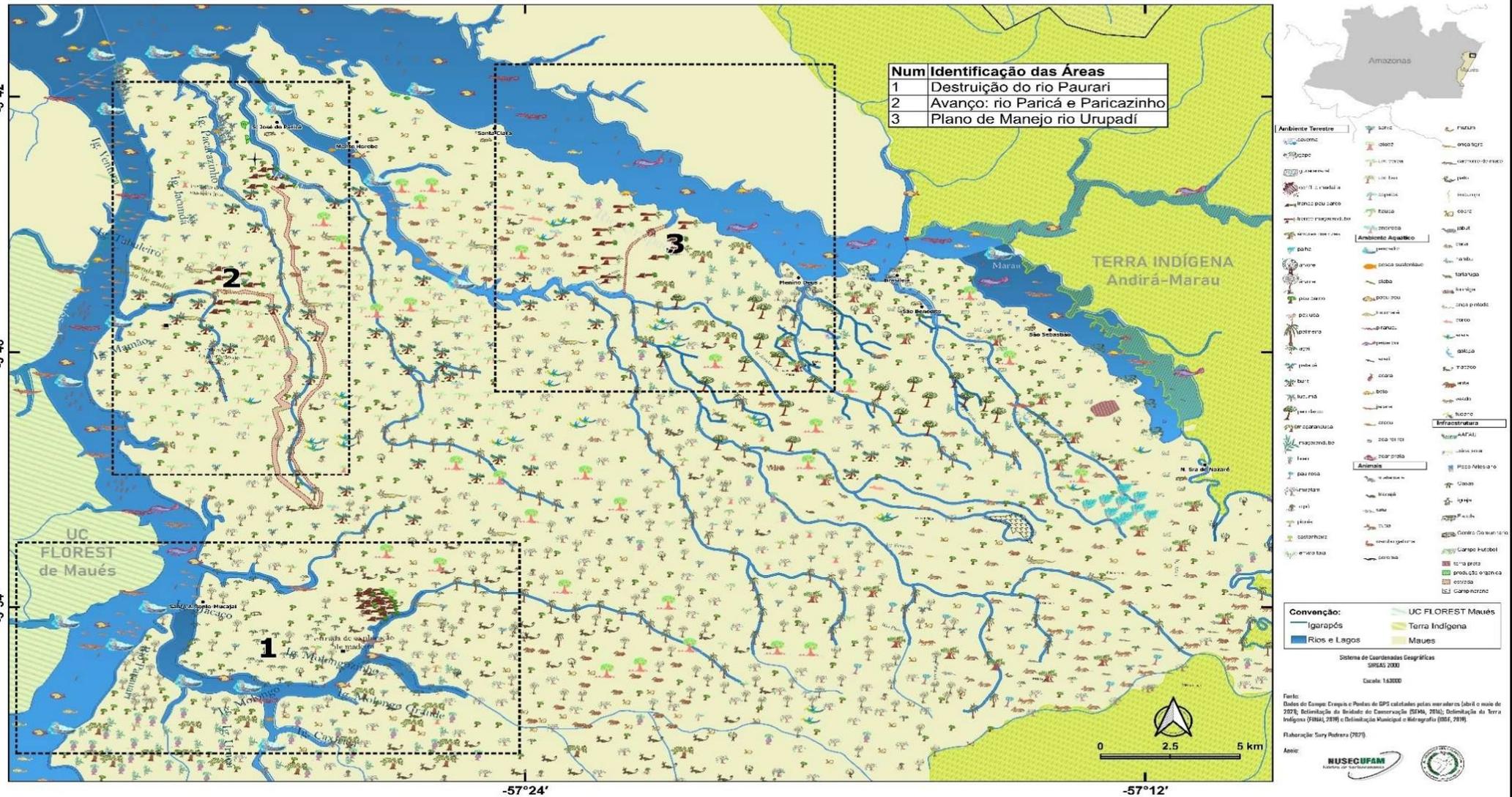
A AAFAU reuniu-se com o professor Cloves Pereira para discutir o Ofício 767/2020/GS/SEMA, que resultou no encaminhamento da realização das Oficinas de Mapeamento do Território Guaraná Selvagem nas comunidades São Sebastião, Brasileia, São José do Paricá e Santo Antônio do Mucajá.

Fui convidada pelo professor Cloves Pereira para integrar a equipe responsável pelas oficinas. Como historiadora, colaborei com antropólogo, agrônomos, geógrafo e lideranças comunitárias. Nas primeiras reuniões de alinhamento da equipe, assumi a responsabilidade de conduzir entrevistas sobre o processo de territorialização das comunidades tradicionais e etnógrafa como os moradores narravam a presença da indústria madeireira no seu território e como esses conflitos territoriais se manifestavam.

Particpei das quatro oficinas de mapeamento do território e classifiquei a expansão da indústria madeireira no território em três processos distintos, que defini como: 1) Destruição no rio Parauari; 2) Avanço nos rios Paricá e Paricarizinho; 3) Planos em aprovação no rio Urupadí.

Figura 14 - Território Urupadí - Parauari

# Mapa do Território Urupadi-Parauari / Maués-Amazonas



Fonte: Adaptação de PEREIRA, C. F. et al. (2022), elaborado por SILVA, S. C. P e CASCAES, S. F

## 1) Destruição: Rio Parauari

Vilma da Silva, da Comunidade Santo Antônio do Mucajá, relata que, ao chegar à comunidade Santo Antônio do Mucajá, no rio Parauari, em 2000, testemunhou a ação intensa dos madeireiros que, se disfarçava de benfeitores, persuadiram os moradores a entregarem documentos pessoais em troca de promessas financeiras. Com o tempo, ela percebeu que os madeireiros estavam se apropriando do território e destruindo a floresta, levando à escassez de alimentos e à degradação ambiental. Apesar de tentativas de resistência e de conseguir embargar a exploração em algumas áreas, ela descreve os madeireiros como um "câncer" que corrói a floresta e as comunidades.

Os madeireiros se aproveitam da falta de conhecimento e da vulnerabilidade econômica das comunidades para conseguir documentos de posse para justificar a aprovação dos planos de manejo de pequena escala junto ao Estado. Promessas de benefícios financeiros, como o pagamento de até 100 mil reais, são utilizadas para enganar os moradores e obter consentimento para a exploração madeireira. Depois dos planos de manejo aprovados, os madeiros abrem estradas sem autorização para circulação de tratores para retirada das toras, constroem portos para atracação das balsas e retiram uma quantidade de madeira superior ao previsto nos planos. A evidência que as áreas exploradas no rio Parauari ultrapassam os 500 hectares, o que não configura mais como pequena escala, mas planos de manejo industriais.

Vilma descreve a devastação ambiental causada pelos madeireiros, incluindo a construção de estradas que promovem a destruição da flora e fauna. A floresta parece bonita vista de cima, mas embaixo está devastada, resultando na escassez de alimentos como paca, tatu e veado, que antes eram abundantes e agora são raramente vistos. A figura abaixo destaca a estrada no rio Parauari que conecta com o interior do Território Guaraná Selvagem, um dos pontos onde ocorre o embarque de madeiras nas balsas.

Figura 15 - Estrada para escoamento das toras de madeira pelo rio Parauari

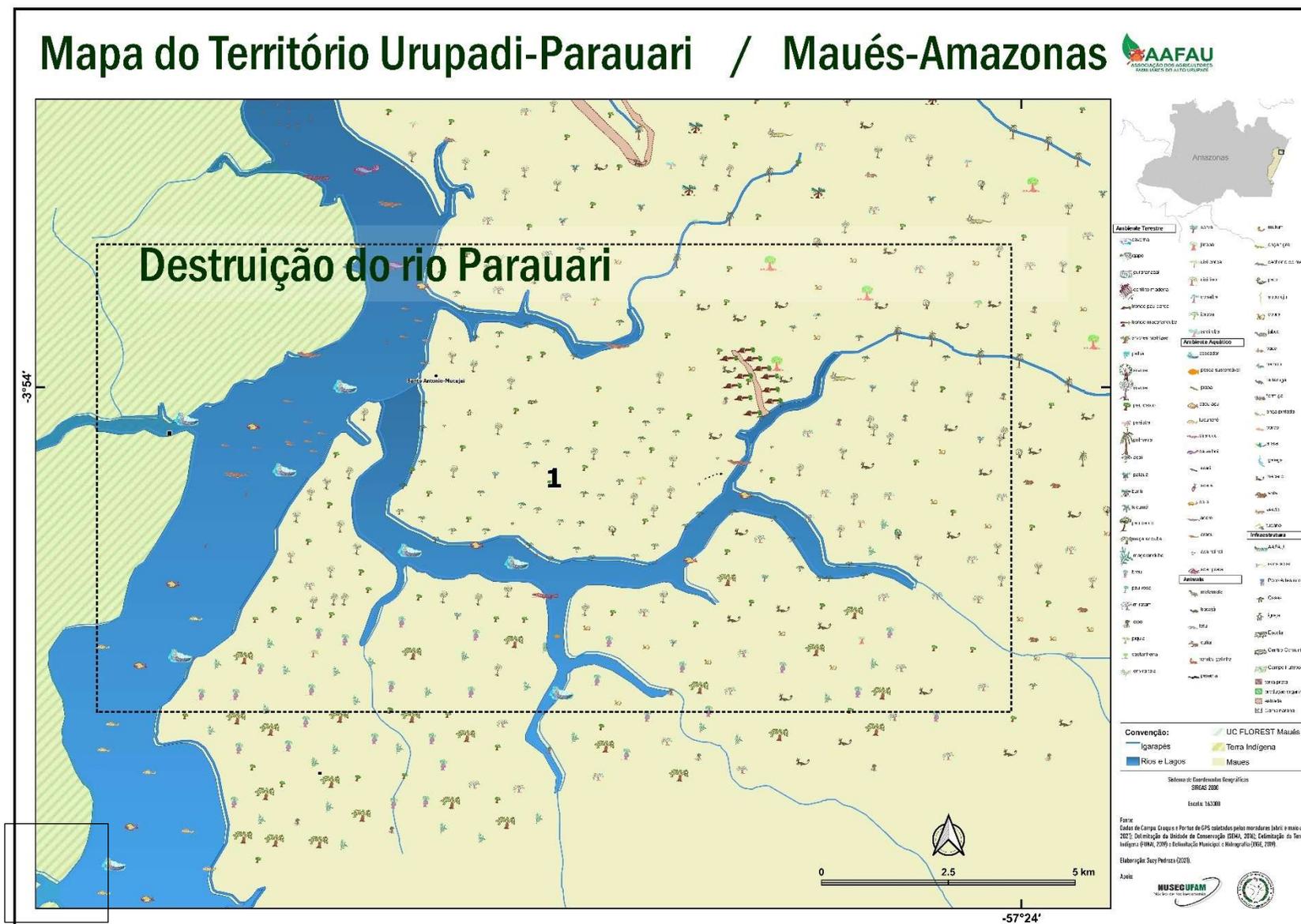


Fonte: PEREIRA, C. F. (2021)

Vilma, como muitos moradores do rio Parauari, sente profundamente o impacto da devastação causada pelo plano de manejo florestal madeireiro. Em seu relato, ela descreve as perdas significativas que sua família sofreu, incluindo a diminuição da caça, dos frutos e dos remédios naturais que antes eram encontrados na região agora devastada. A degradação ambiental forçou mudanças drásticas, incluindo o aterramento de igarapés para facilitar o transporte da madeira.

A diminuição da caça e a perda de frutos e remédios naturais mencionadas por Vilma ilustram uma grave ameaça à segurança alimentar e à saúde das comunidades locais. A dependência de recursos naturais para alimentação e medicina é uma característica fundamental das populações ribeirinhas e indígenas. A destruição desses recursos compromete a subsistência e o bem-estar das famílias, criando uma situação de vulnerabilidade.

Figura 16 - Destruição do rio Parauari



Fonte: Adaptação de PEREIRA, C. F. et al. (2022), elaborado por SILVA, S. C. P e CASCAES, S. F

O desmatamento desenfreado realizado por madeireiras tirou das comunidades e propriedades próximas aos igarapés do Molongozinho a facilidade de acessar o território para extrair recursos para o consumo cotidiano. Os igarapés são vitais para a vida no Território Guaraná Selvagem, servindo como fontes de água, rotas de transporte e habitats para diversas espécies. Pequenos igarapés, antes utilizados, foram soterrados pela construção de longas estradas para a passagem de madeira e entrada de balsas para seu transporte. A destruição floresta afeta diretamente os modos de vida tradicionais, obrigando as comunidades a se adaptarem ou a enfrentarem o êxodo.

A destruição causada pelos madeireiros não é apenas ambiental, mas também cultural. Vilma menciona como ela adotou os costumes alimentares da comunidade e como a escassez de recursos naturais afeta a vida cotidiana e as tradições culturais da mesma. A degradação ambiental, portanto, ameaça a continuidade das práticas culturais e a identidade das comunidades.

Julcicley Silva Micheles, 48 anos, morador da comunidade Santo Antonio do Mucajá descreve sua luta contra os madeireiros, que invadiram várias propriedades para a extração de madeira, sua indignação também é descrita relacionando a retirada de toda uma área que era de usos comum da comunidade, deixando – a inutilizável para a mesma. Sua luta resultou em várias ameaças de morte por denunciar as invasões que estavam ocorrendo na região.

Ele descreve a devastação deixada pelos madeireiros na região. Foram abertas várias estradas de difícil acesso e a mata foi praticamente destruída, tornando impossível atravessar a área devido às retiradas massivas de madeira. A estrada construída para facilitar a extração também aterrou alguns rios pequenos. Além disso, os madeireiros invadiram propriedades e ameaçaram os moradores que tentaram questionar ou cobrar por essa invasão. Com pesar, ele relata a perda de alimentos e a destruição visível da floresta.

A tentativa de mobilização e tentativa de resistência é evidenciado nas reuniões comunitárias, no entanto essa luta é frequentemente confrontada com a intimidação e

violência dos madeireiros, que utilizam os planos de manejos aprovados como documentos fundiários para expulsar os moradores.

Os madeireiros, frequentemente apoiados por interesses políticos e, às vezes, pela conivência de autoridades ambientais, estão destruindo o Território Guaraná Selvagem. Em contraste, as comunidades locais enfrentam repressão da Secretaria Municipal do Meio Ambiente quando tentam proteger seus direitos e território.

Depois que os madeireiros levaram a destruição dos territórios do rio Parauari, Vilma percebeu que ela e seus parentes foram ingênuas ao lidar com os madeireiros. Depois da destruição dos territórios do rio Parauari, os madeireiros avançaram para os rios Paricá e Paricarizinho, o que culminou em um episódio de conflito com os madeireiros. Este conflito também serviu como um catalisador, incentivando os moradores das diversas comunidades do território a se mobilizarem pela reivindicação do Território Tradicionalmente Ocupado do Guaraná Selvagem junto ao Ministério Público Federal.

## 2) Avanço: rio Paricá e Paricarizinho

Nos rios Paricá e Paricazinho, os empresários estavam na fase de aprovação dos planos de manejo sustentável no Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM). Apesar de afirmarem cumprir a legislação, os madeireiros, aprovavam planos de manejo de pequena escala, mas utilizavam máquinas pesadas que destruíam a floresta, construindo estradas que danificavam a vegetação e a fauna. Dedeco observava que as comunidades tradicionais dependem da floresta e do território para seu modo de vida, ao contrário dos madeireiros, que não têm responsabilidade com a natureza e buscam, a todo custo, extrair o máximo de toras para a indústria madeireira.

Figura 17 - Coordenador da comunidade São José do Paricá revisando a cartografia social da comunidade



Fonte: PEREIRA, C. F. (2021)

Quando os madeireiros chegaram aos rios Paricá e Paricarizinho, suas práticas eram distintas. Enquanto passavam o dia todo serrando madeira, os tratores transportavam madeira para a balsa durante a noite, levando as toras de madrugada para uma indústria desconhecida. Durante o trabalho de campo, presenciei balsas de madeira passando na frente da cidade de Maués à noite, deslocando-se para outro município. O som dos motosserras e tratores passou a fazer parte do cotidiano dos moradores, revelando um conflito entre práticas produtivas e valores. A visão utilitarista e econômica dos madeireiros chocava-se com o modo de vida tradicional das comunidades, que prezam pela conservação da floresta e seus recursos naturais.

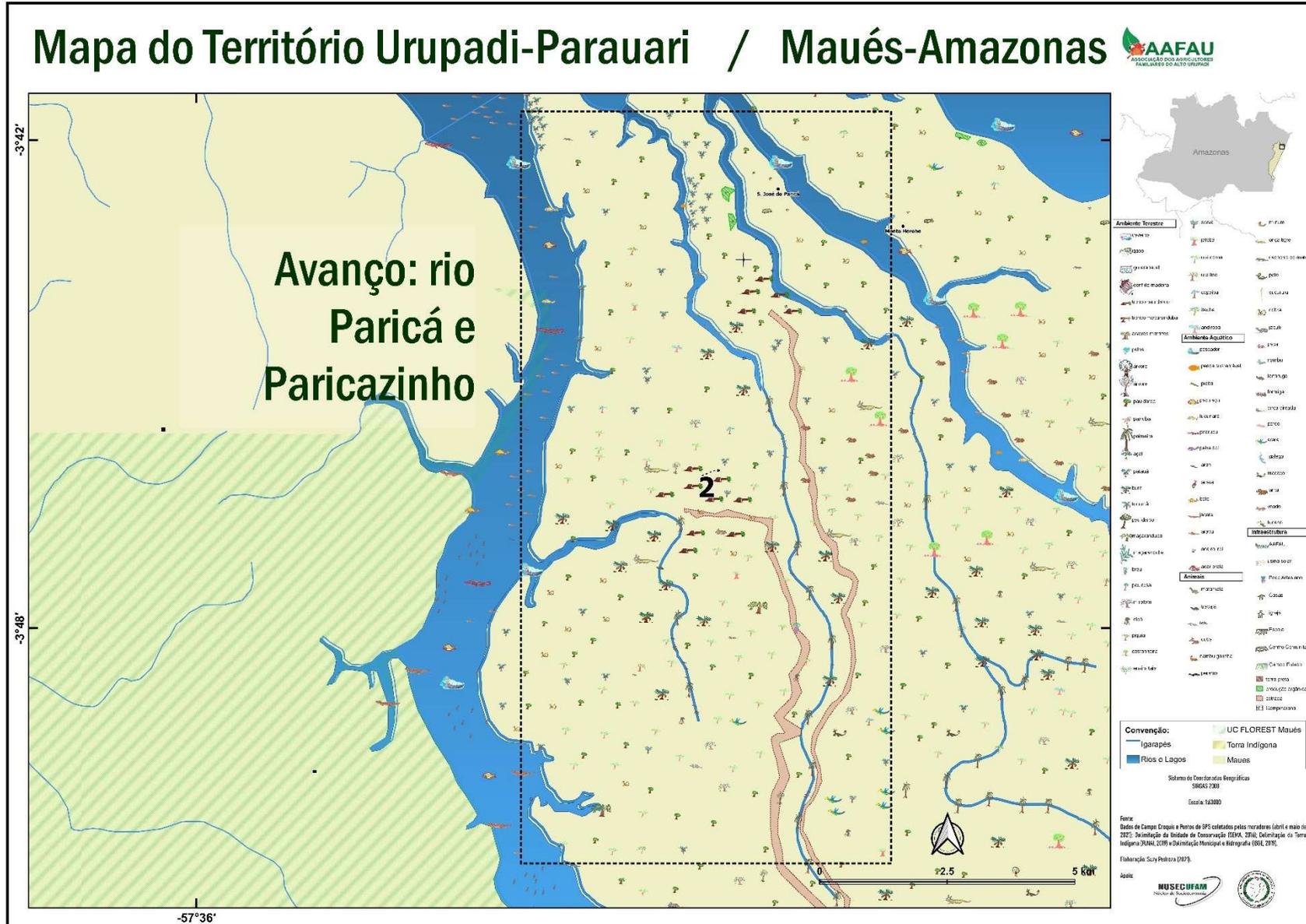
Conforme depoimento abaixo de “Dedeco”:

Quando um madeireiro entra na floresta, fica totalmente destruído, eles mentem dizendo que vão apenas tirar o que está de acordo com a legislação, mas eles entram com máquinas pesadas, ele já vai destruído só para fazer estrada, onde o pequeno produtor não faz, a gente respeita cada canto da floresta, eles fazem ramal e agride tudo, todas as madeiras, os animais, eles

destrói, eles não tem responsabilidade com a natureza, eu andei em vários lugares, Paricá e Paricazinho e eu vi eles fazendo tapagem e ali eu vi que eles deixavam destruído. Aquilo ali para nós é um problema, porque usamos esses recursos, eles nos prejudicam, e a maioria de nós não aceita esse trabalho, porque é nosso meio de sobrevivência, é nosso sustento. (Adeilson Gomes de Souza, Dedeco – São José do Paricá).

A entrada de máquinas pesadas e a construção de estradas pelos madeireiros causam danos extensivos nos rios Paricá e Paricazinho, afetando não só a flora e a fauna, mas também os modos de vida das comunidades, que foram prejudicadas nas atividades cotidianas de caça e coleta. A narrativa acima evidencia que a ação dos madeireiros, apoiada pelo Estado, se sobressai contra os povos e comunidades tradicionais, cujos direitos territoriais são frequentemente ignorados em prol de interesses econômicos maiores. Essa desigualdade é refletida na falta de responsabilidade e de cumprimento das legislações ambientais por parte dos madeireiros.

Figura 18 - Avanço no rio Paricá e Paricazinha



Fonte: Adaptação de PEREIRA, C. F. et al. (2022), elaborado por SILVA, S. C. P e CASCAES, S. F

Dedeco observa a devastação causada pelos madeireiros com um olhar de profunda tristeza e indignação, pois na localidade que foi desmatada pelos madeireiros causou sua injusta prisão e destruiu além da floresta, igarapés pela construção de estradas. Nos processos Igarapés como Mamão e Jacundá foram prejudicados pela construção de estradas. "Quando um madeireiro entra na floresta, ela fica totalmente destruída," ele relata, descrevendo a cena de destruição que testemunhou.

Eles mentem, dizendo que vão apenas retirar o que está de acordo com a legislação, mas entram com máquinas pesadas. A floresta já começa a ser destruída apenas para fazer as estradas, algo que o pequeno produtor jamais faria. Nós respeitamos cada canto da floresta. Eles, porém, fazem ramais que agriem tudo todas as árvores, os animais. Eles destroem tudo sem responsabilidade com a natureza (Adeilson Gomes de Souza, Dedeco – São José do Paricá).

Dedeco continua, "Eu andei por vários lugares, Paricá e Paricazinho, e vi eles construindo uma "tapagem." Vi que deixaram tudo destruído. Para nós, isso é um problema, porque usamos esses recursos. Eles nos prejudicam, e a maioria de nós não aceita esse trabalho, porque é nosso meio de sobrevivência, é nosso sustento." A sua descrição ressalta a profunda conexão que a comunidade tem com a floresta e a dor que sentem ao vê-la devastada por interesses externos.

José Cristo acompanhou as oficinas de mapeamento no rio Parauari, com os olhos tristes e profundamente abalado ao lembrar do que viu, relata que no território havia o rio Jacundá, conhecido por suas águas cristalinas. Porém, devido à construção da estrada para a passagem de tratores, os madeireiros aterraram a cabeceira do rio, fazendo com que ele perdesse sua nascente e se tornasse apenas um "lamaçal".

A resistência das comunidades contra a exploração predatória é também uma forma de afirmar sua identidade e seus direitos territoriais. Dedeco enfatiza que a maioria das pessoas na comunidade rejeita a atividade madeireira porque ela ameaça seu meio de subsistência e sua conexão com a terra.

Dedeco ainda relatou que a invasão de madeireiros na área de Paricazinho, onde várias famílias ribeirinhas vivem, gerou conflitos significativos. Os madeireiros construíram estradas que atravessaram propriedades dos moradores, incluindo terras

de uma família indígena. Isso levou a um confronto violento em que um indígena atirou em um madeireiro. Dedeco, como presidente de uma associação local, foi preso injustamente sob a acusação de envolvimento no incidente, mesmo estando ausente no momento do ocorrido.

O depoimento de Dedeco destaca várias questões críticas sobre a exploração madeireira e seus impactos nas comunidades tradicionais e indígenas, como a invasão e apropriação de terras, os conflitos e violências gerados, as injustiças e criminalizações, e a falta de proteção estatal.

A invasão de madeireiros em Paricazinho exemplifica a apropriação indébita de terras tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais. A construção de estradas por madeireiros não apenas destrói o meio ambiente, mas também desrespeita os direitos territoriais dessas comunidades.

O relato de Dedeco revela a violência que pode emergir quando os direitos e territórios das comunidades tradicionais são violados. A reação violenta do indígena contra os madeireiros é uma resposta desesperada à invasão e à destruição de suas terras, mostrando o alto nível de tensão e conflito gerado por essas situações. A prisão de Dedeco sob falsas acusações de envolvimento no incidente ilustra a criminalização de líderes comunitários que defendem os direitos de suas comunidades. Essa injustiça reflete um padrão mais amplo de marginalização e repressão das vozes que se opõem à exploração ilegal e destrutiva dos recursos naturais.

O episódio também evidencia a falta de proteção efetiva por parte do Estado para povos e comunidades tradicionais. A resposta estatal foi prender um líder comunitário em vez de abordar a causa raiz do conflito: a invasão ilegal por madeireiros.

Apesar das adversidades, a atuação de Dedeco como presidente de uma associação local e sua tentativa de resolver o conflito através de reuniões mostram a resiliência e a liderança das comunidades tradicionais. Sua prisão injusta, contudo, demonstra os desafios enfrentados por esses líderes na luta por justiça e proteção ambiental.

### 3) Planos em aprovação: rio Urupadí.

A Associação dos Agricultores Familiares do Alto Urupadí (AAFAU) foi fundada em 2015 com o objetivo de apoiar o desenvolvimento rural das comunidades tradicionais e indígenas do Alto Urupadí. Seu foco é a valorização do guaraná nativo e a proteção das matrizes de guaraná. A AAFAU conta com 80 associados de 8 comunidades indígenas e tradicionais, e atua em projetos de sustentabilidade, como energia solar, guaraná orgânico, sistemas agroflorestais e avicultura caipira.

Um dos projetos de destaque da AAFAU é a comercialização de guaraná orgânico proveniente das comunidades tradicionais. Um passo importante do processo de certificação orgânica é a visita às parcelas produtivas para verificar o manejo do guaraná. Em uma dessas visitas, na margem direita do rio Urupadí, as lideranças da AAFAU acompanharam um agricultor da comunidade Babel. Para chegar à propriedade, a voadeira da AAFAU passou em frente ao porto de embarque de madeira, onde as toras estavam sendo carregadas em balsas.

Durante a visita, o agricultor Gabriel do Rosário, 60 anos, morador da comunidade Nova Betel e cultivador do guaraná orgânico, explicou que os madeireiros chegaram agradando os moradores, prometendo muito trabalho e distribuindo presentes para as lideranças. Após a aprovação do plano de manejo, a comunidade teve que se acostumar com o barulho de motosserras e tratores. A primeira ação dos madeireiros foi destruir a floresta com a abertura de estradas para a retirada da madeira, e depois foram expulsando os moradores do entorno com falsas compras e violência para se apropriar de suas propriedades.

Figura 19 - Madeireira Comunidade Betel



Fonte: JUNIOR, S. V. C. (2022)

As áreas comuns de caça rapidamente se tornaram intransitáveis. O agricultor destacou essa mudança ao questionar as lideranças da AAFAU: “Vocês já viram como fica embaixo da floresta?” As lideranças responderam que nunca tinham visto. Ele explicou que, antes dos madeireiros, a floresta era um lugar bonito de andar, onde os animais viviam. Depois da chegada dos madeireiros, era impossível caminhar na floresta devido ao solo removido, galhos e árvores caídas, e muita lama causada pela circulação dos tratores.

Figura 20 - - Estrada de 8 quilômetros de extensão aberta pelos madeireiros no Alto Urupadí para o tráfego de tratores, facilitando a retirada das toras de madeira no interior do Território



Fonte: PEREIRA, C. F. (2021)

Nos lugares invadidos pelos madeireiros, nenhum morador pode entrar para caçar, pois há placas em todos os lugares proibindo a entrada, alegando ser propriedade privada. Até no rio em frente ao terreno do madeireiro, os moradores evitam pescar. "Ninguém nem olha para eles, com medo," comentou Gabriel.

O agricultor Gabriel do Rosário comentou que seu filho morava na outra margem do igarapé. Após a chegada do madeireiro, os capangas foram até a casa do filho e o expulsaram, alegando que a propriedade pertencia à madeireira. Como resultado, o filho de Gabriel foi obrigado a abandonar sua casa, sua roça e suas áreas de caça e coleta, que foram tomadas para a exploração madeireira.

Essa experiência vivida na comunidade Nova Betel ajudou as lideranças da AAFAU a construir uma compreensão clara da ação destrutiva dos madeireiros. Até 2021, o primeiro madeireiro invadiu o Território Guaraná Urupadí, abrindo uma estrada de 8 quilômetros para realizar a exploração madeireira por detrás das unidades

familiares de produção, alegando ter um plano de manejo florestal aprovado em terras devolutas.



Os moradores se mobilizaram para fazer uma diligência no local, onde fotografaram um pátio industrial de exploração de madeira na margem do rio Urupadí. Eles não tinham conhecimento do pátio, pois estava camuflada por detrás da floresta. Após a descoberta, os moradores denunciaram a situação para a SEMA e o MPF, visando inibir a invasão de madeireiros no Alto Urupadí. A figura abaixo evidencia o pátio que recebia as toras de madeira antes do embarque. Os moradores estimam que os madeireiros conseguiram embarcar aproximadamente 10 balsas de madeira.

*Figura 22 - Pátio abertura por madeireiro para armazenamento das toras de madeira e embarque nas balsas*



Fonte: PEREIRA, C. F. (2021)

Essa invasão trouxe à tona a gravidade da situação e a necessidade urgente de ações de proteção do Território Guaraná Urupadí. As comunidades perceberam que a presença dos madeireiros não só ameaçava a integridade ambiental do território, mas também colocava em risco o modo de vida e a subsistência das famílias locais. A ação dos madeireiros, com a abertura de estradas e a extração de madeira, resultou em danos irreparáveis à floresta e aos recursos ambientais essenciais para a vida cotidiana das comunidades indígenas e tradicionais.

Em 2021, a oficina de mapeamento no Alto Urupadí ocorreu na comunidade São Sebastião, onde foi realizado a identificação das formas de uso dos recursos naturais e identificado o local onde estava ocorrendo o avanço dos madeireiros. Durante essa oficina, as lideranças e moradores trabalharam juntos para registrar e mapear as

áreas de uso tradicional, como locais de caça, coleta e plantio. A oficina também serviu como um espaço de troca de conhecimentos e estratégias para resistir às invasões e preservar o modo de vida tradicional das comunidades do Alto Urupadí.

Figura 23 - Oficina de mapeamento realizada na comunidade São Sebastião, Alto Urupadí



Fonte: PEREIRA, C. F. (2021)

A entrevista abaixo destaca os complexos desafios enfrentados pelos povos e comunidades tradicionais diante da exploração madeireira. Ela expõe a dinâmica de invasão, violência e injustiça que caracteriza muitos conflitos fundiários na Amazônia. A resposta inadequada do Estado e a criminalização de líderes comunitários agravam a situação, sublinhando a necessidade de políticas públicas que respeitem e protejam os direitos territoriais e a integridade das comunidades tradicionais.

Está previsto gerar uma gravíssima violência, como dentro aquele nosso território nosso lá e está estendido todo o plano de manejo, está em processo a unidade de conservação no ministério público, então, ninguém pode entrar naquela região, o que acontece e está instalada dentro do jacundazinho, rapidamente, estão entrando numa propriedade de herança sem permissão dos herdeiros e esses herdeiros me procuraram, como tem associação que está localizado lá, então me procuraram na associação para tomar as devidas providências que estão dentro das propriedades pegando os fundos de vários terrenos vizinhos lá. A gente já encaminhou parte documentário para o

Ministério Público informando as denúncias que estão localizados, segundo moradores que estão próximos, eles relatam que estão trabalhando novamente derrubando muita madeira e trabalhando noite e dia, perseguindo as partes das caças e dos que estão localizadas. Recebemos relato que tem um barco no fundo dos madeireiros, onde está no posto da estrada que está localizado, então, a gente está tomando essas devidas providências para que não haja mais um conflito com antes, como já aconteceu e pode gerar morte entre os indígenas com os povos ribeirinhos e madeireiros (José Cristo de Oliveira – Comunidade Nazaré – rio Urupadí).

Atualmente, os madeireiros retomaram suas atividades na margem esquerda do rio Urupadí, empregando mão de obra barata dos próprios moradores, especialmente jovens, para a exploração ilegal de madeira. Em 2023, houve relatos de que um agricultor da comunidade de São Sebastião, teve sua propriedade invadida por madeireiros. Ele foi persuadido pelos invasores com a promessa de receber um motosserra, uma quantia em dinheiro e um barco.

Atraído por essas promessas, o morador acompanhou os madeireiros no Território Guaraná Selvagem. Durante a extração de madeira na ele começou a recrutar jovens das comunidades indígena e de São Sebastião para carregar e transportar a madeira até a margem do rio.

Durante o trabalho, o morador começou a cobrar o que lhe havia sido prometido. Com o passar dos dias, um motosserra desapareceu e ele foi acusado de furto. A acusação resultou em violência. O morador foi espancado e ameaçado na frente da cidade de Maués. Os agressores foram presos em flagrante pela Polícia Militar, mas foram liberados no mesmo dia. Temendo por sua vida, não houve a denúncia do ocorrido. Sua única alternativa foi abandonar seu lar, seu guaranazal e sua casa. Os madeireiros tomaram posse de sua propriedade, desmatando tudo que podiam sem oferecer qualquer compensação financeira.

Durante esse período, ocorreu o desaparecimento de um jovem indígena de 20 anos, morador também da comunidade de São Sebastião. Trabalhando com os madeireiros, o jovem desapareceu e nunca mais foi encontrado. Os outros jovens que também trabalhavam no mesmo local relataram aos moradores da comunidade de São Sebastião que a madeireira mantinha capangas armados, forçando-os a trabalhar sob a promessa de pagamento somente após a extração e carregamento completo da madeira. Segundo o relato dos pais do rapaz e de alguns jovens que trabalhavam com ele, o pagamento prometido nunca foi realizado.

Os moradores sentem que a SEDEMA favorece a ação dos madeireiros, utilizando a Polícia Militar para coagi-los. Enquanto os fiscais da SEDEMA ameaçam multar os moradores que realizam denúncias alegando a queimada de roçados para cultivo de mandioca, fazem vista grossa quando as balsas de madeira passam em frente à cidade. Cansados de toda a falta de resposta pelos crimes cometidos, os moradores do Território Guaraná Selvagem pararam de denunciar os casos de violência e violações quando perceberam que a SEDEMA protegia as balsas de madeira apreendidas pelos próprios moradores.

A defesa do Território Guaraná Selvagem é vista pelos moradores como uma luta solitária, baseada apenas na resistência dos povos e comunidades tradicionais locais. A SEMA e a SEDEMA não oferecem apoio efetivo para a proteção do território. Os representantes das comunidades tradicionais vivem com medo de serem assassinados, pois, mesmo buscando direitos garantidos por lei e pela constituição, não recebem auxílio para defender suas terras ancestrais.

No dia 23 de março de 2021, representantes da AAFAU e ASCAMPA encaminharam o ofício de nº 001/2021/AAFAU/AM, ao Secretário Estadual do Meio Ambiente, Sr. Eduardo Costa Taveira. Neste ofício, eles apresentaram a Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais de Maués – AM, que inclui as falas dos moradores e o mapa descritivo das comunidades e do território de uso comum, detalhado com a proposta de criação de uma Unidade de Conservação no Rio Urupadí. O objetivo principal desta proposta é garantir o direito ao território tradicionalmente ocupado, proteger conservar a biodiversidade, com especial atenção às matrizes do guaraná selvagem.

O documento também trouxe à tona sérias denúncias sobre o processo de grilagem de terras e a exploração ilegal de madeira, que ameaçam a reprodução social dos Povos e Comunidades Tradicionais de Maués AM: Direito ao Território Tradicionalmente Ocupado Urupadí - Parauari. A cartografia social apresentada não apenas delinea a área proposta para a Unidade de Conservação, mas também serve como uma ferramenta de defesa, destacando as pressões e ameaças enfrentadas pelas comunidades locais.

A entrega do documento ao Secretário Estadual do Meio Ambiente e para o Ministério Público Federal representa um passo crucial na luta pela proteção do Território Guaraná Selvagem. Ele evidencia a necessidade urgente de medidas de conservação que respeitem e protejam os direitos das comunidades tradicionais. Além disso, reforça a importância de combater práticas ilegais que comprometem a sustentabilidade e a preservação cultural e ambiental da região. A cartografia social, construída com a participação ativa das comunidades, é um testemunho da resistência e resiliência dos povos de Maués na defesa de seu território e de seu modo de vida.

A construção de uma cartografia social para a proteção do Território Guaraná Selvagem é um processo coletivo que envolve a participação ativa da comunidade na coleta, representação e uso de informações geográficas e culturais. Os povos locais possuem vasto conhecimento sobre seu território, incluindo recursos naturais, áreas culturais e espirituais. A cartografia social registra e visualiza esse conhecimento em mapas, fortalecendo a autonomia comunitária e promovendo a gestão sustentável do território. Além disso, serve como caracterização concreta para o conceito de *ambientalização* em defesa dos direitos territoriais contra ameaças externas, contribuindo para o reconhecimento oficial desses direitos e assegurando que as comunidades possam viver e trabalhar em suas terras ancestrais.

De acordo com Lopes (2004), a *ambientalização* foi um conceito criado, em 1974, na conferência sobre o meio ambiente pela ONU em Estocolmo. Sendo a *ambientalização*, um novo fenômeno criado, que dariam novas roupagens ao setor público para as questões ambientais, de acordo com o autor, seria a transformação do Estado e do comportamento das pessoas.

A *ambientalização* incorpora uma justificativa ambiental para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas etc. mas ela também possibilita caracterizar processos para legitimar as lutas pela apropriação dos territoriais e a utilização dos seus recursos (Achselrad, 2010).

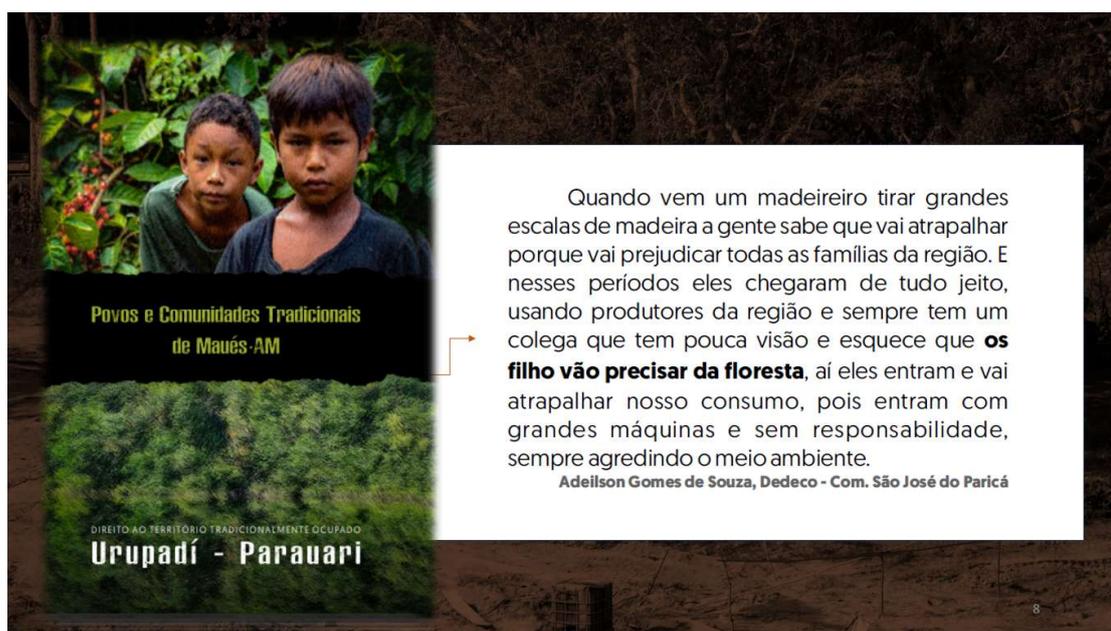
Incontestavelmente, é nessa perspectiva que se situa Castro quando, considerando os saberes das populações tradicionais na relação com seus territórios, afirma: “Os conhecimentos das comunidades tradicionais, ainda que produzido

localmente, são objeto da discussão global, como, afinal de contas, também seu próprio destino” (Castro, 2000, p. 177). O debate global ao qual faz referência tem se revestido de maior atualidade e de maior fertilidade em um contexto de *ambientalização*.

De acordo com autora citada acima, a ambientalização das lutas sociais pela terra e pela apropriação do processo de produção nos mostram como o desenvolvimento desse processo foi acompanhado as reivindicações de caráter sociocultural para dar uma ideia de território.

[...] os rios para as comunidades indígenas não apresentam o mesmo sentido que as empresas geradoras de hidroeleticidade; a diversidade biológica cultivada pelos pequenos produtores não traduz a mesma lógica que a biodiversidade valorizado pelos capitais biotecnológicos etc. (Acsegrad, 2004, p.7).

Figura 24 - Cartografia Social



Cartografia Social Povos e Comunidades Tradicionais de Maués –AM, 2022

A *ambientalização* das lutas sociais pela terra revela como as reivindicações das comunidades tradicionais estão ligadas à preservação ambiental e ao uso sustentável dos recursos. No Território Guaraná Selvagem, essas lutas, marcadas pelo respeito ao meio ambiente, utilizam a cartografia social para mapear terras, destacar áreas ecológicas e culturais e documentar territórios conforme percepções tradicionais. Isso fortalece reivindicações por direitos territoriais e comunica

necessidades aos formuladores de políticas, integrando reivindicações socioculturais e proteção ambiental para criar um território que reflète sua identidade e modos de vida sustentáveis.

#### **4. EXPROPRIAÇÃO DOS TERRITÓRIOS TRADICIONALMENTE OCUPADO COMO ATOS DE ESTADO**

A Amazônia é marcada historicamente pelos atos do Estado brasileiro contra os povos e comunidades tradicionais em favor dos interesses empresariais. Esta realidade ainda segue camuflada nas iniciativas desenvolvimentistas, à medida que suscetíveis governos desde o processo de industrialização seguem expandindo os complexos agroindustriais para a Amazônia, com a chamada modernização conservadora (Da Silva, 2019) das cadeias produtivas da carne bovina, mineração, madeireira e soja, que foram sendo implantados em territórios tradicionalmente ocupados, fazendo emergir inúmeros conflitos territoriais conforme registro da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Segundo Laschefski e Zhouri (2019), o argumento do agronegócio em favor da apropriação dos territórios tradicionalmente ocupados é a geração de empregos e renda, sendo o único modo de livrar as comunidades tradicionais da miséria. Nesse sentido, o agronegócio enxerga essas comunidades tradicionais como um empecilho para a produção de commodities.

Segundo Pereira (2017), desde o Golpe Civil Militar de 1964, o Estado brasileiro implantou agências estatais de fronteira e programas desenvolvimentistas que promoveram transformações econômicas e sociais na Amazônica. Algumas dessas iniciativas incluem a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária (INCRA), Banco da Amazônia S.A (BASA), Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), Programa Para o Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), Programa da Borracha (PROBOR) e Programa Grande Carajás (PGC).

Esses programas de desenvolvimento foram acompanhados pelo Plano de Integração Nacional (PIN), que visava à colonização de áreas distantes dos rios, buscando promover o desenvolvimento e a ocupação territorial. O PIN possibilitou a construção dos principais eixos rodoviários como a rodovia Belém-Brasília, BR-163, BR-364, BR-319 e BR-230, que cortaram os territórios tradicionalmente ocupados

para a implantação dos projetos agropecuários do agronegócio, gerando impactos socioambientais significativos contra as comunidades tradicionais (PEREIRA, 2017).

Para Almeida (2012), o Estado brasileiro durante os governos do Partido dos Trabalhadores, durante os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) foi O grande impulsionador do agronegócio na Amazônia. Para ampliação da produção de energia para a população urbana e parques industriais foram construídas as Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. Essas iniciativas foram combinadas com projetos de pavimentação das rodovias BR-319, BR-364 e BR-317, e a disponibilização de grandes áreas de terra para a produção de commodities.

No Brasil, entidades patronais do agronegócio e instituições de suporte formaram uma coalizão poderosa para promover o mercado de commodities, destacando a necessidade de remover entraves fundiários. Nesse contexto, o agronegócio desenvolve estratégias para apropriar-se de territórios tradicionais, criando mecanismos e utilizando ferramentas construídas pelo próprio governo permitindo sua territorialização para a produção de commodities.

Menezes (2022) destaca que, a partir de 2009, resolver o problema do caos fundiário na Amazônia se tornou uma prioridade para os governos Lula e Dilma. Esse esforço coincidiu com o aumento da produção de commodities agrícolas na região e uma crescente transferência de terras públicas da União para os governos estaduais da Amazônia Legal. Nesse contexto, foi criado o Programa Terra Legal em 2009, com o objetivo de regularizar ocupações pacíficas em terras federais na Amazônia Legal, baseado na Lei 11.952, promulgada pelo ex-presidente Lula no mesmo ano.

Segundo a autora citada, o Programa Terra Legal tem sido alvo de suspeitas de irregularidades desde o início de sua implementação em 2014. A autora menciona que o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou uma auditoria sobre o programa. Como resultado, houve uma mudança na orientação normativa do programa, visando uma maior flexibilização e desburocratização. Isso permitiu a regularização de posses consolidadas em glebas mesmo sem a georreferenciação dos perímetros, indicando uma adaptação nas exigências originais do programa.

Segundo Treccani et al. (2021), ao contrário da expectativa liberal de que o Estado atue como moderador dos conflitos sociais, observa-se uma atuação que evidencia o caráter de classe do Estado, favorecendo os interesses do capital no campo de maneira cada vez mais intensa. O governo Lula, ao justificar a criação do programa Terra Legal em 2009 com a promessa de trazer paz ao campo através da regularização fundiária, não conseguiu cumprir essa promessa, resultando, pelo contrário, em um aumento dos conflitos.

é urgente abandonar qualquer forma de regularização fundiária que possa favorecer a expansão da fronteira agrícola, a busca de ganhos patrimoniais rápidos, a grilagem de terras pública, a concentração da riqueza e o aumento da exclusão social. (Treccani et al, 2021, p. 122)

O trecho evidencia a exclusão dos povos e comunidades tradicionais no contexto da política de regularização fundiária, especialmente através do Programa Terra Legal. Segundo Pereira (2017, p. 71), o programa é um "valioso instrumento de expansão da fronteira de commodities", indicando sua orientação para a destinação de terras públicas visando a produção de commodities, alinhado com estratégias empresariais. Essa abordagem inibe propostas de constituição de terras comunitárias pelos movimentos sociais.

A Lei 11.952, que fundamenta o Programa Terra Legal, possibilita a legalização e comercialização de terras comunitárias, tornando-as disponíveis no mercado de terras. Contudo, essa legislação não prioriza a segurança e permanência das comunidades tradicionais em seus territórios, focando principalmente na alienação de títulos fundiários para grandes extensões de terras públicas. Consequentemente, o programa contribui para reforçar a histórica relação de dominação territorial e a reestruturação do mercado de terras, marginalizando as comunidades tradicionais ao não reconhecer suas formas de organização e posse de terras (Pereira, 2017).

A Lei 11.952 concede privilégios injustificáveis a agentes que se apropriaram ilicitamente de vastas extensões de terra pública. Estes benefícios legais parecem legitimar práticas de grilagem, que frequentemente envolveram violência extrema, trabalho escravo e degradação ambiental significativa.

Em 2011, a Secretaria de Estado de Política Fundiária do Amazonas (SPF) aprovou o convênio nº 762149, conhecido internamente como "Programa de

Regularização Fundiária Convênio SPF/INCRA-SRFA-Programa Terra Legal”, com um valor total de R\$ 26.232.613,00 (vinte e seis milhões, duzentos e trinta e dois mil e seiscentos e treze reais). O objetivo principal deste convênio era promover a regularização fundiária de 6.265 posses no Estado do Amazonas.

Durante a vigência do convênio, que compreendeu os anos de 2013 a 2017, foram emitidos um total de 5.692 títulos de domínio em 19 municípios amazonenses. Esses municípios são: Anamá, Anori, Autazes, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Careiro, Careiro da Várzea, Caapiranga, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Manacapuru, Manaus, Maués, Novo Airão, Parintins, Rio Preto da Eva, Silves e Urucurituba.

As empresas contratadas pelo convênio para realizar medições georreferenciadas e demarcação das terras no rio Urupadí foram supervisionadas pelos servidores do Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM), os quais estabeleceram um limite máximo de regularização de 50 hectares, apesar de saberem que os moradores poderiam expandir suas unidades familiares de produção.

Durante a diligência do Ministério Público Federal na comunidade Brasileia, os moradores descobriram que nas áreas onde o ITEAM restringiu o aumento das propriedades, os madeireiros elaboraram planos de manejo florestal e realizaram o Cadastro Ambiental Rural (CAR) para grandes propriedades, muitas vezes sobrepondo-se aos 50 hectares destinados às unidades familiares de produção.

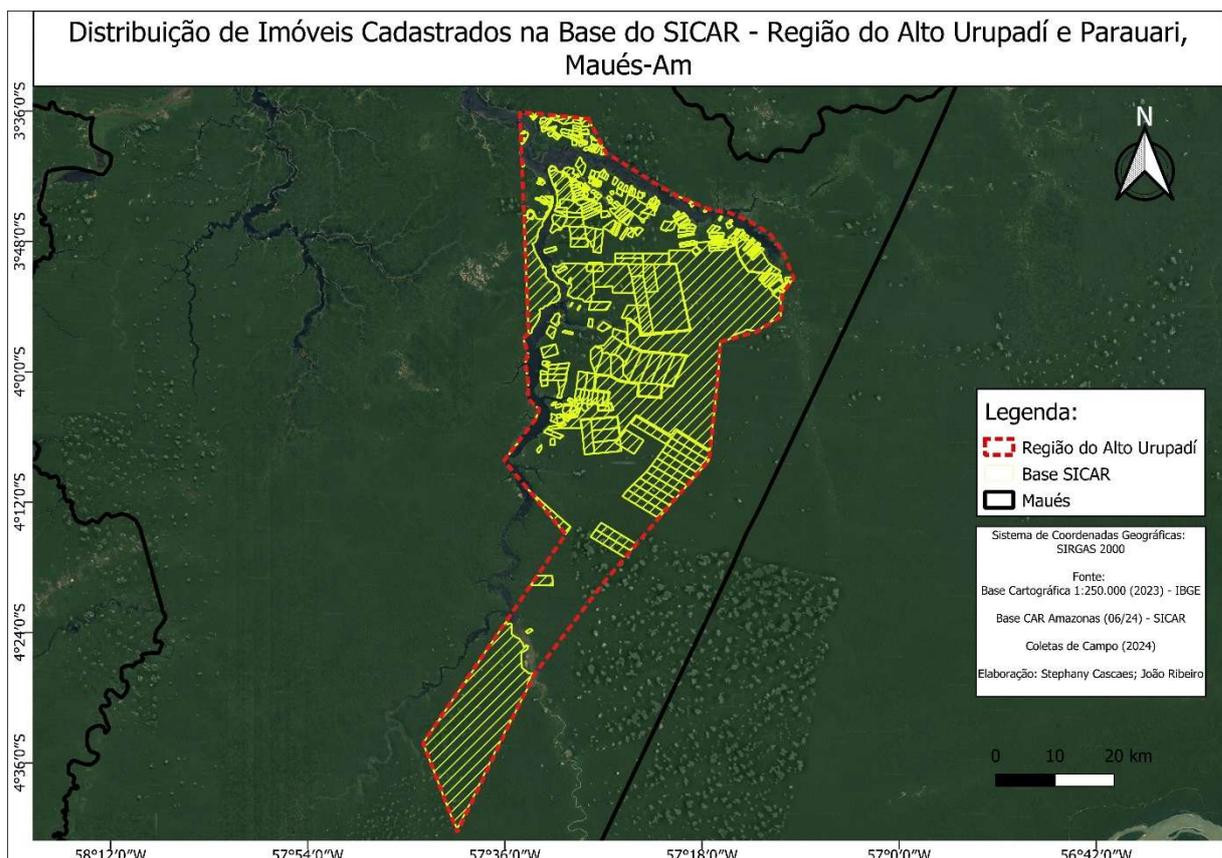
Esses territórios tradicionalmente ocupados estão sendo ameaçados pela agroestratégias de apropriação da terra pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR), sendo um sistema de registro que documenta propriedades e posses rurais, incluindo dados sobre localização, extensão, tipo de uso do solo, e informações sobre os proprietários ou possuidores das terras. No Brasil, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é uma ferramenta essencial para a regularização fundiária e a gestão ambiental.

Menezes (2022) destaca que o Cadastro Ambiental Rural (CAR), criado pelo governo Dilma Rousseff através do Decreto Federal nº 7.830, como parte do Código Florestal de 2012, visava a regularização ambiental por meio da autodeclaração de propriedades ocupadas até 2014, com validação posterior. No entanto, o prazo para

conclusão do cadastro foi frequentemente prorrogado e a análise das informações foi adiada várias vezes. Isso permitiu que áreas públicas fossem irregularmente declaradas como propriedades particulares no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), conferindo uma aparência de legitimidade a terras griladas.

É crítico notar que embora o CAR não confira titularidade legal sobre a terra, áreas com CAR cadastrado tendem a ter um valor agregado maior nas transações do mercado informal, facilitando obtenção de financiamentos que podem incentivar o desmatamento. Dados entre 2016 e 2020 mostram que tanto o desmatamento quanto os focos de calor foram mais intensos em áreas de florestas públicas não destinadas que possuíam CAR em comparação às áreas sem cadastro. (Menezes, 2022).

Figura 25 - Distribuição de Imóveis que possuem CAR.



Fonte: PEREIRA, J. V. R. G. e CASCAES, S. F. (2024)

Durante a audiência na comunidade de Brasileia em 2019, José Cristo relata que os moradores expressaram sua dificuldade em obter terras na região do Território Guaraná Selvagem. Segundo ele, os responsáveis pelo sistema fundiário da época, o ITEAM, argumentaram que havia uma limitação de obtenção de 50 a 100 hectares de

"mato" para poder obter o CAR, além de exigirem residência local para emitir o documento.

No entanto, durante a intervenção do Ministério Público Federal (MPF), os comunitários descobriram que havia um número equivalente de CAR atribuído às terras por trás da comunidade. José Cristo relata que isso causou grande revolta entre o povo, pois perceberam como isso os prejudicaria, especialmente porque as terras por trás das comunidades abrigam as matrizes do guaraná selvagem.

#### 4.1. “PASSAR A BOIADA” NO TERRITÓRIO GUARANÁ SELVAGEM COMO ATO DE ESTADO

Em 2016, com o Golpe Parlamentar contra o governo da presidenta Dilma Rousseff, o novo governo liderado pelo vice-presidente Michel Temer consolidou a hegemonia do agronegócio, com renúncias fiscais de tributos na ordem de R\$ 26,2 bilhões. Ao mesmo tempo que extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pela execução da política de reforma agrária, reordenamento territorial e regularização fundiária (FIRMINO; OLIVEIRA, 2018).

Segundo Monteiro (2022), a partir de 2019, o governo de Jair Messias Bolsonaro implementou a agenda do agronegócio de remoção dos obstáculos para a produção de *commodities*. A estratégia governamental foi o enfraquecimento das pautas relacionadas aos direitos indígenas, direitos humanos e questão ambiental, com representantes do agronegócio assumindo os principais ministérios para implementação da chamada pauta bolsonarista.

Na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Presidente Bolsonaro nomeou o delegado da Polícia Federal, Marcelo Augusto Xavier da Silva, com a missão de avançar na exploração mineral em Terras Indígenas. Em 2022, a Polícia Federal revelou um áudio no qual Xavier oferecia apoio a Jussielson Silva, preso por arrendar terras na Terra Indígena Marãiwatsédé. Além de Jussielson, foram detidos o policial militar Gerrard Maxmiliano Rodrigues e Souza e o ex-PM Enoque Bento de Souza. As acusações contra os três incluem participação em milícia privada, sequestro qualificado, abuso de autoridade, peculato, usurpação de função pública, porte ilegal

de arma e estelionato. Este caso evidencia graves problemas de gestão e corrupção na administração de terras indígenas, violando os direitos dos povos indígenas.<sup>5</sup>

Na fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo assumiu a presidência da Fundação em 2010, em meio a manifestações contrárias por suas falas contra o movimento e luta antirracistas.<sup>6</sup> Em abril deste ano, o ex-presidente foi processado pela Controladoria-Geral da União (CGU). Um processo administrativo disciplinar que investigou alegações de assédio moral durante seu mandato como presidente da instituição.<sup>7</sup>

No que diz respeito à governança fundiária, Luiz Antônio Nabhan Garcia, pecuarista e expoente da União Democrática Ruralista (UDR), assumiu a Secretaria de Assuntos Fundiários, trazendo polêmicas à administração de terras e à reforma agrária. Em 2020, Garcia, aliado do presidente Jair Bolsonaro e autodeclarado inimigo da reforma agrária e da demarcação de terras indígenas, solicitou o uso da Força Nacional de Segurança Pública em áreas ocupadas pelo MST na Bahia, justificando a ação para transformar assentados em "produtores rurais de fato" e criticando os assentamentos como ociosos e irregulares. Sua postura e o uso da Força Nacional foram vistos como repressivos e controversos, refletindo sua oposição à redistribuição de terras e proteção dos direitos indígenas. As acusações de corrupção contra Garcia somam-se às críticas sobre sua abordagem na reforma agrária, levantando questões sobre o uso de sua posição para beneficiar interesses específicos e desviar-se dos objetivos de promover justiça social e desenvolvimento sustentável no campo.<sup>8</sup>

As acusações de corrupção contra Nabhan Garcia se somam às críticas sobre sua abordagem na reforma agrária, levantando questões sobre o uso de sua posição

---

<sup>5</sup> Em áudio, presidente da Funai oferece apoio a servidor preso por arrendar terras indígenas em MT; Ouça. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/08/25/em-audio-presidente-da-funai-oferece-apoio-a-servidor-presos-por-arrendar-terras-indigenas-no-mt-pf-investiga-irregularidades.ghtml>. Acesso em 24/06/2024

<sup>6</sup> Preto de alma branca: o que faz Sérgio Camargo no comando da Fundação Palmares? Disponível: <https://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2020/12/preto-de-alma-branca-o-que-faz-sergio-camargo-no-comando-da-fundacao-palmares/>. Acesso em 24/06/2024

<sup>7</sup> CGU torna ex-presidente da Fundação Palmares inelegível por assédio. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/cgu-torna-ex-presidente-da-fundacao-palmares-inelegivel-por-assedio/>. Acesso em 24/06/2024

<sup>8</sup> Pedido para usar Força Nacional contra MST na Bahia partiu de Nabhan Garcia. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/05/pedido-para-usar-forca-nacional-contra-mst-na-bahia-partiu-de-nabhan-garcia>. Acesso em 24/06/2024

para beneficiar interesses específicos e desviar-se dos objetivos de promover justiça social e desenvolvimento sustentável no campo.

No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a deputada Tereza Cristina implementou uma agenda que priorizava o agronegócio em detrimento das demandas da agricultura familiar e das comunidades tradicionais, flexibilizando regras para o consumo de pesticidas e beneficiando o setor ruralista. Alinhada a Bolsonaro, Tereza Cristina defendeu o fim da "indústria da multa" contra órgãos do meio ambiente, como Ibama e ICMBio, enfraquecendo a fiscalização desses recursos. A atuação política da bancada ruralista, da qual Tereza fazia parte, comprometeu a luta pela reforma agrária e a demarcação de terras indígenas, prejudicando indígenas e sem-terra. Além disso, Tereza Cristina foi uma defensora do PL 3729/2004, que flexibilizava normas para o licenciamento ambiental, favorecendo empresários do setor rural.<sup>9</sup>

No Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ricardo Salles priorizou o desmonte da política ambiental com o lema "passar a boiada". De acordo com Monteiro (2022), a gestão ambiental do governo Bolsonaro esteve no cerne da discussão internacional, justamente por suas políticas de destruição do meio ambiente, medidas estas que beneficiaram o agronegócio.

Em 2023 o ex Ministro denunciado pelo Ministério Público Federal e aceita pela 4ª Vara Federal Criminal do Pará, envolve também o ex-presidente do Ibama, Eduardo Bim, e outros 20 indivíduos. Eles são acusados de corrupção passiva, crimes contra a flora e participação em organização criminosa. Segundo a denúncia, Salles nomeou servidores sem capacidade técnica para cargos no Ibama, permitindo a emissão de certidões irregulares para liberar madeira apreendida nos Estados Unidos. Além disso, Salles teria se reunido com representantes de empresas e autoridades do Ibama para discutir a exportação de madeira do Pará.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> "Musa do veneno": saiba quem é a ministra da Agricultura de Bolsonaro. Disponível: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/09/musa-do-veneno-saiba-quem-e-a-ministra-da-agricultura-de-bolsonaro>. Acesso em 24/06/2024

<sup>10</sup> Ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles vira réu por exportação ilegal de madeira. Disponível: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ex-ministro-do-meio-ambiente-ricardo-salles-vira-reu-por-exportacao-ilegal-de-madeira/#:~:text=Colunas%20CNN->

O Governo Bolsonaro priorizou a Amazônia para "passar a boiada", expressão que sugere a remoção de obstáculos para promover as cadeias produtivas do agronegócio. Isso significava consolidar e expandir essas atividades em detrimento da agricultura familiar. Um dos principais desafios para o agronegócio na Amazônia era a presença de áreas protegidas e territórios tradicionalmente ocupados, que limitavam a exploração de commodities (Almeida, 2010).

De acordo com Almeida (2010), no Brasil, entidades patronais vinculadas ao agronegócio, agentes e instituições governamentais formaram uma poderosa coalizão que vem se empenhando em propagar as potencialidades do mercado de *commodities*, exaltando a necessidade de remoção de entraves fundiários, tributários e trabalhistas, que impedem o país de cumprir seu potencial agrícola e alimentar todo o planeta.

A demanda global por *commodities* agrícolas, como soja, carne bovina e óleo de palma, tem impulsionado a expansão do agronegócio na Amazônia (Avila, 2013). Nesse sentido, o agronegócio tem arquitetado estratégias de desterritorialização dos povos e comunidades tradicionais. Tal processo é denominado por Almeida (2010, p. 141) de *agroestratégia*, que consiste na incorporação de novas terras ao agronegócio, "liberando-as tanto de condicionantes jurídico-formais e político – administrativo, quanto de fatores étnicos e culturais ou determinados pelas modalidades de uso das terras tradicionalmente ocupadas".

Pereira (2017) afirma que o Estado brasileiro se fez cada vez mais presente na flexibilização dos limites das terras comunitárias, pois a demanda de mais terras para expansão das commodities mobiliza um conjunto de agentes e instituições interessadas na expansão da fronteira agropecuária para Amazônia visando a organização do mercado formal de terras.

Para facilitar os interesses do agronegócio na incorporação de novas terras, o Estado brasileiro realizou cortes drásticos no orçamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e em diversas instituições de pesquisa, dentre estas destacamos os intensos desmontes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (MONTEIRO, 2022).

Nesse contexto de desmonte dos principais órgãos públicos de proteção ambiental, o agronegócio invadiu terras públicas (áreas protegidas), territórios tradicionalmente ocupados e unidades de produção familiar para a produção de commodities. Nesse sentido, concordamos com o entendimento de Menezes (2022) de que o Governo Bolsonaro sinalizou ao segmento do agronegócio que invadiu as terras públicas e territórios tradicionais que haveria anistia a punições ambientais e regularização fundiária das terras a curto prazo, além da implantação de fazendas agropecuárias.

Menezes (2022), analisou os dados do Instituto Nacional de Pesquisa (INPE), referentes ao período do governo Bolsonaro (entre agosto de 2019 e setembro de 2020), identificou que as terras públicas sem destinação foram atingidas por 75.884 focos de queimada, correspondente a 31,7% de todas as queimadas no bioma amazônico. Esses dados evidenciam que esta modalidade de terras vem se destacando e tornando-se um alvo crescente de desmatamento, com aumento de 85,3% em comparação com aqueles medidos em 2018.

Os dados de Menezes (2022) evidenciam que o governo Bolsonaro induziu o aumento do desmatamento na Amazônia. Segundo esta autora, alguns dias após a explosão de focos de queimadas na região amazônica, o presidente Jair Bolsonaro insinuou no seu twitter em 21 de agosto, que seria das ONGs a culpa pelos focos de incêndio, postando a seguinte mensagem: “pode estar havendo, não estou afirmando, ação criminosa desses ongueiros”. A narrativa do presidente da república pautou-se em questionar a credibilidade dos dados oficiais sobre desmatamento divulgados pelo INPE (Menezes, 2022).

As queimadas foram intensificadas no período da pandemia da COVID-19, onde os efeitos foram mais sentidos pelos povos e comunidades tradicionais. De acordo com Menezes (2022), com a suspensão da fiscalização ambiental e o aumento da flexibilização da legislação ambiental no sentido de facilitar a regularização fundiária,

a invasão e venda de terras públicas passaram a ser um bom investimento, pois a punição por infração ambiental foi meramente reduzida.

A autora também discute a proposta do Projeto de Lei 510/21, conhecido como PL da Grilagem, que busca alterar o marco legal da regularização fundiária em terras da União. A autora destaca que o projeto, derivado da Medida Provisória 910/19, simplifica o processo de regularização de terras públicas desmatadas ilegalmente, permitindo sua legalização por quem as ocupa. A proposta inclui mudanças significativas na Lei 11.952/2009, ampliando sua aplicação para todo o país e não apenas para a Amazônia Legal.

Entre os pontos críticos do projeto, destacam-se a dispensa de vistoria presencial para médias propriedades rurais, exigindo apenas documentos como o CAR e declarações de não posse de outro imóvel rural ou de benefício de programas de reforma agrária. Além disso, a criação do conceito de "imóvel em regularização" baseado apenas na inscrição no CAR é mencionada como preocupante, dado o alto índice de cadastros não validados e fraudados pelos órgãos competentes (Menezes, 2022).

No Amazonas, o Governador Wilson Lima orgulhava-se do alinhamento de seu governo com a política bolsonarista. Esse alinhamento foi claramente evidenciado durante a pandemia da COVID-19, quando o governo estadual seguiu as orientações federais de minimizar a gravidade da contaminação, flexibilizar o uso de máscaras e promover o retorno ao trabalho. Essa postura bolsonarista resultou na crise da falta de oxigênio, que culminou na morte de 4 mil pessoas em 2021<sup>11</sup>.

Durante o primeiro mandato do governo de Wilson Lima, o Amazonas enfrentou um aumento significativo do desmatamento e dos focos de calor. Suas propostas não incluíam a proteção da floresta amazônica, dos povos indígenas e quilombolas, nem o combate ao desmatamento e crimes ambientais. Defensor de atividades como agronegócio, mineração e exploração madeireira, Lima criticou ações ambientalistas e apoiou a exploração de silvinita pela Potássio do Brasil. Prometeu agilizar licenciamentos ambientais apoiando o garimpo no rio Madeira. Apesar de reconhecer

---

<sup>11</sup> Falta de oxigênio causa mortes e revela colapso em Manaus, que já soma mais de quatro mil mortes em 2021. Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/50926>

a importância da fiscalização ambiental, suas políticas falharam em conter a degradação, evidenciando a necessidade de medidas mais rígidas e eficazes.<sup>12</sup>

Wilson Lima defendeu desburocratização dos órgãos regulatórios e, em suas falas, expressam uma perspectiva desenvolvimentista.

O governador adotou posicionamentos variados na política ambiental, que oscilam entre a esquerda e a direita. De maneira geral, o governador Wilson Lima (UNIÃO/AM) defendeu desburocratização dos órgãos regulatórios e, em suas falas, expressam uma perspectiva desenvolvimentista. (Gaudencio, 2023, p. 34)

Figura 24 - Queimada em desmatamento recente na Gleba Abelhas, floresta pública no município de Canutama, no sul do Amazonas, área que, ao lado da Região Metropolitana de Manaus



Fonte: <https://projetcocolabora.com.br/ods15/fumaca-das-queimadas-no-sul-do-amazonas-atinge-manaus/>

Na questão ambiental, o Governo do Estado adotou uma estratégia de "Passar a Boiada", reduzindo os investimentos em fiscalização ambiental pelo IPAAM e esvaziando o departamento da SEMA responsável pela criação de unidades de conservação. Esse departamento enfrentava escassez de recursos até mesmo para enviar um servidor para se reunir com as comunidades tradicionais dos rios Urupadí e Parauari.

---

<sup>12</sup> 'FUMAÇA DE MANAUS VEM DA RODOVIA BR-319, NÃO DO PARÁ', DIZ PESQUISADOR. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/11/08/fumaca-em-manaus-vem-da-rodovia-br-319-nao-do-para-entrevista/>. Acesso em 25/06/2024

Além disso, a estratégia da SEMA, liderada pelo secretário Eduardo Tavera, de dificultar a abertura do processo de criação da unidade de conservação nos rios Urupadí e Parauari estava alinhada com as políticas do governo Bolsonaro de "Passar a Boiada". Isso tinha como objetivo retardar a criação da unidade de conservação e facilitar a invasão do Território Guaraná Urupadí pelos madeireiros.

Em nível municipal, os planos de manejo florestal contavam com o apoio das classes empresarial (madeireiros), política (Comissão de Meio Ambiente da Câmara de Vereadores) e governamental, principalmente através da atuação da SEDEMA. A secretaria trabalhou no processo de liberação das balsas de madeira apreendidas pelas comunidades tradicionais dentro do Território Guaraná Selvagem e enfraqueceu as leis ambientais para favorecer a produção de madeira. A SEDEMA deveria anular as licenças de conformidade ou manejo expedidas sobre o Território Guaraná Selvagem. No entanto, servidores da SEDEMA colaboraram para assegurar o controle sobre os territórios tradicionalmente ocupados, exacerbando os conflitos territoriais.

As estratégias da SEMA e SEDEMA em favor dos madeireiros têm gerado um cenário de violência no Território Guaraná Selvagem, manifestado pela cooptação de jovens para a exploração ilegal de madeira, conflitos territoriais, destruição ambiental, tráfico de drogas e prostituição. Essa situação cria um ambiente propício para o que se convencionou chamar de *territórios de sacrifício*.

Como Haesbaert (2021) argumenta, a Amazônia tornou-se um *território de sacrifício*, onde o Estado brasileiro promove diversas agências estatais e programas desenvolvimentistas focados no desenvolvimento do capitalismo na região, muitas vezes em detrimento dos povos e comunidades tradicionais. Esse modelo prioriza a acumulação ilimitada e a exploração predatória dos recursos naturais.

O conceito de *territórios de sacrifício* possibilita uma reflexão profunda sobre o aumento dos conflitos territoriais no Território Guaraná Selvagem frente ao avanço dos madeireiros. Conforme Almeida (2013) destaca, a expansão do agronegócio tem resultado em um campo de violência, no qual povos e comunidades tradicionais lutam pelo direito aos seus territórios tradicionalmente ocupados.

Os episódios envolvendo os moradores dos rios Urupadí e Parauari ilustram vividamente os diversos *territórios de sacrifício*, nos quais a violência se manifesta através de assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, expulsões, despejos e destruição dos bens das populações camponesas, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), somente em 2019 foram registrados 32 assassinatos, 30 tentativas de assassinato e 201 ameaças de morte. A frequente criminalização dos movimentos sociais também é uma faceta dessa violência (PEREIRA; ORIGUÉLA; DE FREITAS COCA; 2021).

Além disso, nos últimos quatro anos, os contínuos discursos de ódio proferidos pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro contra povos e comunidades tradicionais: “*Quilombola não serve nem para procriar*”<sup>13</sup>, “*sufocam o agronegócio*”<sup>14</sup> e “*Acredito que você tenha sua arma já dentro da fazenda, pode usar a arma agora dentro, em todo o perímetro da sua fazenda.*”<sup>15</sup>, contribuem para o aumento dos conflitos e reforçam a ideia de que os povos e comunidades tradicionais são obstáculo ao crescimento do agronegócio brasileiro.

Na Amazônia, o agronegócio utiliza suas estratégias para consolidar o controle sobre os territórios tradicionalmente ocupados. Essas estratégias seguem uma lógica capitalista que enxerga a natureza como um obstáculo à produção de mercadorias. A lógica de expansão dessa racionalidade é autoritária, onde os bens da natureza (água, terra e floresta) ficam submetidos a produção e *commodities*, especialmente para expansão da monocultura (MONTEIRO, 2022).

Loureiro (2009) chama atenção que a produção de *commodities* na Amazônia para garantir o superávit primário, revelando um dos fatores determinantes ao empobrecimento da região:

Convém mencionar que a desigualdade entre as diversas regiões do país deve-se ao fato de que o mesmo tipo de relação espoliativa que se estabeleceu entre os países centrais e os periféricos se reproduz

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>

<sup>14</sup> <https://revistaeste.com/politica/bolsonaro-diz-que-nao-pode-sufocar-o-agronegocio-em-troca-de-mais-terras-indigenas/>

<sup>15</sup> <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-incentiva-fazendeiro-a-usar-arma-contra-indigenas-e-quilombolas/>

internamente no país. Assim, o país se beneficia quando consegue equilibrar suas contas valendo-se dos elevados saldos comerciais oriundos da mineração, da criação de gado e de outras commodities, que resultam numa contribuição superavitária que os estados produtores dessas commodities na Amazônia possibilitam. Mas isto se dá à custa do empobrecimento da região que perde recursos expressivos, e do conseqüente aumento das desigualdades entre as diversas regiões brasileiras. Este processo ocorre, claramente, em desfavor da Amazônia. (Loureiro, 2009, p. 65)

A luta das comunidades tradicionais pelo direito territorial no Território Guaraná Selvagem está alinhada com os movimentos sociais em toda a América Latina que lutam pelo reconhecimento de seus territórios. Esses movimentos buscam mecanismos para manter ou recuperar suas terras (ALMEIDA, 2004). É nesse contexto de confronto que surgem formas de resistência como resposta às práticas globais de dominação capitalista-neoliberal (MONTEIRO, 2022).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A abordagem de Pierre Bourdieu (2007) enriquece nossa compreensão desses conflitos, destacando a natureza histórica e a disputa em torno da definição e controle dos territórios. Diversos atores, desde cientistas até políticos e empresários, competem pela legitimidade na definição desses espaços, cada um buscando impor sua visão sobre o que é adequado em termos de desenvolvimento e conservação.

Ao longo desta dissertação, exploramos os conflitos socioambientais decorrentes da expansão do agronegócio na Amazônia, especificamente no Território Tradicionalmente Ocupado Guaraná Selvagem em Maués/AM.

Em uma perspectiva pessoal e investigativa, algumas dificuldades se apresentaram ao longo do trabalho. Prioritariamente, a pesquisa se desenvolveu ao longo da pandemia da covid-19 e em 2023 a região foi afetada pela seca extrema. Para chegada em Maués e na localidade do Território Guaraná Selvagem foram necessários quatro dias de viagem.

Ademais, nas investigações, saliento que era de nosso intuito estudar sobre a perspectiva das comunidades tradicionais sobre as agroestratégias implementadas para a apropriação de seus territórios e como se formou a construção da unidade de mobilização para a proteção do mesmo, porém devido ao tempo exigido para a defesa

da dissertação, tais horizontes estão abertos para serem explorados por outros/as pesquisadores/as ou em trabalhos posteriores a esse em que me debruçarei.

O estudo tem uma abrangência, além da perspectiva dos moradores, como, qual a visão do Estado em meio as mudanças climáticas, que já são sentidas na região, em frente a estrutura capitalista até hoje vigente no país?

Como também salientar a dinâmica do próprio município em diminuir a unidade de mobilização dos moradores do Território Guaraná Selvagem. E dar continuidade no acompanhamento e processos que se darão ao longo da possível construção da Unidade de Conservação.

Este estudo revelou como a presença do agronegócio na maior floresta tropical do mundo desencadeia processos complexos de desterritorialização das comunidades locais, resultando na perda gradual de territórios historicamente ocupados por essas comunidades. Com o apoio do Estado, observamos a transformação desses territórios em propriedades destinadas às atividades agropecuárias, delineando uma nova realidade social onde interesses econômicos predominam sobre as dinâmicas tradicionais de ocupação e uso da terra (Castro, 2019).

Como discutido, é crucial contextualizar o Território Tradicionalmente Ocupado Guaraná Selvagem como uma construção social, cuja delimitação não é meramente geográfica, mas profundamente influenciada por critérios de classificação e diferenciação social. Esses critérios, muitas vezes arbitrários e externos às próprias comunidades, moldam a percepção e o tratamento dos territórios tradicionais, relegando-os a uma posição de vulnerabilidade frente aos interesses expansionistas do agronegócio.

A abordagem de Pierre Bourdieu (2007) enriquece nossa compreensão desses conflitos, destacando a natureza histórica e a disputa em torno da definição e controle dos territórios. Diversos atores, desde cientistas até políticos e empresários, competem pela legitimidade na definição desses espaços, cada um buscando impor sua visão sobre o que é adequado em termos de desenvolvimento e conservação.

Portanto, a região estudada não é apenas um cenário físico, mas um campo de batalha onde diferentes interesses colidem. A discussão e o diálogo com Pierre Bourdieu apresentaram-se como necessários para compreender a imposição de

visões sobre conservação e desenvolvimento. Geógrafos, historiadores, economistas, sociólogos, biólogos e antropólogos disputam não apenas a interpretação do espaço, mas também as políticas públicas e práticas de gestão que moldarão o futuro da região e de suas comunidades.

Os desafios enfrentados pelo Território Tradicionalmente Ocupado Guaraná Selvagem são emblemáticos das contradições e complexidades presentes na relação entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental na Amazônia. A defesa dos direitos territoriais das comunidades tradicionais não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma necessidade para a preservação da diversidade cultural e ambiental da região. Neste contexto, é essencial uma abordagem integrada que reconheça e valorize os conhecimentos e práticas locais, enquanto busca alternativas sustentáveis para o uso da terra que respeitem tanto as necessidades das comunidades quanto os limites ambientais do bioma amazônico.

Foi por meio dos relatos dos moradores que podemos observar a construção das territorialidades específicas dos habitantes do Território Guaraná Selvagem. A busca na floresta do guaraná selvagem revela como esses moradores atribuem coletivamente significados às atividades de cultivo do guaraná. Compreender essas práticas culturais e sociais exige uma análise detalhada de como eles constroem suas relações sociais.

Além disso, as experiências dos moradores abordadas nas entrevistas indicam como o território molda a noção de tempo e modifica a realidade dessas pessoas de acordo com o que se denomina na região como inverno e verão, por exemplo. Essa divisão está diretamente relacionada à variação do nível do rio, o que influencia significativamente a agricultura local.

A divisão temporal não é apenas um fenômeno natural, mas também um aspecto fundamental da organização social e econômica das comunidades locais. Durante a enchente, os moradores ajustam suas atividades produtivas de acordo com a disponibilidade de terra e a acessibilidade proporcionada pela subida das águas. A cheia, com o nível máximo do rio, impõe restrições adicionais que afetam a organização do trabalho e a vida comunitária. Portanto, a capacidade dos moradores de adaptar suas práticas agrícolas e sociais às variações sazonais do rio é um exemplo claro de como atribuem significados coletivos às suas atividades produtivas.

A análise das práticas de cultivo do guaraná também mostra que essas atividades são profundamente enraizadas nas tradições e nos conhecimentos locais. As práticas agrícolas, transmitidas de geração em geração, refletem uma compreensão profunda do meio ambiente e das mudanças sazonais. Além disso, a organização social das atividades de cultivo, com base em um calendário sazonal, evidencia uma organização praticada pelas famílias e comunidade.

A territorialidade específica, conforme observada no estudo, não é apenas uma prática de ocupação física do espaço, mas também um ato de resistência cultural e política contra as forças externas que ameaçam desestabilizar as formas tradicionais de vida.

Tais ameaças têm transformado territórios tradicionalmente ocupados em propriedades destinadas à produção agrícola em larga escala, retirando ou destruindo o livre acesso dos povos a locais que são utilizados para busca de alimentos e produtos da floresta.

Durante o governo Bolsonaro, a política ambiental foi fortemente marcada pela priorização do agronegócio na Amazônia. A expressão "passar a boiada" (Ricardo Salles, 2020) exemplifica várias terras de sacrifício para uma lógica capitalista. Com base nesse discurso, o governador Wilson Lima, em seu primeiro mandato, flexibilizou e apoiou empresas ligadas ao agronegócio.

Em conclusão, as políticas de expansão do agronegócio na Amazônia, impulsionadas pelo governo Bolsonaro e apoiadas por Wilson Lima, resultaram em sérios conflitos territoriais, degradação ambiental e violação dos direitos das comunidades tradicionais. A falta de medidas eficazes de proteção ambiental e a retórica agressiva contra essas populações exacerbaram a violência e a injustiça social na região. É essencial que futuras políticas abordem essas questões de maneira holística, promovendo a sustentabilidade ambiental e a justiça social, respeitando os direitos dos povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais, para garantir um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

Neste contexto, a territorialização das comunidades do Guaraná Selvagem se apresenta como um contraponto à lógica expansionista do agronegócio. As redes de solidariedade e coesão interna são fortalecidas em resposta às pressões externas, promovendo uma resistência ativa que se manifesta tanto nas práticas culturais

cotidianas quanto nas estratégias de mobilização política. O estudo revelou que essas comunidades têm desenvolvido formas inovadoras de resistência que combinam conhecimentos tradicionais com novas formas de organização e reivindicação de direitos.

A principal análise e, portanto, a contribuição desta pesquisa está em reconhecer e valorizar a territorialidade das comunidades tradicionais como uma estratégia fundamental para a preservação dos seus modos de vida e da integridade ambiental da Amazônia. A defesa dos territórios tradicionalmente ocupados não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma necessidade para a sustentabilidade ecológica da região. As políticas públicas devem, desta maneira, ser orientadas para apoiar e fortalecer essas comunidades, promovendo um modelo de desenvolvimento que respeite os direitos territoriais e culturais dos povos indígenas e quilombolas.

## Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri et al. Conflitos ambientais no Brasil. Relume Dumará, 2014.

AGUIAR, Orlanda da Conceição Machado. Guaraná Urupadí Orgânico: Extensão Rural e Certificação Orgânica na Região Do Alto Urupadí, Maués – Amazonas. TCC em Engenharia Agrônoma. Universidade Federal do Amazonas, 2022.

AGUIAR, Orlanda da Conceição Machado et al. Sistema agrícola tradicional e certificação orgânica: o caso dos guaranzais nativos das comunidades tradicionais do Alto Urupadí, Maués (AM). Carla da Silva Sousa, Sayonara Cotrim Sabioni, Francisco de Sousa Lima.(Org.). Agroecologia: Métodos E Técnicas Para Uma Agricultura Sustentável. 1ed. Guarujá: Editora Científica Digital, v. 2, p. 80-100, 2021.

ALENTEJANO, Paulo. Contrarreforma agrária, violência e devastação no Brasil. Revista Trabalho Necessário, v. 20, n. 41, p. 01-30, 2022.

ALMEIDA, Alfredo W.B. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo W.B.et al(Orgs.). Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro:Lamparina, 2010.p. 101-144.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. Povos e comunidades tradicionais. Nova cartografia social, p. 157-173, 2013.

ALMEIDA...Apresentação. In: SHIRAIISHI NETO, J. (org.). Direito dos povos e das comunidades tradicionais do Brasil: declarações, convenções internacionais e

dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007. p.09-17.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, p. 163-172, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a "proteção" e o "protecionismo". Caderno CRH, v. 25, p. 63-72, 2012.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, MARIN, R. A. "Campanhas de desesterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras." In.: BOLLE, W. et Al. (ORGs.). Amazônia: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010.

DE ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno (Ed.). Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa. 2ª edição. São Paulo. Editora Thomson, 2002. 203p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. Montes Claros: 2010 (Relatório de Pesquisa). Presente também em: RODRIGUES, Leila Ribeiro, GUIMARÃES, Felipe Flávio Fonseca, COSTA, João Batista de Almeida. Comunidades tradicionais: sujeitos de direito entre o desenvolvimento e a sustentabilidade. Anais do I Circuito de debates. CODE 2011, IPEIA, 2011.

BRASIL. Decreto no 9.667, de 2 de janeiro de 2019. Brasília, 2019. Disponível em:[http://www.in.gov.br/materia//asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633308](http://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633308). Acesso em: 3 jan. 2019.

BOURDIE, PIERRE. O camponês e seu corpo. Ver. Sociol. Polít. Curitiba, 26, p. 83-92, jun, 2007.

CASTRO, E. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, A. C. Etnoconservação: Novos Rumos para a Proteção da Natureza nos Trópicos. 2. ed. São Paulo: USP/Nupaub; Hucitec, 2000.

CASTRO, Kimberly Coutinho Paes Leme, et al. "Levantamento De Dados Do Cadastro Ambiental Rural Em Bacias Hidrográficas Relacionadas Ao Rio Acre, No Estado Do Acre." (2019).

DE OLIVEIRA, João Pacheco. O nascimento do Brasil e outros ensaios: pacificação, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

DE OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v. 4, p. 47-77, 1998.

FIRMIANO, Frederico Daia; DE OLIVEIRA MAFORT, Kelli Cristine. A reforma da contrarreforma agrária no Brasil/The reform of the agrarian counter-reform in the Brazil. *Libertas*, v. 18, n. 2, 2018.

FIRMIANO, Frederico Daia. "Quem lamenta os estragos—se os frutos são prazeres?" O bloco de poder agro do governo Bolsonaro." *Estudos Sociedade e Agricultura* 28.2 (2020): 364-387.

GAUDENCIO, Cristina de Menezes. Ideologia e política ambiental: análise comparativa de governos da Amazônia Legal. 2023.

HAESBAERT, Rogério. Ordenamento territorial. *Boletim goiano de Geografia*, v. 26, n. 1, p. 117-124, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói:ProgramadePós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama, and ALFREDO KINGO OYAMA HOMMA. "Extratativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação." (2014).

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. Amazônia em chamas: desmatamento e fogo. Nota Técnica. Disponível em <https://ipam.org.br/>. Acesso em 12 de novembro de 2021.

LASCHEFSKI, Klemens Augustinus; ZHOURI, Andréa. Povos indígenas, comunidades tradicionais e meio ambiente a" questão territorial" e o novo desenvolvimentismo no Brasil. *Terra Livre*, v. 1, n. 52, p. 278-322, 2019

LOPES, José Sergio Leite. A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. In: *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. 2004.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimiento. *Empório do Livro*, 2009.

MENEZES, Thereza Cristina Cardoso. "Colunas de fogo, cortinas de fumaça e narrativas inflamáveis: multiplicação de incêndios florestais e as novas dinâmicas

sociais da expansão da fronteira agropecuária amazônica." Revista Trabalho Necessário 20.41 (2022): 01-26.

MONTEIRO, Daniel Marcedo Lopes. Processos de espoliações no Brasil atual: ofensivas do agronegócio sobre os direitos ambientais e territoriais. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), v. 18, n. 1, págs. 74-95, jan-jun. 2022

MOTTA, Ronaldo Seroa da. "Indicadores ambientais no Brasil: aspectos ecológicos, de eficiência e distributivos." (1996).

OLIVEIRA, João Pacheco. O nascimento do Brasil e outros ensaios: pacificação, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015. p. 12

OLIVEIRA, João Pacheco de. A nação tutelada: uma interpretação a partir da fronteira. Mana, v. 27, n. 1, p. e271201, 2021.

PEREIRA, Cloves Farias et al. Estado e agronegócio: etnografia de um processo de regularização fundiária e descaracterização de territórios no sul do Amazonas. 2017.

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; DE FREITAS COCA, Estevan Leopoldo. A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo/Agrarian policy in the Bolsonaro government: the contradictions between the expansion of agribusiness, the advance of hunger and anti-environmentalism/Política agraria en el gobierno de Bolsonaro: las contradicciones entre la expansión del agronegocio, el avance del hambre y el anti-ambientalismo. Revista Nera, n. 58, p. 8-27, 2021.

PEREIRA, Cloves Farias et al. Certificação Orgânica de Cultivos de Guaraná Originários de Sementes Nativas pelas Comunidades Tradicionais do Alto Urupadí, Maués, AM. Cadernos de Agroecologia, v. 15, n. 4, 2020.

POSEY, D. A. Interpretando e utilizando a "realidade" dos conceitos indígenas: o que é preciso aprender dos nativos? In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro (Orgs.). In: Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB, 2001.

SILVA, Anderson Antonio da; FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra-2000–2004. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, v. 3, 2005.

SILVEIRA, Alex José Brito. Comunidades Tradicionais e Produção Orgânica: Etnografia do Processo de Certificação Participativa do Guaraná Silvestre Do Alto Urupadí. TCC de Especialização (Ciências Sociais – Bacharelado). Universidade Federal do Amazonas. Amazonas, 2017.

SUER, S; ALMEIDA, W. Terras e Territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.

TRECCANI, Girolamo. Terras de quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça, Programa Raízes, 2006

TRECCANI, Girolamo Domenico; BENNATI, José Heder; MONTEIRO, Aianny Naiara Gomes. Agravamento da violência no campo: Reflexões sobre a política de regularização fundiária. In: Conflitos no Campo Brasil, 2020. Goiânia: CPT, 2021.

TRICAUD, S.; PINTON, F., PEREIRA, H. D. S. Saberes e práticas locais dos produtores de guaraná (*Paullinia cupana* Kunth var. *sorbilis*) do médio Amazonas: duas organizações locais frente à inovação. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 11(1), 33-53, 2016.

TRINDADE, Lídia Letícia Lima et al. Extensão universitária e certificação orgânica: o caso das comunidades tradicionais no alto rio Urupadí, Maués-AM Extensão universitária e certificação orgânica: o caso das comunidades tradicionais do alto rio Urupadí, Maués-AM. Revista Brasileira de Desenvolvimento, v. 7, n. 12, pág. 115030-115054, 2021.

WITKOSKI, Antonio Carlos. Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. São Paulo: Annablume, 2007.

WOORTMANN, K/ WOORTMANN, E. O trabalho da terra. Brasília:EDUNB, 1997.

## ANEXOS

Anexo I – Parecer Consubstanciado do CEP Aprovado.



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Rede Paullinia Cupana: uma iniciativa de desenvolvimento de alternativas econômicas e geração de renda por meio dos princípios da sustentabilidade e co-gestão

**Pesquisador:** CLOVES FARIAS PEREIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 58199522.4.0000.5020

**Instituição Proponente:** Universidade Federal do Amazonas

**Patrocinador Principal:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.404.161

#### Apresentação do Projeto:

**Resumo:**

Segundo o Boletim nº 1 do Atlas ODS Amazonas (2019), sobre os indicadores relacionados ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 1 – Erradicação da Pobreza, da ONU, mostrou que 34% da população do Amazonas vive abaixo ou em linha de extrema pobreza. Nesse sentido, este projeto tem como objetivo desenvolver soluções inovadoras que possam contribuir para a conservação dos recursos naturais, a segurança alimentar e a melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais. Os resultados esperados é a sistematização de três estudos da situação de vulnerabilidade socioeconômica, produtiva e ambiental das comunidades tradicionais produtoras de guaraná; estudo da cadeia de valor do guaraná; modelos de negócios sustentáveis, baseados nos princípios da produção orgânica; protótipo de inovação; capacitação com carga horária de 80h para professores, técnicos, agricultor e agricultores preparados para desenvolver técnicas agroecológica no meio urbano e rural, e a socialização do conhecimento agroecológico dos resultados alcançados ao longo do Projeto por meio de eventos técnicos-científicos, redes de comunicação e publicações científicas e jornalística

**Critério de Inclusão:**

Será considerado como critério de inclusão: ser brasileiro (a) e maior de 18 anos de idade, que que

**Endereço:** Rua Teresina, 4950

**Bairro:** Adrianópolis

**CEP:** 69.057-070

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-1181

**E-mail:** cep.ufam@gmail.com

## Anexo II – Assinatura no Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento – TCLE.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
NÚCLEO DE SOCIOECONOMIA



---

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Convidamos o (a) senhor (a) para participar da Pesquisa intitulada “Rede Paullinia Cupana: uma iniciativa de desenvolvimento de alternativas econômicas e geração de renda por meio dos princípios da sustentabilidade e co-gestão”, sob responsabilidade do pesquisador Cloves Farias Pereira, Professor do Magistério Superior da Faculdade de Ciências Agrárias da Unidade Federal do Amazonas, av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 1200 - Coroado I, Manaus - AM, 69067-005, telefones (92) 99135-1432, e-mail [cloves@ufam.edu.br](mailto:cloves@ufam.edu.br)

A pesquisa tem como objetivos geral, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades tradicionais produtoras de guaraná nos municípios de Maués e Boa Vista do Ramos, por meio da pesquisa aplicada, da formação de capital humano, da assistência técnica e do apoio a iniciativas de negócios sustentáveis, objetivando à melhoria dos índices de qualidade de vida e o fortalecimento das economias locais. Os objetivos específicos são: gerar conhecimento científico associado à situação socioeconômica e produtiva das comunidades tradicionais produtoras de guaraná nos municípios selecionados; desenvolver soluções inovadoras para produção sustentável, comercialização e gestão dos empreendimentos econômicos, em parcerias com instituições públicas e privadas de ciência e tecnologia, empresas e entidades do setor produtivo; formar e instrumentalizar recursos humanos, fim de contribuir para a transferência de tecnologia e incorporação de novas tecnologias de produção sustentável; e, popularizar o conhecimento agroecológico por meio de eventos científicos, feiras e publicações.

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) porque sua participação é essencial para compreendermos melhor a situação socioeconômica dos produtores de guaraná (*Paullinia cupana*), realizado pela agricultura familiar, e assim embasarmos cientificamente estratégias para melhorar o que já vem sendo praticado, fortalecendo a produção agrícola no estado do Amazonas.

O (a) senhor (a) tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Caso aceite participar, sua participação consiste em responder perguntas de um formulário contendo perguntas abertas e fechadas, que será aplicado por meio de uma entrevista. Solicitamos também sua autorização para registro de imagens e gravações de voz, em caso de necessidade, que servirão apenas para ilustrar os resultados do trabalho, sendo utilizado para fins estritamente científicos. Garantimos, portanto, a confiabilidade e privacidade, a proteção de sua imagem e a não reprimir qualquer condição que o (a) senhor (a) se encontre, seja em relação a sua comunidade, sua autoestima, prestígio ou aspectos econômicos.